

1161

-estudar e planejar a instalação de Postos-Modelo a serem montados pelo SPI, para o funcionamento de escolas de orientação profissional, destinadas a encaminhar os jovens indígenas para uma profissão, como sejam, as de mecânico, marceneiro e carpinteiro, serralheiro, funileiro, etc.;

-estabelecer convênio para que anualmente, certo número de matrículas em internatos sejam atribuídas ao SPI, para encaminhar seus índios ao ensino técnico profissional.

d) Junto ao Ministério da Marinha:

Solicitar a designação de uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-planejar uma flotilha para os transportes da produção indígena, na bacia do Paraguai e na Amazônia;

-instalar pequenos estaleiros para construção e reparos de embarcações e,

-consultar a possibilidade de adquirir daquele Ministério embarcações de fundo chato, dos excedentes de guerra norte-americana.

e) Junto ao Ministério da Saúde:

Solicitar a designação de uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-prestar concurso especializado, por intermédio de uma equipe de médicos e sanitaristas, tendo em vista os seguintes problemas:

1) estudar as condições de vida dos silvícolas e suas necessidades mais urgentes;

2) planejar medidas sanitárias, para atender às populações indígenas, face, especialmente, à necessidade de vacinação em massa contra varíola, tuberculose, etc.;

3) erradicação de endemias, como verminoses, impaludismo, boubas etc;

4) hospitalização em casas de saúde, do Estado.

f) Junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Solicitar a designação de uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-promover os meios necessários à regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal;

-legalizar as glebas indígenas, de vez que, de dia para dia, são os nossos silvícolas expoliados, pelos civilizados, das terras que lhes pertencem, sem que este Serviço possa recorrer a medidas legais, na salvaguarda dos interesses do aborígene.

g) Junto ao Ministério da Aeronáutica:

Solicitar a designação de uma Comissão para, em colaboração com este Serviço,

---



1162  
-planejar a assistência a ser prestada pela Aeronáutica, no sentido de permitir ao SPI fazer chegar aos Postos, da maneira mais expedita, pessoal e cargas;

-estudar a possibilidade de ser encaminhado ao SPI, para distribuição aos Postos Indígenas; material descarregado, mas que possa ser útil aos índios;

-estudar a possibilidade de ser estabelecido um convênio entre o SPI e o Ministério que facilite o internamento e tratamento de aborígenes, em hospitais e enfermarias da Aeronáutica, e colocar à disposição do Serviço, em Brasília.

h) Junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Designar uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-planejar e preparar, tènicamente, o recenseamento geral das populações indígenas tuteladas pelo SPI.

11) Valho-me da oportunidade para renovar a V.Exa. os protestos de e levada estima e distinta consideração.

ASS; Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do SPI".-

"SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS" DOA AVIÃO AO SPI

Realizou-se nesta Diretoria, no dia 13 de junho do ano corrente, uma solenidade, em que o Summer Institute of Linguistics notificou, ao Serviço de Proteção aos Índios, a doação de um avião, para que o SPI possa dispor de maior mobilidade, na assistência aos silvícolas.

Presentes a solenidade, o Sr. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do SPI; Sr. Lawrence Routh, representante do Sr. William Townsend; Robert Schneider, Coordenador do Summer Institute of Linguistics para a América Latina, além de todos os funcionários desta Diretoria.

O avião deverá ser entregue ao Serviço de Proteção aos Índios no mês de setembro próximo e tem as seguintes características:



- HELIO COURIER
- MODELO 395-A
- MONO MOTOR
- MOTOR LYCOMING GO 435 C2 B2-260HP
- HÉLICE - HARTZELL DE VELOCIDADE CONSTANTE
- RÁDIO BÚSSOLA LEAR ADF 12 RÁDIO SUNAIR -5
- CINCO LUGARES
- PESO VASIO: 2.000 LIBRAS
- CAPACIDADE DE COMBUSTÍVEL: 60 GALÕES
- AUTONOMIA DE VOO: 1.200 KM
- RAIO DE AÇÃO: 4 HORAS E MEIA
- O avião será entregue com peças e ferramentas especiais.

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, falou de improviso, agradecendo a doação feita por aquele Instituto.

=RECOMENDAÇÕES DO SR. DIRETOR DO S.P.I.=

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, baixou as seguintes instruções, para aplicação da Verba "Assistência Social" e outras:

"As presentes instruções visam disciplinar a aplicação das verbas 1.6.17 - 4.2.08 - 1.3.06 e são encaminhadas aos chefes de Inspetorias para orientá-los na organização dos respectivos PLANOS.

I-OBJETIVO:

A assistência terá em vista não a distribuição indiscriminada de bens de utilização imediata; mas será subordinada a um planejamento destinado a promover melhoramento das condições de vida do índio, através da aplicação do numerário em favor da saúde, do ensino e na aquisição de bens reprodutivos.

Nestas condições, o planejamento abrangerá os seguintes ramos de atividade:

II-ASPECTOS A CONSIDERAR NO PLANEJAMENTO:

E D U C A Ç Ã O

Aquisição de livros e material didático para ensino pré-primário e primário.

Aquisição de material destinado à instalação de oficinas de sapataria, correaria, selaria, mecânica, carpintaria, marcenaria, tendo em vista o aprendizado profissional dos moços.

Para moças: máquinas de costura e o indispensável ao aprendizado do corte, bordados, etc.(Verba Assistência Social-1.6.17).

HIGIENE E SAÚDE

Sob este aspecto deverá ser prevista a aquisição de vaci -



1164

nas contra: tifo, varíola, difteria, tétano, BCG e, se possível, pólio-mielite; aquisição de específicos de combate às verminoses e endemias, sobretudo febres palustres; medicação para combate à tuberculose, aos parasitos, pragas e insetos domésticos (piolho, percevejos, mosquitos, moscas, etc.). Devendo as farmácias dos Postos manter estoque permanente de medicamentos, tais como: vermífugos, fortificantes, anti-anêmicos, sôros anti-ofídicos, complexos vitamínicos, colírios, anti-bióticos, pomadas, laxantes, anti-disentéricos e os adequados a serviços de emergência, mister se faz a previsão destas aquisições (Verba Assistência Social 1.6.17).

#### TRANSPORTES

No setor dos transportes fluviais dever-se-á prover às Inspetorias com os meios indispensáveis à movimentação de pessoal e material, tendo em vista atender às necessidades de:

1º) transporte rápido de pessoal, visando inspeções, remoção de doentes etc.

2º) transporte de carga, visando o abastecimento dos Postos e o transporte de seus produtos destinados à venda ou à permuta com outros Postos (Verba 4.2.08-Embarcações e material flutuante).

#### ECONOMIA

As previsões neste setor poderão abranger, conforme as peculiaridades de cada Inspetoria quatro aspectos fundamentais: Agricultura, Pecuária, Indústria e Indústria Extrativa.

AGRICULTURA-Aquisição de sementes, inseticidas e adubos. Ferramenta manual (Verba 1.6.17 - Assistência Social).

PECUÁRIA- Aquisição de reprodutores e matrizes: bovinos, cavalares, muares e suínos (Verba 1.4.01-Animais destinados a trabalho, Produção, Criação e outros fins).

Arreios e material de montaria; vacinas e medicação veterinária (Verba 1.3.06-Material de Coudelaria ou de uso zootécnico).

INDÚSTRIA-Construção de olarias, Engenho para beneficiamento de madeira e de herva mate e fabricação de farinha (Verba 1.6.17-Assistência Social).

INDÚSTRIA EXTRATIVA- Material indispensável à extração de babassu, seringa, caucho, balata, sôrva e óleos vegetais, etc. (Verba 1.6.23-Manutenção de Inspetorias e Postos Indígenas).

#### INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES

Construção de casas para índios, escolas e oficinas, depósitos e paiós; currais; cercas e aramados; poços, aguadas e banheiros (Verba 1.6.17-Assistência Social).

#### DIVERSOS

Sob esta rubrica deverá ser adquirido material de caça e pesca para ser distribuído individualmente ao índio; compra de vestuário e objetos de uso individual (Verba 1.6.17-Assistência Social).



## III - CONCLUSÃO:

Isto pôsto e tendo em vista a Ordem de Serviço Interna nº 86, de 28.05.62, os Chefes de Inspetorias elaborem com urgência e de acordo com a orientação apresentada, os seus estudos e enviem à Diretoria os PLANOS para aplicação, comportando necessariamente, para cada quantia a ser empregada designação do Pôsto Indígena ou local onde será aplicada e o fim a que se destina."

**DIRETOR DO SPI  
PROFERE CONFERÊNCIA**

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios foi convidado pela presidência do "Centro de Estudos e Debates de Assuntos Sociais e Políticos", da Faculdade Paulista de Direito para proferir, a 18 de maio, uma conferência sobre o Problema do Índio.

Do programa realizado em São Paulo constou entrevista na Televisão, com líderes universitários, sobre o mesmo tema.

**P.I. FRANCISCO HORTA NA  
EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA**

O Pôsto Indígena Francisco Horta, subordinado a 5a. Inspetoria Regional tomou parte na Exposição Agro-Pecuária, realizada no Município de Dourados, expondo produtos agrícolas dos índios assistidos por aquele Pôsto.

Pelo Diploma e Medalha conquistados na referida Exposição, as congratulações e aplausos da Diretoria ao Encarregado e demais funcionários do Pôsto.

**O SPI NOS JORNAIS****SPI EXPLICA SUA ATUAÇÃO**

Publicado pelo DC Brasília, em sua edição do dia 8 de junho - "O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, a propósito de nota ontem divulgada por este jornal, sob o título "Silvícolas Decepcionados com o SPI", prestou-nos o seguinte esclarecimento:

a) via de regra os índios abandonam os Postos Indígenas, onde são assistidos, sem a autorização dos respectivos Encarregados e sem que seja possível impedir-lhes a saída. Com este procedimento, lançam-se, sem recursos, a longas e penosas viagens, servindo muitas vezes de objeto de exploração por parte de inescrupulosos ou de pessoas mal avisadas;

b) a assistência ao silvícola é prestada nos Postos Indígenas, ocasionando estas viagens imprevistas dos índios sérios embaraços e dificuldades ao Serviço;

c) o constante afluxo de índios para Brasília em busca de donativos cria para o SPI, cujas verbas são reconhecidamente escassas, tremendo embaraço pelo ônus que acarreta com manutenção e despesas de viagem de regresso;

d) nestas condições, e no propósito de evitar deslocamentos inúteis e perniciosos do índio, o SPI dirige, por intermédio desse



órgão, apêlo às autoridades competentes, no sentido de que, na medida de suas possibilidades, se esforcem por fazer regressar aos seus locais de origem, os índios que se encontrem em trânsito, sem a competente autorização concedida por êste Serviço."

#### ANTIPE VAI SER OPERADA NO RIO

Publicada na Tribuna da Imprensa, no dia 6 de junho do corrente.

"RIO-Antipe tem quatro anos, e foi trazida para o Rio pelo senhor Josias Macedo, do Serviço de Proteção aos Índios, porque tem uma perna mais curta, devido aos costumes da sua tribo, Wauetí, de amarrar imbirá(cipó) nas pernas das crianças quando nascem para fortalecer os músculos. Várias vezes ela esteve ameaçada de morrer, porque os índios não admitem aleijões. Entretanto, devido à intervenção de seu pai, capitão Talaquai, que vive hoje com sua mulher na tribo Kamaiurá e do Serviço de Proteção aos Índios, ela veio ao Rio. Não foi operada imediatamente porque tinha impaludismo e uma doença do baço, além de dermatite e reações alérgicas da pele. Depois, já no Hospital Jesus, apanhou sarampo e varíola.

Deve ser operada dentro de pouco tempo, segundo informa o Hospital de Jesus. A equipe de ortopedia fará enxertos de ossos na perna esquerda de Antipe, e depois encurtamento da direita, para os membros ficarem iguais. Ela será entregue ao Serviço de Proteção aos Índios, pergunta em português ao Sr. Josias, que responde que o SPI irá interná-la em uma escola carioca.

Antipe gosta muito de bonecas e enquanto espera a operação, pergunta em português (que aprendeu em muito pouco tempo, segundo o seu médico assistente Dr. Sílvio Rodrigues), quando é que a televisão do Hospital ficará "boa", pois gosta muito de assistir aos programas de TV. Fala sempre em um irmão mais velho e o pai que já veio ao Rio, há algum tempo. A tribo de Antipe tem hoje cerca de 50 índios. Eles não vivem mais em um só agrupamento. A maioria está com os Kamaiurás (índios pacíficos). Desde 1882 que os Wauetís recebem visitas dos brancos, sendo o primeiro o alemão Von Stadt. Segundo o SPI, eles não mudaram os seus costumes.

#### NOTÍCIAS VÁRIAS

##### PRIMEIRA INSPETORIA SOLICITA CESSÃO DE TERRAS PARA OS SILVÍCOLAS

Esta Diretoria recebeu, da 1ª IR, o seguinte telegrama:

"Nº 133, DE 8.05.962-RESPOSTA VOSSO NÚMERO SEIS ZERO NOVE VG NESTA DATA ESTOU OFICIANDO GOVERNADOR ESTADO VG SOLICITANDO CESSÃO TER-  
RAS MARGENS DIREITA ET ESQUERDA RIO  
BRANCO VG AFLUENTE CANUMAN VG LOCAL

MELHOR INDICADO ASSISTIR ÍNDIOS  
MUNDURUCUH ET GRUPO WAIMIRIH FAZ  
INVASÕES PERIÓDICAS NAQUELA RE-  
GIÃO PT INSTALAÇÃO POSTO VG EN-  
TRETANTO VG DEPENDERÁH RECURSOS  
NATURAIS VAMOS RECEBER CONTA VER-  
BA ASSISTÊNCIA ÍNDIOS CORRENTE E  
XERCÍCIO. PT SAUDAÇÕES AGRÍNDIOS  
PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL



DIRETOR DO SPI NAO ENDOSSA  
PAGAMENTOS A DESCOBERTO

O Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, manda transmitir aos Senhores Chefes de Inspetorias e Postos Indígenas, notificando-os que não autoriza, não endossa e nem se responsabiliza por pagamentos de compras feitas a descoberto, por qualquer unidade do serviço, sob a rubrica de qualquer verba, ficando os senhores compradores responsáveis por despesas efetuadas sem devida ordem desta Diretoria. Outrossim, mesmo das verbas destacadas no Orçamento e que devam ser distribuídas aos senhores chefes de Inspetoria, só o serão para aqueles que tenham feito plano de trabalho antecipado e aprovado por esta Diretoria.

PPII DEVERAO FAZER  
= ROÇAS DE SUBSISTENCIA=

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em vista a próxima época do plantio, recomenda a aplicação do artigo 11, letras A, D, do Regulamento Interno do SPI, sentido Postos Indígenas plantem roças de subsistência tão grandes e variadas quanto possível. Necessidades eventuais, deverão ser com urgência solicitadas, para que esta Diretoria possa tomar as medidas cabíveis.

INDIO CANELA FAZ PARTE  
DA GUARDA DE VIGILANCIA

A Prefeitura do Distrito Federal informa que o índio Canela José Rui, procedente do Estado do Maranhão, faz parte, desde 14 de maio, da Guarda de Vigilância daquele Órgão.

=É NECESSÁRIO RESPONDER INDAGAÇÕES DA DIRETORIA=

A Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, pretende:  
a) suprir em medicamentos as Inspetorias Regionais, e por isso mesmo, promover tomadas de preço;  
b) abastecer os Postos Indígenas, entre outras cousas, com charque ou carne de sol;  
c) confeccionar, em certos Postos Indígenas, vestuários para os índios.

Neste sentido, vários expedientes foram enviados pelo Sr. Diretor, às Inspetorias Regionais, solicitando:

1. A fim de promover tomada de preços de medicamentos para suprimento às Inspetorias Regionais, por conta de verbas orçamentárias, deverão as IIRR enviar urgente relações de drogas e material correlato, de acordo com as suas necessidades. As relações referidas deverão esclarecer as quantidades requeridas por cada Posto Indígena.

2. Tendo em vista o abastecimento dos Postos Indígenas, pergunta-se às Inspetorias Regionais quais os PPII estarão em condições de produzir charque ou carne de sol e sabão, utilizando principalmente mão de obra indígena. A remuneração dos operários será feita em dinheiro e a distribuição dos produtos ficará a cargo da SOA.

3. Pretendendo a Diretoria confeccionar em certos Postos vestuário



BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 55- MESES DE MAIO E JUNHO DE 1962- -11-

rios para índios, calças, calções, camisas, vestidos. Pergunta-se as Inspetorias Regionais, quais os Postos Indígenas estarão em condições de operar utilizando mão de obra indígena. As operárias serão remuneradas por peça diretamente pela SOA.

As indagações feitas pelo Sr. Diretor, e já transmitidas às Inspetorias, deverão ser respondidas com urgência, para não prejudicar o andamento dos trabalhos.

#### ÍNDIOS RECUPERAM A SAÚDE

Os índios Pacaás Novos, da Região do Rio Negro, assistidos pela 9ª. Inspetoria Regional, estão com a saúde recuperada, e fazendo grandes regas e trabalhando com eficiência. Entretanto, o mesmo não acontece com os índios residentes em Lago Quá, até presente data, não puderam reconstituir a sua economia. Para supri-los, a 9ª. Inspetoria Regional tem recorrido ao gado do Posto Indígena Rioardo Franco.

#### ÍNDIA RECEBE ENXOVAL

O Sr. Francisco Scarpo, Presidente da firma "Caracu", de São Paulo, ofertou, à filha do índio Xerente João Francisco, um enxoval de casamento, no valor de Cr\$100.000,00.

O Serviço de Proteção aos Índios apresenta, aqui, os agradecimentos à firma "Caracu".

-0-0-0-

#### COLABORAÇÃO DA FAP PARA O TRANSPORTE DE MATERIAL PARA OS PACAÁS-NOVOS

O Serviço de Proteção aos Índios solicitou, da Fôrça Aérea Brasileira, colaboração, no sentido de transportar material destinado aos índios Pacaás Novos, localizados no Território Federal de Rondônia, e assistidos pela 9ª. Inspetoria Regional.

É o seguinte o ofício remetido pelo SPI à Aeronáutica:

"Ao Sr. Cel. Docregui Borges,-

Senhor Chefe do Gabinete;

Houvendo-me na disposição do Aviso nº 111-GMRP, de 6.04.962, do Exo. Sr. Ministro da Aeronáutica ao Exo. Sr. Ministro da Agricultura, vimos solicitar a V.Sa. a habitual e prestimosa colaboração desse Ministério, no sentido de ser transportado para Guajará-Mirim, material de Brasília e Goiânia destinado aos índios Pacaás-Novos, constante da relação anexa, cujo peso é inferior a 1.200 quilogramas.

Antecipando os agradecimentos desta Diretoria pela excelente colaboração que vem prestando a esse Ministério, aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.

Ass. Ten. Cel. Meacyr Ribeiro Coelho"

Relação anexa: "Um motor gerador (Brasília)-de Goiânia: Um motor de centro, seis plantadeiras, doze foices, doze enxadas, trinta e seis facões com brilha, um lebuladeira, um tacho e um forno para farinha, três arados americanos com três ponteiras "sobressalentes e correntes respectivas", um barco marca paulista, fundo chato,



DADOS DEMOGRÁFICOS

Os dados demográficos sobre as populações indígenas são de grande importância para o Serviço de Proteção aos Índios, porque, através deles, será possível melhor se conhecer as particularidades de uma tribo, e conseqüentemente, melhor assisti-la.

A realização de um Censo Indígena tem sido uma constante preocupação deste Serviço, principalmente, nos quatro últimos anos.

As dificuldades na sua realização são de toda a ordem, e elas impediram, até hoje, que os resultados apresentados correspondam fielmente, a realidade atual. Outrossim, deixaram de remeter os dados demográficos solicitados, vários Postos Indígenas, ocasionando, tal fato, embaraços nos totais de índios assistidos pelo SPI. Os dados computados, até aqui, pelas razões apresentadas, são considerados estimativos.

Mesmo assim, os números precariamente obtidos têm sido de grande valor, para, pelo menos, possibilitar o esboço de uma situação em determinado Posto, ou em determinada região, em relação ao problema indígena.

Necessário se torna o prosseguimento de tão útil trabalho, e neste sentido, foram distribuídos às todas Inspetorias Regionais, expedientes sobre o assunto, que deverão ser preenchidos mensalmente pelos Postos Indígenas, e remetidos à esta Diretoria.

Da constância da remessa mensal dos dados demográficos, dependerá alcançarmos os nossos objetivos, num breve espaço de tempo. A colaboração de todos os Chefes de Inspetoria e Encarregados de Posto mostra-se imprescindível, e esta Diretoria tem a certeza de que será atendida.

CONHECIMENTOS PRÁTICOSRENDIMENTO DO MILHO HÍBRIDO

Extraído da pu-

blicação do SIA

"O MILHO HÍBRIDO"

DO "=====

O trabalho penoso e demorado para a obtenção do milho híbrido é compensado pelo aumento de produção. Efetivamente, no geral, o milho híbrido produz muito mais que o milho comum, cerca de 20 a 30% na mesma unidade de área. Esse aumento de produção é imaginado, por muita gente, como garantido, e essa idéia precisa ser mudada. O milho híbrido, de fato, é melhor que o milho comum. Mas é necessário que se façam alguns comentários sobre o assunto. Quando se purificam linhagens e se combinam para sintetizar híbridos, é necessário prová-los em diversas localidades pelo menos durante três anos. Essa prova é importante porque, às vezes, a mudança do ambiente atua diretamente na planta, fazendo-a assim, reagir de maneira diferente daquela que foi produzida.



REGULAMENTADO O ARTIGO 216  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal, que dá aos índios, o direito de posse às terras em que habitam, sem direito de as transferirem.

Transcrevemos, na íntegra, a publicação da referida regulamentação, tirada do Diário do Congresso Nacional, do dia 3 de julho do ano corrente, páginas 1229 e 1230:

"Discussão suplementar do substitutivo do Senado (aprovado na sessão de 8.02.962) ao Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1950 (nº 489, de 1 949, na Casa de origem), que dispõe sobre a medição, demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvícolas. Nota: Retirando da Ordem do Dia, na sessão de 21.02.962, por ter sido solicitado o pronunciamento do Governo sobre a matéria (diligência cumprida tendo o Ministério da Agricultura, emitido parecer favorável ao substitutivo).

Sr. Presidente:

Em discussão, o substitutivo (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

O substitutivo não tendo recebido emendas, nos termos do Artigo 275-A § 5º do Regimento Interno, é dado como definitivamente adotado.

É o seguinte o substitutivo aprovado, que vai à Comissão de Redação:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 245, DE 1950

Regula o artigo 216, da Constituição, que dispõe sobre a posse das terras onde se acham localizados os silvícolas.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º-O Artigo 216 da Constituição fica regulado na forma disposta na presente lei:

TERRAS DOS ÍNDIOS-

Art. 2º-Consideram-se como terras de propriedade dos silvícolas ou índios, cuja posse e domínio será assegurada e respeitada na forma estatuida nesta lei:

I-aquelas em que vivem atualmente e primariamente habitavam hordas, nações ou grupos indígenas;

II-aquelas que tenham sido ou venham a ser concedidas, doadas, cedidas ou reservadas em qualquer tempo, a qualquer título, tanto por particulares como por governos para os estabelecimentos de hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, desde que os índios ou seus sucessores se encontrem nessas terras;

III-aquelas em que habitam hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, embora tenham sido adquiridas por particulares



qualquer título contanto que a localização dos primitivos indígenas nas mesmas adicionada, de maneira ininterrupta, à dos seus sucessores, atuais ocupantes das mesmas terras, tenham sido por tempo superior a vinte anos.

§1º-A extensão das áreas a que se refere o item I deste artigo será a que fôr determinada pelo Serviço de Proteção aos Índios(SPI), que procederá em cada caso, de acordo com o estado social recursos, maneira de prover a subsistência e provável desenvolvimento e expansão da horda, tribos, nação ou grupo indígena.

§2º-No caso das terras que se refere o item III deste artigo, a extensão da área será a dos limites consignados nos documentos dessas concessões, doações, cessões ou reservas.

§3º-No caso das terras particulares a que se refere o item III deste artigo, a área será limitada pela efetiva ocupação dos índios e nas mesmas localizadas.

Art. 3º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI)procederá a uma revisão da situação dos índios em relação à propriedade das terras por eles ocupadas ou necessárias a seu estabelecimento definitivo a fim de tomar as providências para assegurar a cada grupo indígena local na forma estatuída por essa lei, um Território Tribal adequado ao provimento de sua subsistência e provável desenvolvimento futuro.

Art. 4º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI)poderá declarar Reservas Indígenas interditas a penetração sobre qualquer pretexto a não ser com autorização expressa do mesmo serviço os territórios ocupados ou regiões percorridas por horda, tribo, grupo ou nação indígena arredio, ainda em fase de atração, até que, realizada esta, seja determinada a localização e extensão do Território... Tribal a ser demarcado para estabelecimento desses índios, como seu patrimônio de acordo com os dispositivos desta lei.

Art. 5º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI) deverá em entendimentos com os Governos Estaduais para que os mesmos cedam as áreas desses Estados que se tornarem necessárias ao estabelecimento de hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, ou para compensações justas e equitativas a particulares que mediante acordo amigável tenham cedido terras de seu domínio necessárias ao estabelecimento de índios localizados nas mesmas; excetuados, porém, as de que trata o item III do artigo 1º que, de direito, pertencem aos índios nas mesmas localizadas.

#### DIREITO, GOZO, ADMINISTRAÇÃO E INALIENABILIDADE DAS TERRAS DOS ÍNDIOS

Art.6º-Os territórios tribais bem como as reservas indígenas serão administrados pelo Serviço de Proteção aos Índios(SPI), que, da gestão desse patrimônio prestará contas à autoridade competente.

Art.7º-O Território Tribal é patrimônio coletivo da horda, tribo, nação ou grupo indígena nêle localizado não podendo ser dividido ou loteado em glebas, lotes ou quinhões particulares, senão para efeito de uso e sucessão hereditária destas famílias indígenas.

Parágrafo único-A forma de sucessão hereditária do domínio útil das glebas, lotes ou quinhões familiares, será determinada pelos Conselhos Tribais respectivos, em nenhum caso essas reservas



de domínio poderá ser transferidas a estranhos ao grupo indígena.

Art. 8º-Os Territórios Tribais em tempo algum poderão ser alienados compreendendo-se nesta proibição qualquer ato de disposição inclusive os que só se refiram a elementos de direito da propriedade ou posse, tais como: usufruto, garantia real, locação exceto quanto à transferência de domínio útil sobre essas terras na modalidade excepcional considerada no artigo 12 e seus parágrafos.

Parágrafo único- Os atos de alienação ou de disposição de que trata este artigo serão nulos e pleno direito.

Art. 9º-O Território Tribal poderá ser utilizado sem forma de alienação da mesma para execução de trabalho e exploração sem benefício dos índios que a habitam a juízo do Serviço de Proteção aos Índios(SPI).-

Art. 10-As matas existentes nos Territórios Tribais bem como das Reservas Indígenas constituem reserva florestal, que somente poderá ser aproveitada em benefício do índio a juízo do Serviço de Proteção aos Índios(SPI).

#### AFORAMENTO

Art. 11-No caso de, na data da promulgação desta lei, se encontrarem nos Territórios Tribais, famílias ocupantes estranhas a comunidade indígena, localizadas e com culturas e benfeitorias estabelecidas nas mesmas em condições tais que, a juízo do Serviço de Proteção aos Índios(SPI) não seja possível retirá-las destas terras, o referido Serviço fará discriminar a área indispensável à localização dos índios, inclusive a que deva ser reservada para futuro desenvolvimento da tribo ou grupo indígena e na área serão conservadas as famílias dos citados ocupantes mediante aforamento perpétuo dessas terras, com transmissão de domínio útil na forma do Código Civil.

§1º-A área a ser aforada será a que o dito Serviço determinar para cada família, preferivelmente, onde a mesma já estiver localizada, devendo o respectivo fôro, cobrá-lo anualmente, a ser incorporado a renda patrimonial da tribo ou grupo indígena a que pertencerem as citadas terras.

§2º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI) estabelecerá para cada caso as condições de aforamento e determinará a respectiva taxa que será a mais módica possível.

Art. 12-Logo que fôr decidido o aforamento na forma do artigo antecedente, o SPI expedirá um título provisório de domínio útil que será entregue ao respectivo foreiro logo que ele pague o fôro do primeiro ano, o que será feito adiantadamente.

Parágrafo único-Os Fôros serão pagos no mês de janeiro, exceto o primeiro que será pago em qualquer tempo e sempre se referirá ao ano todo.

Art. 13-O Título Definitivo do citado domínio pelo SPI e entregue ao foreiro depois que ele tiver o feito medir e demarcar a área forada a que essa medição e demarcação tenham sido aprovadas pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 14-O domínio útil sobre as terras aforadas somente poderá ser transmitido do primeiro e segundo ocupante e dêste para ou -



... mediante autorização expressa do SPI, e desde que esteja a área do terreno aforado medida e demarcada na forma do parágrafo único do artigo precedente e o foreiro transmitente quite com o pagamento dos foros devidos.

Parágrafo único-A transmissão do domínio útil de um para outro ocupante implica para o sucessor as mesmas obrigações a que estiver sujeito o antecedente.

Art. 15-Os foreiros que não pagarem o fôro no devido tempo ficam sujeitos a multa em quantia a prazo que fôr estipulado pelo SPI.

Parágrafo único-Vindo êsse prazo sem que tenham sido pagas, integralmente, o fôro e a multa, cairá em comisso e aforamento, revertendo ao índio o domínio útil das terras e ao seu patrimônio as benfeitorias existentes no terreno, sem que ao foreiro em comisso seja devido direito a nenhuma indenização.

Art. 16-O SPI poderá reincidir em qualquer tempo o contrato do foreiro, que se tornar aos interesses ou à ordem da comunidade indígena, sem que ao mesmo assista nenhum direito de indenização por benfeitorias feitas que passarão ao patrimônio indígena.

Parágrafo único-A rescisão referida no parágrafo anterior será motivada mediante processo administrativo regular promovido pelo chefe da Inspetoria, sob cuja jurisdição estiver o dito foreiro.

§ 2º-Da decisão a ser proferida pelo Diretor do SPI, no mencionado processo, caberá recurso interposto pela parte interessada para o Ministério da Agricultura, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data em que a dita parte tiver conhecimento da referida decisão que lhe será comunicada por escrito pelo chefe da Inspetoria mediante protocolo sob registro postal.

§ 3º O recurso a que se refere o parágrafo antecedente será entregue ou remetido pelo interessado ao citado chefe da Inspetoria, dentro do prazo mencionado para que este o encaminhe imediatamente à Diretoria do SPI para os devidos fins.

Art. 17-Em caso algum poderá o terreno aforado ser penhorado, hipotecado ou gravado com ônus de qualquer espécie.

#### REGULARIZAÇÃO, MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS DOS ÍNDIOS=

Art. 18-O SPI promoverá a medição e demarcação dos Territórios Tribais para que sejam reconhecidos como pertencentes ao patrimônio indígena, observando-se as especificações seguintes:

I - Os processos de medição e demarcação dos Territórios Tribais obedecerão as normas e dispositivos estatuidos pelo Código de Processos Cíveis do Brasil, em tudo que fôr aplicável a matéria desta Lei.

II-No caso estatuído no item I do artigo 1º, desta Lei, o SPI procederá da seguinte forma:

a) o SPI apresentará ao Governo em causa a proposta devidamente justificada para o reconhecimento da ocupação das terras em questão pelos índios, em caráter permanente, de acordo com a área que



BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 55- MESES DE MAIO E JUNHO DE 1 962- -17

o referido Serviço tiver verificado como de ocupação efetiva pelos índios, na forma determinada pelo Decreto-lei;

b) pela forma acima referida, proceder-se-á à medição e de marcação da terra do índio, operações que serão acompanhadas pelo Governo interessado, lavrando-se nota final do respectivo processo, um termo de demarcação assinado pelo diretor do SPI e pelo titular da Secretaria do Estado competente do governo estadual respectivo, ou pelos representantes dessas partes, devidamente autorizadas;

c) no termo mencionado na alínea antecedente, declarar-se-á que a terra, a que o mesmo se refere é reconhecida como sendo de propriedade plena da tribo ou grupo indígena, que nela se achar localizado passando dita terra a fazer parte integrante do patrimônio territorial da citada tribo ou grupo;

d) o termo de demarcação referido na alínea antecedente, constituirá o título de domínio do índio sobre a área medida e de - marcada, devendo tal documento ser transcrito no registro de imó - veis da respectiva comarca, para os efeitos de direito;

e) ao Governo do Estado interessado pelo SPI serão forneci - das cópias do memorial descritivo e planta das áreas medidas e de - marcadas e bem assim dos termos lavrados nos respectivos processos e dos registros dos mesmos.

III-No caso estatuido no item II do artigo 1º desta lei serão considerados os seguintes casos:

a) Se do documento ou título de doação, cessão ou aquisi - ção da terra, constarem limites certos e definidos, não havendo ou - tros ocupantes nessas terras, ou se os houver, reconhecendo o ex - clusivo domínio e posse dos índios, sobre as mesmas, o SPI procede - rá a medição e demarcação dessas terras, fazendo lavrar de acôrdo com os confrontantes das mesmas em notas de tabelião, a respecti - va escritura de declaração de divisas, que será devidamente regis - trada no Registro de Imóveis da Comarca;

b) caso, porém, não seja possível procedimento indicado na alínea antecedente, por oposição ou contestação de qualquer interes - sado, ocupante do citado terreno, far-se-á referida de marcação por - via judicial, apreciando-se a validade dos títulos ou documentos a - presentados pelos ocupantes de acôrdo com o critério para isso es - tabelecido nesta lei;

c) se dos títulos ou documentos dos índios referidos neste artigo não constarem divisas certas, tendo sido, porém, no decorrer do tempo assentadas tais divisas, os confrontantes destas terras continuando a haver êsse acôrdo com os mesmos, far-se-á a medição e demarcação da terra do índio lavrando-se a respectiva escritura e procedendo-se de conformidade com a alínea a;

d) no caso de ser qualquer dessas divisas contestadas por algum dos confrontantes e não sendo possível resolver-se o caso por composição amigável, proceder-se-á como no indicado na alínea b;

IV-No caso estatuido no item II, do artigo 1º, a constata - ção da ocupação das terras pelos índios por mais de 20 anos consecū



1175  
AD  
1996

tivos, será aprovada mediante justificação testemunhal em que depo-  
rão pelo menos três testemunhas, que devem ser homens velhos, dos  
mais antigos moradores do sítio em questão, tidos e havidos como a-  
bonados, sem ligações de dependência com as partes, honestos e cri-  
teriosos e sem suspeitas de mentira e falsidade ou outros defeitos.

a) A testemunha homologatória desta justificação servirá de tí-  
tulo de domínio do índio sobre a terra em questão e, como tal deverá  
ser transcrita no registro de imóveis da comarca, mediante manda-  
to do juiz competente.

V - Sendo necessária para a subsistência ou desenvolvimento fu-  
turo do grupo indígena, no caso a que se refere o item anterior o  
Serviço de Proteção aos Índios entrará em entendimento com o pro-  
prietário da citada área para aquisição de uma gleba complementar  
mediante compra ou permuta, por terras devolutas cedidas pelo Govê-  
rno do Estado para esse fim na forma do artigo 6º, desta lei.

Art. 19 - O S.P.I. organizará um cadastro de todas as terras  
de propriedade dos índios, que constará de:

I - A Diretoria do S.P.I. terá um arquivo de todos os títulos  
originais de domínio das terras dos índios, inclusive, sentenças ju-  
diciais nos respectivos processos e originais dos processos de medi-  
ção e demarcação compreendendo memorial descritivo, planta e respec-  
tas cadernetas originais.

II - As Inspetorias Regionais do S.P.I. terão um livro de regis-  
tro das terras de índios compreendidas na sua circunscrição jurisdí-  
cional, que especificarão: a denominação e localização do imóvel ;  
sua proveniência, inclusive o respectivo título; designação da tri-  
bo ou grupo indígena, a que a terra pertencer, área e limites da  
mesma; suas principais benfeitorias; valor locativo da citada área;  
e benfeitorias; data e processo da respectiva regularização e outras  
observações dignas de registro.

Art. 20 - As despesas de medição e demarcação dos territórios  
tribais na forma desta lei, bem como as despesas com aquisição das  
glebas complementares a que se refere o item V do artigo 16 desta  
lei, serão custeadas com recursos da dotação destinada a Auxílio  
aos Índios, do Orçamento da Despesa da União.

#### PROTEÇÃO POSSESSÓRIA DAS TERRAS DOS ÍNDIOS

Art. 21 - Todo aquele que se estabelecer em terras dos índios,  
derrubar ou queimar matas nelas existentes, invadí-las com planta-  
ções ou edificações praticar quaisquer ato de possessórios, ainda que  
provisoriamente, será compelido a despejo ou perda das benfeitorias  
em favor do índio e considerado invasor da terra de índios, incor-  
rendo nas cominações do art. 161 do Código Penal da República.

Art. 22 - Os inquéritos, as medidas de providência de ordem poli-  
cial referente a invasão de terra de índio, ficam a cargo do servi-  
dor do S.P.I. que fôr indicado pelo chefe da Inspetoria Regional  
dêsse Serviço em cuja circunscrição se der a invasão.

§ 1º - O Servidor do SPI, referido neste artigo para o fim no mes-  
mo indicado, terá as mesmas atribuições das demais autoridades po-  
liciais do Estado, podendo, se fôr necessário, requisitar o auxí-  
lio da força policial.



§2º-O servidor no exercício dessas atribuições policiais, designará para seu escrivão, o escrivão policial do lugar onde estiver e na sua falta ou impedimento, sempre que fôr necessário, poderá nomear um escrivão "ad-hoc".

Art. 23-Se fôr necessário recurso judiciário para defesa da terra do índio contra os intrusos, deverá ser proposta pelo SPI ação respectiva no juízo competente na forma estatuida por esta lei, para as questões judiciais.

Art. 24-Os intrusos deverão ser intimados pelo SPI antes de qualquer ação judiciária, a abandonar a terra do índio que tiverem invadido e, somente no caso de não atenderem a essa intimação é que será proposta a ação competente em juízo.

#### DISPOSIÇÃO GERAIS

Art. 25 -Todos os processos, quer administrativos, quer judiciais, promovidos pelo SPI para a regularização de propriedade territorial indígena, seja quais forem, inclusive os respectivos títulos, são isentos de selo, taxas judiciais, emolumentos e custas de qualquer especie devidas a magistrados e serventuários nos respectivos ofícios e cartórios e, bem assim, indenizações a testemunhas.

Art. 26- Em todos os processos mencionados nesta Lei será observado o rito sumaríssimo, reduzidas ao mínimo, as faces essenciais desses processos.

Art. 27-Pela parte interessada será apurada a responsabilidade criminal da testemunha que, chamada a depor nos processos aludidos nesta Lei, proceder de má fé, sendo-lhe aplicada a respectiva punição com todo o rigor da lei.

Art. 28-Será considerada como nula e de nenhum efeito qualquer concessão ou transação feita pelos Governos Estaduais, em terras anteriormente mandadas reservar, por ato expresse, para estabelecimento de tribos ou grupos indígenas, desde que estes, ao tempo da referida concessão ou transação já estivessem localizados, em carater permanente, dentro dos limites destas reservas.

Art. 29-As alienações ou cessões de terras devolutas, em zonas ocupadas por tribos indígenas, não podem ser realizadas sem audiência do SPI, que verificará se atingem a terra do índio.

Art. 30-Todos os efeitos judiciais que no interesse das terras dos índios forem propostas pelo SPI, serão, obrigatoriamente assistidos pelo Procurador Regional da República, na circunscrição por onde correr o feito; podendo essa autoridade evocá-lo para o foro da capital do estado, onde tiver assento.

Art. 31-Quaisquer recursos, acaso, interpostos contra sentenças proferidas em processos de terras de índios, por oponentes dos interesses dos mesmos, serão recebidos somente no efeito devolutivo.

REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO. Às 15 horas e 10 minutos, comparecem mais os Srs. Senadores: Sebastião Archer, Mendonça Clark-Reginaldo Fernandes-Dix-Huit Rosado-Barros Carvalho-Lino de Matos-Coimbra Bruno-Saulo Ramos(8).-

---



ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS

Nº 58, de 4 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE dispensar, a pedido, de acordo com o artigo 77, da  
Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 932, ALMACHIO BANDEIRA BRAULE  
PINTO, da função de Chefe da Seção de Administração, 8-F, deste Ser-  
viço.

Ass.Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor SPI

=====

Nº 59, de 4 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE dispensar, ex-offício, de acordo com o artigo 77, da  
Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952, LOURIVAL DA MOTA CABRAL,  
da função de Chefe da Seção de Orientação e Assistência 6-F, deste  
Serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

=====

Nº 60, de 4 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
DESIGNA, de acordo com os artigos 145, item I e 147, da Lei  
nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com a alínea "g",  
do artigo 13, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos  
Decretos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, e Decreto nº  
50.572, de 10.05.61, LOURIVAL DA MOTA CABRAL, ocupante do car-  
go de Inspetor de Índios, P.1.801-12A, do Quadro Pessoal, Parte Per-  
manente deste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a fun-  
ção de Chefe da Seção de Administração, símbolo 8-F, vago em virtu-  
de da dispensa de Almachio Bandeira Braule Pinto.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO.-DIRETOR DO SPI

=====

Nº 61, de 4 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
DESIGNA, de acordo com os artigos 145, item I e 147, da Lei  
nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com a alínea "g" do  
art. 13, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos Decre-  
tos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, e Decreto núme-  
ro 50.572, de 10.05.61, LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, ocupan-  
te do cargo de Técnico de Contabilidade, P.701-15, do Quadro do  
Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, pa-  
ra exercer a função de Chefe da Seção de Orientação e Assistência,  
Símbolo 6-F, vago em virtude da dispensa de Lourival da Mota Cabral,

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

=====



Nº 62, de 10 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar os seguintes funcionários: Lino Faria, Motorista nível 8; Tobias Chipais, trabalhador nível 1; Antonio Moreira Oliveira trabalhador nível 1; Angelo Oliveira, trabalhador nível 1; Afonso Alves da Cruz, trabalhador nível 1; Benjamin Bepuni, trabalhador nível 1, e Cornélio Cabral, trabalhador nível 1.

Por terem, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, executado com zelo, dedicação e eficiência tôdas as atribuições que lhes foram conferidas na Expedição Menkronotire, no Rio Iriri.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.

Nº 63, de 10 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar Francisco Furtado Soares de Meireles, ocupante do cargo de Inspetor de Índios, P.1 801-14B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, planejado e organizado com eficiência e dedicação a Expedição Menkronotire, no rio Iriri.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO

Nº 64, de 17 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE, tendo em vista o que consta dos processos SPI números 364/62, 1781/62 e 1862/62, designar, ex-vi do artigo nº219, da Lei nº 1711, de 28.10.952, FERNANDO CAMPELO DUARTE, Oficial de Administração, AF-201-16C, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Escriurário, AF-202-10B e Victor Izidoro Guedes, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotados neste Serviço, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito Administrativo, instaurada para apurar irregularidades na sede da IR5 e nos Postos Indígenas "José Bonifácio" e "Presidente Alves de Barros", estes subordinados aquela Inspetoria, tendo como responsáveis pelas irregularidades, o Inspetor de Índios, P.1.801-14, ERICO SAMPAIO, o Agente de Proteção aos Índios, P.1.802-6B, ALBERTO MARTINS FERREIRA e o Motorista CT-401-8A, DUCASTEL GUTERRES, devendo a Comissão designada apurar:

a)-dispensa dos trabalhadores João Peralta e Marcos Veron, do Pôsto Indígena "José Bonifácio" e Otávio Pires e Germano Pires, do Pôsto Indígena "Presidente Alves de Barros";

b)-admissão irregular dos senhores Pedro de Assis e Orlando Castelo Branco, para o Pôsto Indígena Presidente Alves de Barros; e, Salustino Marques, Bento de Almeida, Leonço Laranjeira e Marciano Paulo, para o Pôsto Indígena "José Bonifácio";

c)-recebimento e aplicação indevida de vencimentos de funcionários, e no pagamento de trabalhadores "extras";

d)-sobre possíveis violências praticadas contra índios, pelo último acusado, DUCASTEL GUTERRES, quando nas funções de Encarregado do Pôsto Indígena "José Bonifácio";



e)-sôbre possível sonegação da renda indígena, relativamente à produção e venda de erva-mate;

f)-se aquele ex-Encarregado era procurador de seus auxiliares, funcionários do mesmo Pôsto e, se nessa qualidade, teria pago ao trabalhador(indio) Zacarias Marques, a importância de Cr\$30.000,00(TRIN TA MIL CRUZEIROS), em vez de fazer quitação total dos pagamentos por êle recebidos, referentes a salário-família daquele servidor.

=====ASS.LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Dire -  
tor Substituto-=====

Nº 65, de 17 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE, tornar sem efeito, a Portaria nº 55, de 27 de abril de 1 962, que designou FERNANDO CAMPELO DUARTE, Oficial de Administra - ção, AF-201-16C, ERNANI LUZ, Preparador de Museu, EC-602-12A e SEBAS- TIÃO LUCENA DA SILVA, Escriturário, AF-202-10B, do Quadro de Pessoal- Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotados neste Serviço, para, sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Inqué- rito Administrativo, instaurada para apurar irregularidades na sede da 5a. Inspeção Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso e nos Postos Indígenas "José Bonifácio" e "Presidente Alves de Barros", estes subordinados aquela Inspeção, apontadas nos processos SPI.... 364/62, 1781/62 e 1 862/62.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO=

=====

Nº 66, de 18 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 27, de 9 de março de... 1962 que designou NILO OLIVEIRA VELLOZO, HUMBERTO CEZAR CARVALHO e AMÉRICO ANTUNES DE SIQUEIRA, respectivamente, ocupantes do cargo de Cinetécnico, P.501-12A, Escriturário, Af-202-10B e Agente de Prote - ção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente,dês - te Ministério, lotados neste Serviço,para,em comissão, sob a presi - dência do primeiro, procederem ao levantamento geral e passagem do cargo de todo o patrimônio, quer Nacional, quer Indígena, em separa - do, da sede da 5a. Inspeção Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, bem assim, verificar a situação da ocupação de pastos sob contratos respectivos , nos Postos Indígenas Presidente Alves de Barros, São João e Nalique, subordinados àquela Inspeção.

ASS.LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO=

Nº 69, de 22 de maio de 1962- =====

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar "ex-ofício", no interesse da administração, AN TONIO COELHO DE CASTRO, Capataz Rural, p-208-3, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultura, no Pôsto Indígena "Da - miana da Cunha", e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Getú - lio Vargas, ambos na Ilha do Bananal, e subordinados a 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO



Nº 72, de 25 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar "ex-ofício", no interesse da administração, JOANA RAIMUNDA DOS SANTOS GOMES, Trabalhador GL-402-1 do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultura, no Pôsto Indígena Getúlio Vargas, situado na Ilha do Bananal, e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Damiana da Cunha, Município de Aruanã, Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO=

Nº 73, de 25 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar "ex-ofício" no interesse da administração, VALENTIM GOMES, Agente de Proteção aos Índios P.1802-5A do Quadro do Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultura, no Pôsto Indígena Getúlio Vargas, e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Damiana da Cunha, Município de Aruanã, Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.

Nº 74, de 30 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE, designar FERNANDO CAMPELO DUARTE, Oficial de Administração, AF-201-16C, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Escriturário AF-202-10B e Victor Izidoro Guedes, Escrevente Datilógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço, para, em Comissão, sob a presidência do primeiro, procederem ao levantamento geral e passagem de carga de todo o patrimônio, quer Nacional, quer Indígena, em separado, da sede da 5a. Inspeção Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, bem assim, verificar a situação da ocupação de pastos, sob contratos respectivos, nos Postos Indígenas Presidente Alves de Barros, São João e Nalique, subordinados àquela Inspeção, verificando a legalização dos contratos, o emprêgo e o resultado dos arrendamentos, bem assim sugerindo medidas tendentes a acautelar os interesses do Patrimônio Indígena e Nacional.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.-

Nº 75, de 4 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 47, de 18.04.962, que localizou, ex-ofício, no interesse da administração, no Pôsto Indígena Padre Alfredo Damaso, Município de Pôrto Real do Colégio, Estado de Alagoas, Geraldo Vieira de Melo, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente em exercício no Pôsto Indígena Pancaru.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI=



Nº 76, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena "Jatapu", Município de Urucará, Estado do Amazonas, onde passará a ter exercício, ELIAS FERREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Marinheiro, CT305-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício na sede da 1ª. Inspeção Regional, em Manaus, Estado do Amazonas.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

Nº 77, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

DESIGNA, de acordo com os artigos 72 e 73, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com o artigo 13, alínea "g" do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42 e modificado pelos Decretos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, BOANER - GES FAGUNDES OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador Radiofônico, P. 2.003-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, para exercer, como substituto automático, a função gratificada de Chefe da Seção de Orientação e Assistência, Símbolo 6-F, durante os impedimentos legais, eventuais ou temporários do respectivo Chefe.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

Nº 78, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

DESIGNA, de acordo com os artigos 72 e 73, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 13 alínea "g" do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42 e modificado pelos Decretos nrs. 12.316, de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, LEONEL CARNEIRO DE MORAIS, ocupante do cargo de Inspetor de Índios, P.1801-12A, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, para exercer, como substituto automático, a função gratificada de Chefe da 4ª. Inspeção Regional em Recife, Estado de Pernambuco, Símbolo 5-F, durante os impedimentos legais, eventuais ou temporários do respectivo chefe.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

Nº 79, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 48, de 18.04.962, que localizou, ex-offício, no interesse da administração no Pôsto Indígena Gen. Dantas Barreto, Ivanira da Rocha Melo, ocupante do cargo de Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC-514-11, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotada neste Serviço e, presentemente, em exercício no Pôsto Indígena Pancarus, Município de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=



Nº 80, de 12 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE dispensar, "ex-ofício", de acôrdo com o artigo 77, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, ÉRICO SAMPAIO, de Chefe da 5a. Inspeção Regional, 5-F, com séde em Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI  
=====

Nº 81, de 12 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE designar, de acôrdo com os artigos 145, item I, e 147, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com a alínea "g", do artigo 13, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos Decretos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26.1 de 1945, e Decreto nº 50.572, de 10.05.61, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, Professor de Ensino Pré-Primário e Primário EC-514-11, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a função de Chefe da 5a. Inspeção Regional, 5-F, com séde em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, vago com a dispensa de Érico Sampaio.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI  
=====

Nº 80-A, de 13 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE localizar, a pedido, na Séde da 6a. Inspeção Regional em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter e - xercício, JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço e , presentemente, em exercício na Seção de Estudos no Rio de Janeiro Estado da Guanabara.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI  
=====

Nº 81-A, de 13 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE, de acôrdo com os artigos 72 e 73, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com o artigo 13, da alínea "g" do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42, e modificado pelos Decretos nrs. 12.318 , de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO , ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura , lotado neste Serviço, para exercer, como substituto automático, a função gratificada de Chefe da 6a. Inspeção Regional, em Cuiabá Estado de Mato Grosso, Símbolo 5-F, durante os impedimentos legais eventuais ou temporários do respectivo Chefe.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI  
=====



Nº 82, de 14 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE localizar, a pedido, nesta Diretoria, para ter  
exercício na Seção de Estudos, sediada no Rio de Janeiro, Estado da  
Guanabara, FLAVIO TARTÁGLIA BARROS, ocupante do cargo de Trabalha -  
dor GL-402-1, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério  
da Agricultura, lotado neste Serviço e, presentemente, servindo em  
Brasília, pela Portaria Ministerial nº 875, de 6 de outubro de 1961.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.-

Nº 85, de 26 de junho de 1962 -

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,  
RESOLVE localizar, a pedido, na Sede da 4a. Inspeção  
Regional em Recife, Estado de Pernambuco, onde passará a ter exercí -  
cio, ANTONIO RAMOS DA MOTA CABRAL, ocupante do cargo de Trabalhador  
GL-402-1, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente do Ministério da  
Agricultura, lotado neste Serviço e presentemente, em exercício na  
6a. Inspeção Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.-

#### ORDENS DE SERVIÇO INTERNAS

Nº 60, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em  
vista a comunicação do rádio nº 130, de 26.04.962,  
RESOLVE designar o Motorista CT-401-8, DJALMA MONGENOT,  
do Quadro do Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultu -  
ra, lotado neste Serviço, matrícula nº 2.091.442, para conduzir a  
Comissão designada pela Portaria nº 45, de 10.04.62, desta Direto -  
ria.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.

Nº 61, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de  
suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de a -  
bril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material  
inservível e sucatas,

RESOLVE designar ALBERICO SOARES PEREIRA, Chefe, da 9a  
Inspeção Regional; JANDIRA CUNHA SOARES, Agente de Proteção aos  
Índios, P-1.802-6B; e JOSÉ DE AZEVEDO DANTAS, Escrevente Datilógrafo  
AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lo -  
tados na 9a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios,  
em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, para, sob a presi -  
dência do primeiro, constituírem a subcomissão incumbida de proce -  
der ao levantamento do material inservível na referida Inspeção,  
devendo a sub-comissão, ainda, designar os funcionários que nos Pos



tos Indígenas de sua jurisdição, se desincubirão de idêntico Serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 62, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Chefe da Seção de Estudos, 6F; ORÍCULO CASTELO BRANCO BANDEIRA, Inspetor de Índios, P.1801-12A; e VIRGÍLIO GONÇALVES DE OLIVEIRA VELLOSO, Laboratorista, P.1602-9B; do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados nesta Diretoria, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na Seção de Estudos deste Serviço, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

ASS.TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 63, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento de Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar BENEDITO PIMENTEL, Inspetor de Índios F 1801-12A e Chefe Substituto da SA; WALTER DE OLIVEIRA VELLOSO, Mecânico de Motores a Combustão A-1305-12D, e MILCE GUIMARÃES LAGE, Escrevente Datilógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados nesta Diretoria, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas, nesta Diretoria.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

---



Nº 64, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO, Chefe, SF, da 1a. Inspeção Regional; RAIMUNDO PIO DE CARVALHO LIMA, Telegrafista CF-307-13 e Chefe Substituto da mesma Inspeção; e GILBERTO PINTO FIGUEREDO COSTA, Servente, CL-105-5, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 1a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Manaus, Estado do Amazonas, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspeção, devendo referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 65, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, Inspetor de Índios, P.1801-14B e Chefe da 2a. Inspeção Regional; JOÃO BATISTA CHUVAS, Agente de Proteção aos Índios P-1808-6B, e BENEDITO COELHO ARNAUD, Agente de Proteção aos Índios P-1808-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 8a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Belém, Estado do Pará, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspeção, devendo referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

---



ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.

=====

Nº 66, de 3 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento de Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar OLÍMPIO MARTINS CRUZ, Chefe da 3a. Inspetoria Regional, SF; JOSÉ MENDES BERNIZ, Agente de Proteção aos Índios, P.1808-6B, e EDSON DE MELO SÁ, Servente, GL-402-1, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 3a. Inspetoria Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 67, de 3 de maio de 1 962.-

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento de Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar FRANCISCO SAMPAIO, Inspetor de Índios P.1801-14B, SF, da 4a. Inspetoria Regional; PAULO RUFINO DE MELO E SILVA, Inspetor de Índios, P.1801-12A e LEONEL CARNEIRO DE MORAIS, Inspetor de Índios, P.1801-12A, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 4a. Inspetoria Regional, do Serviço de Proteção aos Índios, em Recife, Estado de Pernambuco, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo referida sub-comissão, ainda, designar -



1187

*[Handwritten signature]*

nar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

Nº 68, de 3 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar JOSÉ MONGENOT, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B e Chefe, SF, da 5a. Inspetoria Regional; MARIA DE LOURDES CASTRO MAIA, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7 e LUCIANO PEDRO DA SILVA, Servente, GL-104-5, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 5a. Inspetoria Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo da referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 69, de 3 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar ALFREDO JOSÉ DA SILVA, Inspetor de Índios, P-1801-12 e Chefe, SF, da 6a. Inspetoria Regional; ELIETE CALMON RAMIRES, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7; e CACIONILO PIRES MODESTO, Servente, GL-104-5, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 6a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo da referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO.-

=====

Nº 70, de 3 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar DIVAL JOSÉ DE SOUSA, Chefe, SF, da 7a. Inspetoria; PHELIPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, Agente de Proteção aos



Índios, P.1802-6B e WISMAR COSTA LIMA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802/6B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente dêste Ministério, lotados na 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Curitiba, Estado do Paraná, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspeção, devendo a sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR SPI

=====

Nº 71, 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e de conformidade com o ofício nº 12, de 4 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas.

RESOLVE designar IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA, Chefe, SF, da 8a. Inspeção Regional; ELI DE CARVALHO FERNANDES TÁVORA, Agente de Proteção aos Índios, P-1.802-6B; e WALKIRIA LOBO, Artífice de Manutenção, A-305-6, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotados na 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspeção, devendo a sub-comissão, ainda, designar os funcionários nos Postos Indígenas da sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

=====

Nº 74, de 3 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos, SF, para seguir com destino a São Paulo, a fim de tomar as seguintes providências:

1-verificar as condições do filme encomendado pela Seção de Estudos e que está em execução naquela Capital;

2-verificar o estado em que se encontram as construções no litoral do Estado, que estavam a cargo do funcionário NiloVELOZO e as condições atuais dos índios;

3-investigar denúncia de que índios do litoral teriam nos primeiros dias do corrente, comparecido à Rádio de Santo André, dizendo-se abandonados pelo S.P.I. e solicitando auxílio.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Ass.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI



BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 55- MESES DE MAIO E JUNHO DE 1 962- -32

Nº 76, de 7 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Inspetor de Índios, P.1801-14B, Chefe de Inspetoria-5-F, matrícula nº 153.692, Francisco Sampaio, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério para seguir com destino a Brasília-Distrito Federal, a fim de tratar de assuntos de interesse do Serviço, junto ao Tribunal de Contas da União.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.-

=====

Nº 78, de 15 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífice de Manutenção, nível 6, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.980.831, lotado na sede deste Serviço, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a fim de realizar trabalhos técnicos, específicos, na estação de rádio PPI-20, instalada na Seção de Estudos, naquela cidade, no propósito de colocá-la, com urgência possível, em funcionamento pleno, tomando as medidas que julgar convenientes, para inteiro êxito de... sua missão.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 82, de 22 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE designar ANTONIO COELHO DE CASTRO, Capataz Rural P-208-3, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, para Encarregado do Pôsto Indígena Da miana da Cunha, na Ilha do Bananal, e subordinado a 8a. Inspetoria Regional, em Goiânia, no Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.-

=====

Nº 83, de 25 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar o Sr. LEONARDO CORREIA ROCHA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, matrícula nº 1.989.176, lotado na 5ª Inspetoria Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas subordinados àquela Inspetoria a fim de constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, em substituição do servidor LUCIANO PEDRO DA SILVA.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====



Nº 84, em 25 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. LINCOLN ALLISON POPE, Técnico em Educação nível 17, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.981.155, lotado na 5a. Inspetoria Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para acompanhar o inquérito policial de homicídio do índio FAUSTINO SOUZA do Posto Indígena Alves de Barros, pelo indivíduo Carmesino Vieira, o qual se encontra preso na cidade de Corumbá.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 85, de 28 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo SPI..... 1.162/62,

DETERMINA ao Sr. Chefe da 5a. Inspetoria Regional para adotar medidas policiais, solicitadas à autoridade competente, no sentido de expelir da Reserva Indígena dos "Cadiués", os indivíduos Aureo Pinheiro de Matos e Hugo de tal, cessando em definitivo o comércio ilegal e clandestino a que se dedicam, na forma do artigo 11, letras "a", "d" e "e" do Regimento Interno do SPI.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 86, de 28 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

DETERMINA que, todos os servidores dêste Serviço, que receberem adiantamentos de verbas orçamentárias, à conta de qualquer rubrica, deverão, logo ao recebê-la, cientificar por escrito ao Diretor, da quantia recebida, Verba, consignação e subconsignação, bem assim da modalidade de sua aplicação.

Outrossim, determina mais que, nenhum suprimento às Inspetorias e Postos poderão ser feitos ou pagamentos de contas efetuadas, sem que constem de planos de trabalho antecipado e aprovado pela Diretoria ou contras outras visadas pelo Diretor ou Chefe de Seção, devidamente autorizados para tal.

Aos servidores adiantados, que infringirem as determinações contidas nesta Ordem de Serviço, serão aplicadas as penas cabíveis no Estatuto, além de ficarem responsáveis pelas importâncias supridas ou os pagamentos efetuados em desacôrdo com esta Ordem de Serviço.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

---



Nº 87, de 29 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o SR. JOÃO NAZARETH, Escrevente -Dati-lógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.980.812, lotado neste Serviço com exercício na Seção de Estudos, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para vir à Brasília, sede do Serviço, a fim de receber instruções sobre serviços que lhe serão atribuídos, junto ao Tribunal de Contas, nesta Capital.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto do SPI.-

=====

Nº 89, de 13 de junho de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE subordinar administrativamente, até ulterior deliberação, à Seção de Estudos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, os Postos Indígenas CAPITÃO IAKRI, CAPITÃO KENKRÁ, VANUIRE, CARVALHO PINTO, ANCHIETA e RIO BRANCO, situados no Estado de São Paulo e POSTO INDÍGENA ENGENHEIRO MARIANO DE OLIVEIRA, situado no Estado de Minas Gerais.

Outrossim, fica o Chefe da Seção de Estudos, autorizado a designar um servidor de sua escolha, para supervisor dos Postos acima referidos.

Tôda movimentação de recursos financeiros dos mencionados Postos Indígenas, relativamente a venda de produtos de agricultura, bem como alugueis de pastos e arrendamentos de terras, serão de exclusiva alçada do Chefe da Seção de Estudos, que prestará contas da gestão do Patrimônio Indígena, ao Diretor, para posterior assentamento na Seção de Orientação e Assistência.

O Chefe da Seção de Estudos, deverá apresentar, com urgência, plano de trabalho, detalhando pessoal necessário, obras a realizar e respectivos orçamentos.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 90, de 14 de junho de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar DOUDANIN GONÇALVES PEREIRA, Capataz Rural P-208-3, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, para Encarregado do Posto Indígena Antonio Estigarríbia, no Município de Piacá, Estado de Goiás, subordinado a 8a. Inspeção Regional em Goiânia, Estado de Goiás.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI



1192.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 55- MESES DE MAIO E JUNHO DE 1 962- -39

Nº 91, de 14 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Inspetor de Índios, P.1801-14B, Chefe da 2a. Inspeção Regional, 5-F, matrícula nº 1.154.538, FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 9a. Inspeção Regional, em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, a fim de:

a)-verificar a situação em que se encontram os trabalhos de pacificação dos índios Pacás-Novos e prosseguí-los, tendo em vista as últimas ocorrências havidas no rio Jacu Paraná;

b)-verificar as condições da assistência que o S.P.I. está prestando a esses índios e ampliá-las;

c)-verificar a situação em que se encontram os Postos de Atração dos rios Negro e Okaia, bem como a situação do Posto Indígena Tenente Lira e promover os melhoramentos indispensáveis;

d)-promover, em ligação com a IR9, a transferência imediata da sede da Inspeção para Guajará-Mirim, organizando os seus serviços nessa localidade, inclusive instalação da estação de rádio-transmissora;

e)efetivar a transferência do Posto Dr. Tanajura para o rio Negro;

f)organizar, com urgência, relatório detalhado, inclusive orçamento para todas as despesas que serão atendidas pela Renda Indígena.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

Nº 92, de 14 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Mestre A 1801-13A, AUGUSTO DE SOUZA LEXO, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 9a. Inspeção Regional, em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, a fim de ficar à disposição do Inspetor Francisco Furtado de Meireles, incumbido de executar determinações desta Diretoria, junto àquela Inspeção.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.-

Nº 93, de 22 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. LOURIVAL DA MOTA CABRAL, Inspetor de Índios, P.1.801-12A, Chefe da Seção de Administração, Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, Técnico em Contabilidade P.701-15, Chefe da Seção de Orientação e Assistência, SR. BENEDITO PIMENTEL, Inspetor de Índios, P.1.801-12A e Sr. GLAUCO SOARES DE SOUZA, Inspetor de Índios, P.1.801-12A, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados na Sede deste Serviço, para, sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão que irá elaborar parecer sobre o presente trabalho, constante do SPI2374/61, tendo a referida Comissão, o prazo de 30 dias, a contar desta data, estipulado por esta Diretoria.-Dê-se ciência e cumpra-se.Ass.Ten.Cel.Moacyr Ribeiro  
Diretor do SPI.



Nº96, de 28 de junho de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ,  
no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. João Fernandes Moreira,  
Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte  
Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço,  
com exercício na 2a. Inspetoria Regional, com exercício na 2a. Ins-  
petoria Regional em Belém, Estado do Pará, matrícula nº1.271.911,  
para se dirigir a SPVEA, a fim de acompanhar a tramitação e rece-  
ber as dotações daquela repartição, destinadas a este Serviço, con-  
signando, que a aplicação ou suprimento da referida dotação, ficam  
condicionados a autorização expressa do Diretor deste Serviço.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.Ten.Cel.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR SPI

Nº97, de 28 de junho de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ,  
no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA,  
Artífice de Manutenção, A-305-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Per-  
manente deste Ministério, matrícula nº 1.980.831, lotado na sede  
deste Serviço, para seguir com destino a 6a. Inspetoria Regional,  
em Cuiabá, Estado de Mato rosso, a fim de restaurar e pôr em fun-  
cionamento a Estação de Rádio, da sede daquela Inspetoria.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR

CONCESSÃO DE LICENÇA-

Na 5a. Inspetoria Regional.-

O Sr. Chefe da 5a. Inspetoria Regional do Ser-  
viço de Proteção aos Índios, localizada em Campo Grande, Mato Gros-  
so, deu o seguinte despacho, sobre licença de funcionário:

"CONCEDO 60 dias de licença, para tratamento  
de saúde, de acôrdo om o art.97, da Lei nr.1 711, de 28.10.52, no  
período de 3.07.962 a 31.08.62, ao Técnico de Educação nível 17 ,  
LINCOLN ALLISON POPE.

ASS.José Fernandes da Cruz -Chefe da 5a.IR"

V I S T O :

TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO

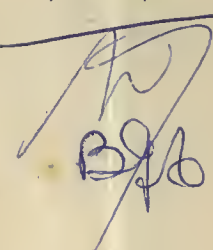
DIRETOR DO SPI

LUIZ RAUJO

CHEFE DA SOA

WV/MGL=SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.-



Handwritten signature and initials, possibly "B9/10", in the top right corner.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
Serviço de Proteção aos Índios  
BOLETIM INTERNO Nº 57-  
Meses: Set.-out.-nov.-dez.-1962  
BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL

Diretor:  
Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Goelho  
Secretário:  
Glauco Soares de Araújo  
Chefe da S.O.A.:  
Luiz Araújo  
Chefe da S.A.:  
Lourival da Mota Cabral  
Chefe da S.E.:  
Josias Ferreira de Macedo



1195  
AD  
296

-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-  
-SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS-  
-BOLETIM INTERNO Nº 57-

-REUNIÕES PLENÁRIAS DE CHEFES DE =  
INSPETORIAS REGIONAIS E DE SEÇÕES=

R ealizou-se, nesta Diretoria, nos dias 7, 8 e 9 de novembro do ano corrente, Reuniões Plenárias de Chefes de Inspetorias Regionais e Seções, com a presença do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, em que foram abordados diversos assuntos relacionados com os problemas dêste Serviço, e tomadas várias Resoluções.

Transcremos, na íntegra, as atas das referidas Reuniões para conhecimento de todos os servidores do S.P.I.

"ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DE SEÇÕES, REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1.962, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, D.F." Aos sete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Senhor Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os senhores Chefes de Inspetorias Regionais, Chefes das Seções especializadas dêste Serviço e o servidor Augusto de Souza Leão, especialmente convocados para estudo e debate de assuntos que se constituem em normas fundamentais para as atividades dêste Serviço, consubstanciadas em Temário adrede preparado e distribuído aos participantes. Os trabalhos tiveram início às 9 horas, presentes os Senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração, Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração, Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência, Josias Ferreira de Macedo, Che-



fe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da Primeira Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da Segunda Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da Quarta Inspetoria Regional; José Fernando Cruz, Chefe da Quinta Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da Sexta Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da Sétima Inspetoria Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da Oitava Inspetoria Regional. Deu a honra de sua presença na Reunião Inaugural o Dr. Rubens Tellechea Clausell, Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura e o Dr. Sérgio Cesar Vergueiro, Oficial de Gabinete. Faltou o Senhor Olímpio Martins Cruz, Chefe da Terceira Inspetoria Regional e o Senhor Alberico Soares Pereira, Chefe da Nona Inspetoria Regional. Dando início à Reunião, o Senhor Diretor dirigiu-se em palavras de agradecimentos ao Dr. Rubens Tellechea, funcionários do S.P.I. e representantes da imprensa. Apresentou saudações aos servidores chegados dos Estados, desejando-lhes feliz voto de permanência em nosso meio. Continuando, disse o Senhor Diretor: -de início, vamos ver, resumidamente, a razão desta Reunião. Dois são os objetivos da mesma. Primeiro, relacionar o emprêgo das Verbas que desejo fazer em íntimo contato com os funcionários. O Serviço não dispõe de muita verba e os problemas apresentados são inúmeros. Devemos estudar, portanto, o modo mais objetivo do emprêgo dos recursos. Segundo, aproveitar a presença dos Chefes de Inspetorias para ajustar medidas administrativas de âmbito geral. Ainda, o Senhor Diretor: -Em primeiro lugar, quero dizer o que penso do S.P.I.. Acho que êste órgão é um serviço Patriótico, Social, Cultural, Científico mas, sobretudo, Humano. Patriótico, porque manipula bens de vulto do Patrimônio Nacional, sobretudo, a nós, cabe preservar uma riqueza de maior relevância pela qual temos que chamar a nossa maior atenção: preservação do fator genético de máxima importância para a nacionalidade e cuja preservação cabe, essencialmente, ao Serviço de Proteção aos Índios; Social, porque o que nós queremos é entrosar na comunidade nacional, o homem, a criatura; portanto êsse ser humano deve ser compreendido por nós. Cultural, porque não se faz



essa integração sem conhecimento de cultura especializada. O índio é um primitivo, é uma outra cultura que entra em choque em presença com a nossa civilização. Científico, porque não se faz esse trabalho com diletantes apenas; são precisos médicos, veterinários, agrônomos, antropólogos, etnólogos, veterinários, enfermeiros, professores, enfim, homens de ciência e de cultura. Mas o Serviço é, sobretudo Humano, no que para mim é mais profundo. As omissões ou erros que venhamos a cometer, do Diretor ao último funcionário, recaem sobre uma vítima inocente, criatura como nós, um ser vivente como nossos filhos. É assim que encaro as nossas tarefas e a minha própria responsabilidade, com todo o rigor e amplitude. Ainda o Senhor Diretor: - vejamos, a seguir, sucintamente, como é que se apresentam os nossos índios. Vejo-os grupados em três grandes categorias: arredios, índios de contato recentes e índios de contato antigo. Cada grupo tem seus problemas fundamentais. No que tange aos arredios, a pacificação; aos de contatos recentes, o problema se resume em assistência e proteção; para os de contato antigo, gente quase tão civilizada como nós, impõe-se promover a dignificação dos indivíduos e das populações, para lutar contra males que vem os dizimando, apresentando-se acabrunhados, doentes, desnutridos, vivendo em choças e dormindo sobre o solo. E, termina o Senhor Diretor: - Se há um S.P.I. e o resultado de suas atividades, até agora, é tão melancólico, algo não está funcionando. Nessa altura o Senhor Diretor fez um intervalo e mostrou fotografias para que fossem observadas com senso crítico. Índios vivendo em contato com a civilização há mais de 30 e 40 anos e que habitam em palhoças, doentios, ventres volumosos e subnutridos. Para corrigir essa falha, disse o Senhor Diretor: - O Pôsto Indígena será como uma pequena cidade ou vila, dotada de todos os recursos, para que o índio possa integrar-se na civilização, gradativamente, sem sofrer o golpe de aculturações diferentes, até que se emancipe e perca a tutela do S.P.I. Devemos procurar todos os meios para atingirmos a esse ideal. Para isso é imprescindível que todo Pôsto Indígena possua roças de subsistência e que a indústria extrativa é necessária, porém para efeito de renda, de -



1198  
AD  
BPA

vendo predominar sempre o trabalho de amplas lavouras, único meio de impedir a fome e a subnutrição crônicas nas populações indígenas. Ainda com a palavra o Senhor Diretor:-Habitação será o problema a ser debatido em Reuniões futuras. Quero fazer casas para todos os índios, colocando em primeiro plano a Sétima Inspetoria Regional. Falou a seguir o Engenheiro Agrônomo Rubens Tellechea Clausell, que disse representar naquele Ato o Ministro da Agricultura, Senhor Renato da Costa Lima e significou a sua satisfação de participar daquele primeiro contato com os dirigentes dos diversos órgãos do Serviço de Proteção aos Índios. O Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura dissertou sobre as reformas ora em curso no Ministério e os pontos em que as mesmas se relacionam com o S.P.I. Fêz especial referência ao Fundo Federal Agro-Pecuário, que possibilitará ao Ministério da Agricultura o emprêgo de uma verba de mais de vinte bilhões de cruzeiros no próximo ano, e que também, cobrirá parte das necessidades do Serviço de Proteção aos Índios. O Dr. Rubens Tellechea Clausell aproveitou ainda a oportunidade para apresentar sugestões no tocante a diversos assuntos a serem debatidos nas próximas reuniões e que deverão ser considerados pelos participantes da mesma. Disse, que é propósito do Senhor Ministro iniciar o novo ano dentro de outra estrutura. Deseja Sua Excelência o funcionamento harmônico de todos os órgãos do Ministério da Agricultura. Após estas esplanações, o Senhor Chefe do Gabinete apresentou suas excusas por ter que se ausentar da Reunião, pois que outros compromissos inadiáveis o esperavam, deixando em seu lugar para qualquer informação, o Oficial de Gabinete, Dr. Sérgio Cesar Vergueiro. Houve pequeno descanso. Em seguida tomou a palavra o Senhor Diretor dizendo que, inicialmente, a Seção de Administração pelo seu Chefe Substituto, Benedito Pimentel, iria fazer uma exposição sobre a situação das Verbas Orçamentárias, para depois entrar em consideração sobre o Fundo Federal Agro-Pecuário. Com a palavra o senhor Benedito Pimentel, que colocou a par de todos os presentes, relativamente às Verbas Orçamentárias 1.6.17-Assistência aos Índios, num montante de Cr\$35.000.000,00, já aprovada pelo Senhor Ministro e no Tribunal de Contas para a devida liberação, e a Verba 1.6.23 - Diversos, assim distribuída: la. Inspetoria: Cr\$...



1199  
APB  
1962

5.000.000,00 já aprovada pelo Senhor Ministro; 2a. Inspeção : Cr\$4.000.000,00; 3a. Inspeção: Cr\$4.000.000,00; 4a. Inspeção: para o PI Xucuru Cr\$2.000.000,00; 5a. Inspeção Regional: não tem; 6a. Inspeção: Cr\$4.000.000,00; 7a. Inspeção: não tem; 8a. Inspeção : Cr\$4.000.000,00; 8a. Inspeção Regional: para atender ao Posto Indígena Pimentel Barbosa Cr\$2.000.000,00; 9a. Inspeção : Cr\$4.000.000,00. Para medição e demarcação das glebas indígenas no Território Federal de Rondônia, Pará e Mato Grosso, Cr\$2.000.000,00; para aplicação na fronteira com o Peru, Sena Madureira e Território do Acre: Cr\$2.000.000,00. Para medição e legalização das glebas indígenas no Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, Cr\$3.000.000,00. Expedição Científica Cr\$1.200.000,00. Logo após, o Senhor Diretor com a palavra, recomenda aos Senhores Chefes de Inspeções que analisassem essas verbas e apresentassem suas reclamações e reivindicações, salientando que os recursos não eram muitos e os planos elaborados pelas Inspeções, atualmente, eram impraticáveis, devido ao alto custo de vida. Deve haver um critério para cobrir as prioridades justas. Explicou, ainda, que os assuntos dependentes de decisão, vão ser orientados no seguinte critério: aplicar numerário em bens reprodutivos isto é, tudo aquilo que é capaz de produzir: exemplo, roupas, casa de farinha, juntas de bois, arados etc., nos Postos essencialmente de lavoura e, nos Postos extrativos, aparelhos utilitários na indústria extrativa. Continuou o Senhor Diretor, dizendo que nomeou Comissões de Compras destinadas a efetuar tomadas de preços e controlar o material adquirido para ser, posteriormente, encaminhado às Inspeções e Postos Indígenas. Quero fazer tanto quanto possível - ainda o Senhor Diretor - que as Inspeções sejam os fiscais do emprego das verbas. À Inspeção competirá a fiscalização das aplicações. Penso adquirir nas fontes produtoras as utilidades e entregá-las às Inspeções ou Postos Indígenas, designando um funcionário, com Ordem de Serviço, para seguir com destino às fontes produtoras, como já disse, e realizar as compras previstas, tomando a iniciativa, quando fôr o caso, de fazer chegar às Inspeções ou Postos Indígenas as mercadorias, comunicando à Diretoria a espécie e a quantidade de material encaminhado. E, continuando o Senhor Diretor: - os debates da próxima Reu



nião serão sôbre o critério a ser dado na distribuição das Verbas. A essa altura dos trabalhos, precisamente às 11,15, o Senhor Diretor houve por bem suspender a Reunião nesta sua primeira fase, marcando uma outra para às 15 horas, nesta Diretoria, tendo sido lavrada a presente ata pelo Secretário que a subscreve, Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios, nível 12 e assinada pelo Senhor Diretor e Chefes de Seções Especializadas do Serviço de Proteção aos Índios.

-----

"ATA DA SEGUNDA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DE SEÇÕES, REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL."

Aos sete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho os Senhores Chefes de Inspetorias Regionais, Chefes das Seções Especializadas dêste Serviço e o servidor Augusto de Souza Leão, para prosseguimento dos assuntos iniciados pela manhã, de estudos e debates sôbre a análise que deveria ser feita pelos Chefes de Inspetorias, relativamente às verbas e que os mesmos deveriam apresentar suas reclamações e reivindicações. Os trabalhos tiveram início às 15 horas, presentes os senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspetoria Regional; José Fernando da Cruz, Chefe da 5a. Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspetoria Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspetoria Regional e Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a.



Inspetoria Regional. O Senhor Diretor iniciou a Reunião, explicando que não é mais possível se cingir pelos Planos de Trabalho apresentados anteriormente pelos Chefes de Inspetorias. No decorrer dos trabalhos foi obrigado a alterar os mesmos. Tinha a idéia de criar "Postos Modelo" para melhorar o adestramento de pessoal e dar ao índios melhor compreensão dos problemas de trabalho. No entanto, no momento, não estava em condições de executar essas tarefas; por isso modificou o seu modo de ver. Quer executar o trabalho nas bases expostas no Temário, dando a palavra aos Chefes de Inspetorias para apresentarem suas reclamações e reivindicações, dentro do esquematizado no Temário e, relativamente, à Verba Assistência Social, na importância de Cr\$35.000.000,00. A 1a. Inspetoria usou da palavra dizendo que apresentou um Plano, de acordo com a orientação recebida da Seção de Administração, isto é, elaboração do Plano dentro da parcela de Cr\$1.000.000,00, quantia esta destinada à Inspetoria. Tem seis escolas funcionando nos Postos Indígenas Waupés, Barbosa Rodrigues, Manoel Miranda, Lobo D'Almada, São Marcos e Ticunas, com apenas três professoras do Serviço. Ia destinar Cr\$20.000,00 para aquisição de material escolar para cada escola. Estabeleceu o critério de incluir material didático para os Postos que tinham escolas em pleno funcionamento e adquirir material agrícola para os que não têm escola. O Senhor Diretor achou que no Plano deveriam constar bens reprodutivos. Ficaria, entretanto, o Plano em pauta, podendo o mesmo, para o futuro, ser alterado para mais, a fim de dar maior amplitude na aquisição de outros materiais de utilidade para os índios, tais como, caetetus para fabricação de farinha, reparos de lanchas etc. A 2a. Inspetoria ficou de apresentar o Plano no dia seguinte. A 4a. Inspetoria pronunciou-se, abrindo mão da verba destinada à Inspetoria, em favor de outras necessidades de maior dotação para atendimento de problemas inadiáveis. A 5a. Inspetoria salientou as grandes necessidades de seus Postos desprovidos de roças, estação de rádio e de casas para índios. Tem muitas escolas funcionando, algumas, com dois turnos, com número insuficiente de professoras. No Posto Buriti estão sendo construídas 11 casas pelos recursos da própria Inspetoria. São inúmeros os problemas a serem atacados de frente, inadiáveis, por quanto os Postos estão desprovidos de instrumentos agrícolas e de



1202  
F. J. J. J.

tudo mais que possibilite uma assistência real e efetiva ao índio. Em virtude da alegação, pede que sua Inspetoria seja contemplada com maior parcela da Verba Assistência Social, ou seja, Cr\$. . . . . 5.000.000,00 . O Senhor Diretor achou razoável a solicitação pedindo um Plano para aplicação da aludida importância, visando uma assistência positiva no que tange saúde, educação e higiene. Criação de amplas roças nos Postos, casas simples, mas que ofereçam o conforto relativo à preservação da higiene e da saúde. O Plano deve visar, também, a criação de Postos Indígenas na reserva dos Kadiuwê. Em seguida, teve a palavra a Seção de Estudos, que responsável por seis Postos Indígenas, três no litoral e três no centro de São Paulo, incluído o Engenheiro Mariano de Oliveira, em Minas Gerais, tem seus problemas que reclamam providências imediatas. Reivindica a importância de Cr\$2.000.000,00 para atendimento dos Postos Indígenas do litoral de São Paulo e Engenheiro Mariano de Oliveira e Cr\$ Cr\$800.000,00 para a sede, a fim de atender aos índios em trânsito. A 6a. Inspetoria Regional tem 11 Postos com mais de 1.500 índios para assistir, todos carecentes de ferramentas e implementos agrícolas. Só tem três escolas funcionando por falta de professoras. No Posto General Gomes Carneiro, os índios estão doentes, rotos e famintos. O Senhor Diretor perguntou se a Inspetoria endossava o Plano já apresentado. Sugeriu a mesma apresentar outro Plano de Trabalho, na base de Cr\$6.000.000,00 . O Senhor Diretor concordou, exigindo, no entanto, que todos os Postos façam grandes lavou- ras de subsistência, as escolas funcionem normalmente e que as enfermarias dos Postos sejam dotadas de medicamentos essenciais às moléstias locais, a fim de debelar os males do Posto Indígena General Gomes Carneiro e dos demais Postos supervisionados pela Inspetoria. Em seguida, falou a 7a. Inspetoria. Não tem nenhuma verba específica. Os Cr\$3.000.000,00 para Assistência Social são para aplicar nos 16 Postos assistidos pela mesma. O Senhor Diretor tomou a palavra, dizendo que para a 7a. Inspetoria vai dar uma quota substancial, porque o objetivo do seu programa é a construção de casas. Viu, de sua última inspeção que os índios da Inspetoria não merecem o que sofrem. Vivem, em alguns Postos, em palhoças, sem camas ou redes, dormindo sobre o solo. Tendo ao pé da obra madeiras e



duas serrarias, quer aproveitar êsses elementos para construção das casas e desenvolver um dos Postos da Inspetoria, tornando -o modelo. Vai aproveitar as duas serrarias do Serviço, a de Xapacó e a de Palmas. Para isso, vai constituir uma comissão para estudar os meios de botar em funcionamento as aludidas serrarias. Vai tirar uma parcela da Verba Assistência Social para comprar acessórios para a construção das casas, como pregos, fechaduras, dobradiças etc. Portanto, vai reservar para esta Inspetoria uma importância que, à primeira vista, parece grande, mas se justifica, Cr\$10.000.000,00. Em continuação, a 8a. Inspetoria Regional é de fato uma Inspetoria pobre. O problema é seriíssimo. Se as fazendas de gado fôsem mais aparelhadas, teriam dado uma boa renda. Para a mesma, foram reservados Cr\$6.000.000,00 da verba específica e Cr\$2.000.000,00 da Assistência Social. Vai estudar o Plano anteriormente feito e apresentar outro, mais compatível com as necessidades atuais. Sobre o problema de habitação, disse a Chefia da Inspetoria: - é preferível ver o índio habitar uma casa coberta de palha, porém, de aspecto sadio, satisfeito e bem nutrido. O Senhor Diretor apoiou plenamente as razões da 8a. Inspetoria. Em seguida, a 9a. Inspetoria Regional disse não abrir mão da verba específica de Cr\$4.000.000,00. Tem mais necessidade de remédios que combatam às moléstias endêmicas. Nessa altura, o Senhor Diretor recomendou aos Chefes de Inspetorias que fizessem uma relação dos medicamentos de maior necessidade para cada Inspetoria, indicando a quantidade necessária. O Senhor Diretor apreciou dois tipos de medicamentos perecíveis e os imperecíveis. Os medicamentos considerados do primeiro grupo, isto é, os perecíveis, serão comprados nos laboratórios e distribuídos às Inspetorias, nos momentos de necessidade premente; e os medicamentos do segundo grupo, isto é, os imperecíveis, devem as Inspetorias terem um estoque em reserva e, êsses medicamentos não devem faltar em todos os Postos. Retomando a palavra, o Senhor Chefe da 9a. Inspetoria disse: - não pretende fazer muito. Desejava, pelo menos, deixar um Posto organizado - o Posto Major Amarante, não esquecendo o rio Negro, onde pretende construir uma casa de alvenaria. Aparteou a 8a. Inspetoria: - Ao Serviço não satisfaz um







1205

"ATA DA TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETÓRIAS, E DE SEÇÕES ESPECIALIZADAS, REALIZADA AOS OITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1962, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL!"

Aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os Senhores Chefes das Seções Especializadas e Chefes de Inspetorias Regionais deste Serviço, para prosseguimento dos trabalhos do dia anterior. Os trabalhos tiveram início às 15 horas, presentes os senhores Lourenço da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspetoria Regional; José Fernandes da Cruz, Chefe da 5a. Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspetoria Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspetoria Regional; Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a. Inspetoria Regional. O Senhor Diretor recebeu o rádio número oito centos e setenta e nove, de oito de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, da 3a. Inspetoria, do seguinte teor: "Seguindo hoje com destino essa Capital Chefe Olímpio Martins Cruz via pelo aparelho da VASP para Saudações Agrícolas IR3 Substituto. Iniciada a reunião, foram apresentados os débitos das Inspetorias, assim relacionados: 1a. Inspetoria Cr\$100.198,00; 2a. Inspetoria Cr\$7.000.000,00; 3a. Inspetoria Cr\$349.250,00; 4a. Inspetoria: Cr\$971.689,00; 5a. Inspetoria: Cr\$3.500.000,00; 6a. Inspetoria: Cr\$1.300.000,00; 7a. Inspetoria Cr\$333.875,00; 8a. Inspetoria: Cr\$2.790.000,00; 9a. Inspetoria Cr\$739.068,00; Seção de Estudos: Cr\$5.511.235,30, num total de Cr\$22.595.315,30. Ficou entendido que o débito da 4a. Inspetoria será pago pela Verba Específica e



a quantia de Cr\$3.000.000,00 destinada à Bahia deverá ser empregada nos Postos Indígenas Rodela, Kiriri (compreendendo as aldeias de Mirandela e Massacará). As Inspetorias apresentaram novo Plano de Trabalho, os quais foram muito debatidos. O Senhor Diretor chamou a atenção dos Chefes de Inspetorias, dizendo que irá fazer a distribuição das verbas de acordo com os Planos de Trabalho apresentados. Exige, portanto, que este Plano seja rigorosamente cumprido, porquanto, mais tarde, em viagem de inspeção, quer ver tudo quanto especifica o Plano. Lembra, portanto, aos Senhores Chefes de Inspetorias que façam Planos exequíveis e não, apenas, teóricos, impraticáveis. Outro assunto abordado, foi o relativamente ao Pessoal admitido pela Tabela Temporária. O Senhor Diretor determinou às Chefias que relacionassem os nomes de todo esse Pessoal, responsabilizando-se, apenas, por aqueles que já têm Portaria, vigorando essa Tabela, de julho a dezembro de mil novecentos e sessenta e dois. Dado o adiantamento da hora, o Senhor Diretor houve por bem encerrar, precisamente, às 17 horas os trabalhos da presente Reunião, ficando para o dia seguinte os debates para reajustamento dos Planos de Trabalho, a questão de terras e abordar problemas de assuntos gerais. Assim, foi lavrada a presente ata pelo Secretário que a subscreve, Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios, nível 12, que vai assinada pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e pelos Chefes das Seções Especializadas deste Serviço.

-----

"ATA DA QUARTA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS, REALIZADA ACS NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1962 NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL!"-

Acs nove dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os Senhores Chefes de Inspetorias e Chefes das Seções Especializadas deste Serviço, para prosseguimento dos trabalhos do dia anterior, de estu-



dos e debates sôbre as atividades do Serviço. Os trabalhos tiveram início às nove horas, presentes os senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspeção Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspeção Regional; Olímpio Martins Cruz, Chefe da 3a. Inspeção Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspeção Regional; José Fernando da Cruz, Chefe da 5a. Inspeção Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspeção Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspeção Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspeção Regional; Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a. Inspeção Regional e o servidor Augusto de Souza Leão. Iniciada a Reunião, o Senhor Diretor verificou os Planos de Trabalho que ficaram para reajustar. Informou que os Chefes de Inspeções só podiam regressar, após apresentarem os Planos das verbas orçamentárias, nos quais deviam constar os elementos necessários à preservação da vida, a criação de grandes lavouras, medicamentos aconselháveis às doenças regionais e construção de casas para índios. Presente à Reunião o Senhor Chefe da 3a. Inspeção Regional, o Senhor Diretor tratou dos problemas relativos a esta Regional, indagando: - qual a dívida da Inspeção? Resposta Cr\$349.250,00. Quais as verbas previstas? - 1.6.23-Verba Específica, Cr\$4.000.000,00 e 1.6.17-Assistência Social, Cr\$..... Cr\$1.000.000,00. Quais os problemas mais urgentes? Resposta: - Fundação de um Posto para atender aos índios Urubus e Guajás e as invasões das terras do Posto Gonçalves Dias. Qual a situação do Posto Tenente Manoel Rabelo? Resposta: - Não está tão bem desenvolvido. Assiste aos índios Guajás. Tem roças de subsistência. Qual o Posto que está em pior condição? - Resposta: O Posto Capitão Uirá. As terras são ruins e os índios não querem abandonar suas terras, alegando que ali nasceram seus antepassados e eles próprios, nascidos e criados no Posto e todos os seus ancestrais ali estão enterrados. Um dos índios do Posto



Capitão Uirá que se encontravam na Diretoria, foi chamado e declarou:-Tudo que se planta nas terras do Pôsto, dá. O clima é bom. Colhem verduras e frutas. Muito côco, lima, banana e abacaxi. Não têm ferramentas agrícolas para trabalharem. Ainda o Senhor Diretor, indagando:-E o Pôsto Gonçalves Dias? Resposta:- É o melhor. Terra muito boa. Pôsto de criação. Há muitas invasões e o Encarregado do mesmo é muito trabalhador e vem desenvolvendo atividades apreciáveis. Sobre o problema das terras do Pôsto Gonçalves Dias, a Chefia apresentou ao Senhor Diretor, cópia de expedientes dirigidos às autoridades competentes, a fim de expulsar os invasores. Ficou evidenciada a necessidade da mecanização e adubação das terras do Pôsto Capitão Uirá. O Senhor Diretor pediu um novo Plano de Trabalho para, dentro desta orientação, atender às necessidades mais urgentes. Quer atacar estes problemas que demandam providências imediatas. Indagou, ainda, o Senhor Diretor:-A Inspetoria assiste a quantos índios? Resposta:4.995, fora os Gaviões. A Inspetoria está precisando de reforço de verbas? Nessa altura, em aparte, o Chefe da 8a. Inspetoria declarou que a 3a. Inspetoria tem sido infeliz, relativamente a chefias. Os Canelas não são preguiçosos como apregoam. Já incorporou esses índios em seus Postos, quando Chefe da 2a. Inspetoria, e os mesmos apresentaram grandes esforços de trabalho. Declarou que as terras de Barra do Corda são riquíssimas. Usando da palavra, o Senhor Diretor informou que as Verbas Orçamentárias destinadas à 3a. Inspetoria Regional - Cr\$5.000.000,00-serão empregadas para atendimento dos problemas mais urgentes, tais sejam, os Urubus e Guajás e Pôsto Capitão Uirá. Posteriormente, deverá a Inspetoria apresentar um Plano para intensificação das lavouras, correndo as despesas pelo Fundo Federal Agro-Pecuário, e com auxílio da Colônia Agrícola. Considerou o Senhor Diretor já solucionado o problema da aplicação das verbas. Em seguida, os debates foram sobre o problema de demarcação e legalização das terras. A verba destinada para esse fim é de Cr\$5.000.000,00. A 2a. Inspetoria lembrou a situação das terras de Mãe Maria, no Município de Marabá, Estado do Pará, para a qual foi reservada a parcela de Cr\$2.000.000,00. Essa verba é para a demarcação de terras nos



Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. O Senhor Diretor perguntou qual a urgência da demarcação de terras na 9a. Inspetoria, respondendo a chefia não haver urgência para esta medida ; somente as do Posto Major Amarante precisam ser medidas e demarcadas, devido ao avanço da Colônia Agrícola. E a 3a. Inspetoria tem urgência para demarcação de terras? Resposta:-Sim, as do Posto Indígena Gonçalves Dias. A 5a. Inspetoria se pronunciou a respeito, dizendo não abrir mão desta verba, pois a sua Inspetoria tem sérios problemas em Dourados, Posto Francisco Horta e Panambi. Houve debate nesse ponto, pois que a lei orçamentária não prevê numerário para atendimento de demarcação de terras na 5a. Inspetoria. O Senhor Diretor, para deixar bem claro essa situação, disse que o emprêgo das verbas seria apenas nas Inspetorias constantes da lei orçamentária, ou sejam, as 2ª, 3ª, 6ª, e 8ª Inspetorias Regionais. A 5a. Inspetoria ficou excluída. Sobre este assunto, chegou-se à seguinte conclusão: A lei orçamentária consigna Cr\$5.000.000,00 para medição e demarcação de terras nas Inspetorias acima citadas. A quantia de Cr\$2.000.000,00 será aplicada na reserva Mãe Maria, Estado do Pará e o restante, Cr\$. Cr\$3.000.000,00, em Goiás. A 8a. Inspetoria Regional vai sugerir um nome de sua confiança e competência para tratar do problema de terras em sua Inspetoria. O Senhor Diretor deu como solucionados os assuntos Verbas e Terras. Logo em seguida, tratou dos assuntos gerais de sua administração. Falou da necessidade dos Chefes de Inspetorias viajarem e fiscalizarem o fiel desempenho dos Planos de Trabalho e o emprêgo das verbas. Deixou bem claro que as chefias ficavam autorizadas a viajarem dentro de sua Inspetoria, comunicando tal fato à Diretoria, informando a finalidade da sua Inspetoria, informando da finalidade da viagem para a devida homologação e demais providências administrativas. O funcionário deverá viajar na medida da necessidade, quer tenham ou não fundos orçamentários na respectiva rubrica. Continuou o Senhor Diretor salientando o problema dos arrendamentos e arrendatários. Não pode haver arrendamentos nem arrendatários sem autorização da Diretoria. Ficam as Inspetorias com a incumbência de fazer o levantamento dos arrendamentos já existentes, cadastrá-los e reme-



1210  
BGA

ter, com urgência à Diretoria. Todo arrendamento a ser feito doravante, sem autorização da Diretoria, ficará sob a responsabilidade dos chefes de Inspetorias. Terminadas estas conclusões, o Senhor Diretor perguntou se havia dúvida sobre arrendamentos. A 7a. Inspetoria citou os casos de invasores. O Senhor Diretor esclareceu que deve ser feito, também, o levantamento e cadastro de todos os invasores. Se pagam alguma taxa, são arrendatários e se não pagam, são intrusos. A 5a. Inspetoria informou que, só no Pôsto Indígena Nalique, há 61 arrendatários que têm contratos e pagam arrendamentos e 76 que não têm contratos e pagam arrendamentos. O Senhor Diretor disse que a 5a. Inspetoria deve fazer o levantamento e cadastro e atualizar a situação. De modo geral, a Diretoria proíbe que, daqui por diante, qualquer pessoa se coloque em terras indígenas sem autorização da Diretoria. Novamente a 5a. Inspetoria: -Existindo no Pôsto Indígena Nalique 61 arrendamentos de direito e 76 arrendamentos de fato, pergunta se não será mais prático, mais aceitável, dar aos 76 arrendatários um prazo de dois anos para eles ficarem nas terras e, depois, abandoná-las. Propõe que aos contratos já existentes (61) todos eles com prazo de cinco anos, seja esse prazo reduzido para dois, por achar o prazo de cinco anos danoso para o Serviço. O Senhor Diretor explicou: - A situação dos arrendamentos pode ser encarada sob um duplo aspecto: de direito e de fato. De direito, ninguém pode conceder esses arrendamentos sem autorização da Diretoria. Mas não podemos obscurecer que existem, vivendo e trabalhando nas glebas indígenas, milhares de famílias que ali se instalam mais ou menos à revelia do Serviço. É uma situação de fato, mas que precisa ser, com urgência, plenamente conhecida da Diretoria. A 7a. Inspetoria solicitou orientação para àquêles que plantam em áreas indígenas e nelas não habitam. Citou o caso do Pôsto Guarita. O Senhor Diretor esclarece: - os indivíduos que não moram na área indígena não podem plantar ali; o contrário seria consentir no uso das terras do Serviço, através de intermediários. Em suma: as Inspetorias devem mandar para a Diretoria a relação completa de todos quantos vivem e trabalham em terras do Serviço. Foram essas as conclusões finais sobre os arrendamentos e arrendatários. Em continuação, o Senhor Diretor tratou da movimentação de pessoal, frisando: - Só quem pode



movimentar o pessoal é a Diretoria. Não admito que faça movimentação à revelia. Nos casos de urgência, os Chefes de Inspetorias poderão fazê-la, porém, deverão ser comunicadas urgentemente à Diretoria para providências imediatas do ato de localização. Logo após, foi tratado o assunto dos rebanhos. E o Senhor Diretor com a palavra, declarou:-As Inspetorias, a S.O.A. e, em certos casos a S.E., precisam acompanhar o desenvolvimento vegetativo dos rebanhos. O Encarregado de Postos Indígenas não tem autorização para usufruto do rebanho, não querendo dizer que não possa, em casos especiais, de necessidade ou de emergência, abater rêses para atendimento desses casos, cuja comunicação à S.O.A. deve ser imediata, para homologação da medida tomada pelo Encarregado do Posto. Nos casos em que o abate não se revista de caráter urgente, é necessária a autorização da Inspetoria e a devida comunicação à S.O.A. . Com estas conclusões, o Senhor Diretor passou o assunto "Têrmos de Morte", esclarecendo:-o Encarregado do Posto não fica isento de responsabilidade pelo simples fato de lavrar têrmos de morte e encaminhá-los à S.O.A. . Embora não possa ser responsabilizado pela morte do gado, poderá, no entanto, ser passível de punição quando tal ocorra em consequência de falta de zelo nesses misteres que lhe são diretamente afetos. Dado o adiantamento da hora, o Senhor Diretor houve por bem encerrar, precisamente às 11,45 horas, os trabalhos da presente Reunião, ficando para o dia seguinte os casos das Missões e de esclarecimentos sobre alguns processos que estavam em pauta para estudos na Reunião de Chefes de Inspetorias. Assim foi lavrada a presente ata pelo Secretário que a subscreve, Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios nível 12, que vai assinada pelo Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

-----

"ATA DA QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DE SEÇÕES ESPECIALIZADAS, REALIZADA AOS NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1962, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.-

Aos nove dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, esti-



veram reunidos, sob a presidência do Senhor Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os Senhores Chefes de Inspetorias Regionais e Chefes das Seções Especializadas dêste Serviço, para continuação dos estudos e debates dos casos das Missões e de alguns processos que estavam em pauta para serem debatidos na Reunião. Os trabalhos tiveram início às 15,30 horas; presentes os Senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspetoria Regional; Olimpio Martins Cruz, Chefe da 3a. Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspetoria Regional; José Fernando da Cruz, Chefe da 5a. Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspetoria Regional; Francisco Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspetoria Regional; Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a. Inspetoria Regional e o servidor Augusto de Souza Leão. O Senhor Diretor iniciou a Reunião, solicitando da 1a Inspetoria esclarecimentos sobre os acontecimentos verificados com os missionários das Novas Tribos do Brasil, no Território da Amazônia. A Inspetoria informou as providências tomadas junto às autoridades militares, não ficando positivadas as denúncias levantadas contra essa Missão. O Senhor Diretor explicou que teve a preocupação de apurar e expor o seu ponto de vista ao Conselho de Segurança Nacional, relativamente às Missões. São inocentes e estão voltadas para os trabalhos de catequese e sua ação junto aos índios muito interessa ao Serviço, porque eles ajudam aos índios. O Serviço ficou autorizado pelo Conselho de Segurança Nacional a restabelecer as autorizações que existiam antes. O Serviço, no caso das Missões, está agindo de acordo com as instruções do mesmo Conselho. Sobre êste assunto, creio, já está resolvido; caso contrário, quero estar ciente de toda a situação que diz respeito "Missionários". Quero esclarecer, ainda o Senhor Diretor, que o Serviço está agindo consoante autorização do Conselho Nacional de



Segurança e que o assunto fica bem esclarecido. Apesar das autorizações, os missionários devem ser fiscalizados por este Serviço e, nós estamos em condições de fazer essa fiscalização. A 1a. Inspeção Regional mencionou a Missão Batista Amazonas Ocidental em que um tal de Mr. Hoss da referida Missão está trabalhando com regatão. A 5a. Inspeção sugeriu que todas as Inspetorias encaminhassem relatório sobre as missões, local em que atuam e demais dados concretos, a fim de que o Senhor Diretor pudesse tomar as providências necessárias junto ao Conselho Nacional de Segurança. O Senhor Diretor aprovou a sugestão. As Inspetorias deverão fazer uma relação de todos os missionários e verificar se eles estão munidos de documentos que os autorizem a agir. A seguir, foram estudados e esclarecidos os processos que estavam em pauta, os quais, em sua quase totalidade, foram resolvidos. O Processo SPI número 4831/62, sobre o Código dos órgãos deste Serviço, apresentado pela S.O.A. foi explicado sumariamente por aquela Seção, a fim de que, no futuro, quando os Chefes de Inspetorias o recebessem, tivessem melhor compreensão sobre o assunto. Sobre o S.P.I. 4772/61, relativamente ao Plano a ser realizado no Pôsto José de Anchieta, pronunciou-se a Seção de Estudos, considerando-o superado. Algumas medidas sugeridas já estão em execução. Quanto às outras sugestões, fazem parte do Plano de Recuperação apresentado pela Seção de Estudos e aprovado pelo Senhor Diretor. O processo SPI número 1283/62, que trata das invasões de terras do Pôsto Gonçalves Dias, foi submetido à 3a. Inspeção para sugerir novas medidas. O Senhor Diretor autorizou viagem de regresso somente àqueles que tinham concluído seus compromissos em Brasília, ficando os que ainda tinham problemas dependentes de solução, relativamente à sua Inspetoria. Agradeceu o Senhor Diretor, com toda a sinceridade, a colaboração prestada pelos Chefes de Inspetorias e das Seções Especializadas e a harmonia com que correram os trabalhos, desejando a todos um feliz regresso. A 5a. Inspeção declarou-se plenamente satisfeita com as medidas tomadas e agradeceu a oportunidade de ter tido contato direto com os colegas desejando ao Senhor Diretor pleno êxito na Administração do Serviço. A 6a. Ins



petoria apresentou, também, agradecimentos e a oportunidade que teve de tratar diretamente com a Direção os problemas de sua alçada. Externou estar firme para cumprir as determinações emanadas da Diretoria, procurando executá-las integralmente. A 8ª Inspeção esclareceu que não tem casos pessoais. Seus conselhos têm a única finalidade de incentivar os colegas mais novos a procurar melhorar, cada vez mais, a situação do índio, numa colaboração espontânea e efetiva. Fêz um apêlo aos colegas dotados de espírito de compreensão, para que saíam todos da Reunião com os espíritos desanuviados. A 3ª. Inspeção, servindo-se da oportunidade, apresentou sinceras congratulações ao Senhor Diretor e colegas pela excelente colaboração que recebeu de todos. Procurará acertar. A 9ª. Inspeção usou da palavra, dizendo sair satisfeito com as diretrizes traçadas pelo Senhor Diretor. Por último, o Senhor Diretor se dirigiu aos presentes com as seguintes palavras: -Depois desta jornada em comum, na qual procuramos solucionar os problemas em favor do índio, declaro-me satisfeito com os resultados e tenho a certeza de que, no próximo ano, quando procurarei realizar duas Reuniões de Chefes de Inspetorias, tudo correrá mais harmoniosamente. Eram precisamente 17,45 horas, quando o Senhor Diretor houve por bem dar como terminada a Primeira Reunião de Chefes de Inspetorias e Chefes das Seções Especializadas, realizada na sede do Serviço de Proteção aos Índios, quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, tendo sido lavrada a presente ata pelo Secretário Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios nível 12, que a subscreve e vai assinada pelo Senhor Diretor dêste Serviço.

.....



NORMAS ESTABELECIDAS PELA  
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

O Serviço de Proteção aos Índios recebeu, através do Sr. Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, a Circular nº 58, procedente da Secretaria da Presidência da República, e publica na íntegra, para conhecimento dos seus servidores:

"Diretor Geral do Departamento de Administração:

Transcreveo abaixo na íntegra, para ciência e observância, a Circular nº 58, de 25.10.62, do Chefe do Gabinete do Ministro.

"Circular nº 58

Ao Senhor Diretor Geral do D.A.

Recomendo a V.Sa., de ordem do Sr. Ministro, a mais rigorosa observância, pelos funcionários dessa repartição, das normas estabelecidas na Circular 18/46, da Secretaria da Presidência da República, publicada no Diário Oficial de 8 de julho de 1946.

2. Recomendo, também, a V.Sa. que os responsáveis pela inobservância da referida Circular, principalmente no que diz respeito aos prazos estabelecidos para andamento de processos, nessa repartição, sejam punidos na forma dos artigos 202 e seguintes da Lei nº 1 711, de 27 de outubro de 1 952.

Brasília, em 25 de outubro de 1962.

as.)Rubens Tellechea Clausell

-Chefe do Gabinete do Ministro"

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de estima e distinta consideração.

As.)Vicente Ferrer Correia Lima

-Diretor Geral do D.A.-



"SECRETARIA:-

Senhor Ministro:

Havendo o Senhor Presidente da República considerado a necessidade de consolidar tôdas as disposições vigentes sôbre a instrução e a movimentação de papéis nos órgãos da administração pública, bem como uniformizar a redação de informações e pareceres e a correspondência oficial, solicito providência de Vossa Excelência, de ordem do Senhor Presidente, no sentido de serem rigorosamente observadas, a respeito, as seguintes normas:

I - DO DIREITO DE PETIÇÃO

1.É permitido ao servidor público, funcionário, ex tranumerário da União e das entidades autárquicas ou paraestatais, requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer, desde que o faça com urbanidade e em termos, observadas as seguintes normas:

I-Nenhuma solicitação, inicial ou não, qualquer que seja a sua forma, poderá:

a)ser dirigida a autoridade incompetente para decidí-la; e

b)ser encaminhada senão por intermédio a que esti ver direta e imediatamente subordinado o peticionário.

2.O pedido de reconsideração só será cabível quando contiver novos argumentos e será sempre dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão.

3.Nenhum pedido de reconsideração podera ser renovado.

4.O pedido de reconsideração deverá ser decidido no prazo máximo de oito dias.

5.Só caberá recurso do pedido de reconsideração indeferido, ou não decidido, no prazo legal.

6.O recurso será dirigido à autoridade a que esti ver imediatamente subordinada a que tenha expedido o ato ou profe

---



rindo a decisão, e, sucessivamente, na escala ascendente, às demais autoridades.

7. Nenhum pedido de reconsideração ou recurso poderá ser encaminhado mais de uma vez à mesma autoridade.

8. Das decisões ou atos do Presidente da República caberá um único pedido de reconsideração, saldo do despacho denegatório de provimento de recurso, o qual determinará, na esfera administrativa, o encerramento definitivo do assunto.

9. Toda petição dirigida ao Presidente da República deverá ser encaminhada por intermédio do órgão competente para instruir e opinar sobre o assunto.

10. Somente por ordem do Presidente da República poderá ser-lhe dirigida, diretamente, qualquer petição.

11. Só poderá ser recebida e ter entrada a petição, quando:

- a) observar o item 9;
- b) declarar, no final, e conclusivamente, se se trata de pedido inicial, de reconsideração ou de recurso;
- c) declarar o seu objeto, de modo expresso, claro e conciso; e
- d) indicar o endereço completo do interessado (rua, número, bairro, cidade e telefone, se houver).

12. A petição que não observar as normas desta Circular não será recebida, e a que fôr, por qualquer motivo, será mandada arquivar, publicando-se o despacho, fazendo-se ao interessado, por escrito, ou mediante "ciente", no processo, a devida comunicação e promovendo-se a punição do servidor responsável, na forma da lei.

13. A petição assinada por procurador não será recebida se não vier acompanhada do respectivo instrumento de mandato, salvo se do requerimento constar a indicação de que o instrumento está anexado a outro processo existente no órgão a que fôr entregue.

---



II - DO RECEBIMENTO E DA TRAMITAÇÃO  
DE PAPÉIS

14. Cumpre ao Serviço de Comunicações(S.C.) receber, numerar, fichar, distribuir, redistribuir, expedir e arquivar os papéis.

15. Nem a ficha-capa, nem a capa serão numeradas na paginação dos papéis.

16. Cabe ao S.C. organizar os papéis pela forma processual, encaminhando-os ao destino próprio, depois de numeradas e rubricadas as folhas, devendo ter andamento imediato os que consignem a nota "urgente", ou se originarem de telegramas.

17. Nenhum papel deverá permanecer no S.C. por mais de 48 horas contadas da data em fôr recebido.

18. Os pedidos de reconsideração e recursos são considerados urgentes.

19. Os processos que contiverem exigências deverão aguardar a satisfação destas no S.C. que os restituirá ao órgão competente, uma vez atendidos; e, não o tendo sido, logo após decorrido o prazo estabelecido em lei, ou que fôr fixado, consignado as exigências que não tenham sido satisfeitas.

20. A tramitação de papéis entre autoridades ou órgãos será feita pelo S.C., que lhes dará o destino devido, independentemente de ofício e de acôrdo com os despachos neles exarados.

21. O prolator do despacho é obrigado a indicar, sempre, a autoridade ou órgão destinatário, cumprindo ao S.C. fazer, na ficha respectiva, as devidas anotações, de maneira que se possa a qualquer momento, saber o destino e a data do papel.

22. As remessas ou as restituições de papéis a autoridades ou órgãos extranhos, far-se-ão na conformidade do item 20, salvo casos especiais, a critério da autoridade remetente.

23. Evitar-se-á, tanto quanto possível, a remessa de papéis em que houver diligências e satisfazer, promovendo-se a satisfação delas por telegrama ou correspondência postal, considerado o disposto nos itens 20 e 22, in-fine.



24. Cada S.C. deverá organizar e manter atualiza-  
dos:

a) o "Registro" de Processo Administrativo, por ordem cronológica de dia, mês e ano, no qual deverão ser feitas tôdas as anotações e indicações que permitam, a qualquer tempo, e imediatamente, conhecer-se o andamento dos processos, a fase em que se encontram e o seu destino;

b) o "Fichário dos Papeis em Diligência", a fim de que, decorrido prazo razoável, não excedente de 30 dias para os Estados mais próximos e de 60 dias para os mais distantes, o S.C. cientifique à autoridade ordenadora da diligência o não cumprimento desta; e

c) o "Registro de Autos e Notificações", pelas repartições fiscais, no qual serão anotadas tôdas as indicações que facilitem, imediatamente, conhecer-se o andamento dos autos, a fase em que se encontram, o seu destino e decisão.

### III - DA INSTRUÇÃO DOS PAPEIS

25. O Servidor a quem incumbir a instrução de pa-  
peis deverá:

a) ler o papel, com a máxima atenção;

b) procurar, quando julgar necessário, o seu che-  
fe imediato para receber instruções, e

c) redigir a informação, que se restringirá ao  
assunto em exame.

26. Ao chefe imediato e ao de serviço ou ao dire-  
tor de repartição incumbe prolatar o seu parecer, ou decisão, su-  
prindo omissões ou falhas, e retificando êrros, ou enganos, por-  
ventura existentes na informação ou no parecer.

27. Quando o servidor a quem incumbir a instru-  
ção do processo necessitar da audiência ou elementos de outro  
setor do mesmo órgão, procurará conseguí-los direta e pessoal-  
mente, evitando demoras, diligências e despachos interlocu-  
tórios.

28. A informação deve, sempre, conter:

I-a ementa, clara e concisa, do assunto, no al-  
to, à direita, (êste requisito deve ser satisfeito, apenas pelo



II - o contêxto, que constará:

a) da introdução, em que se fará referência ao assunto tratado;

b) da apreciação do assunto, esclarecimentos e informações que o ilustrem; e

c) da conclusão, de modo claro e preciso.

20. Qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com a indicação do número de folha respectiva.

30. Em caso de referência e elementos constantes do processo anexado ao que estiver em estudo, dever-se-á, também, fazer menção ao do número daquele em que se encontra a folha citada na instrução.

31. As informações, pareceres e despachos, bem como as exposições, avisos, ofícios, circulares, portarias e ordens ou instruções de serviço deverão ser divididos em itens seguidamente numerados (algarismos arábicos), os quais se desdobrarão em alíneas (letras). Quando convier, adotar-se-á, ainda, a divisão em capítulos, também numerados (algarismos romanos), com a respectiva intitulação.

32. O fêcho da informação, parecer ou despacho compreenderá:

a) a denominação do órgão em que tenha exercício o servidor, permitida a abreviatura;

b) a data;

c) a assinatura;

d) o nome do servidor, por extenso, e o cargo ou função.

33. Os requisitos exigidos nas alíneas a, b e d poderão ser datilografados ou feitos por meio de carimbo.

34. Na informação, parecer, ou despacho e na correspondência, observar-se-á o seguinte:

a) clareza, precisão e sobriedade da linguagem, isenta de acrimônia e parcialidade;

b) concisão na elucidação do assunto;

c) legibilidade, adotando-se, preferentemente, o uso da datilografia;

d) transcrição dos dispositivos da legislação, citados na informação, parecer, despacho e na correspondência;

e) autenticação das cópias, relações ou outros ele



mentos anexados para ilustrar a informação, parecer ou correspondência;

f)margem, de acordo com as fórmulas padronizadas;

g)ortografia consubstanciada nas instruções aprovadas pela Academia Brasileira de Letras, na sessão de 12 de agosto de 1943 e o "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", mandados adotar pelo Governo;

h)numeração e rubrica, a tinta das folhas acrescentadas nas quais no alto e ao centro, será repetido o número do processo e o dos que se encontrarem sem esses requisitos em processos anteriores a esta circular;

i)remuneração e rubrica, a tinta, nos casos de reorganização de processos, cancelada a paginação anterior e consignadas, expressamente, no processo essas providências;

j)as informações, pareceres e despachos serão dados seguidamente, sem desperdício de papel, inutilizadas as folhas ou os espaços em branco, nos casos de juntada de cópias, relações ou outros elementos; e

l)ressalva expressa, no fêcho da informação, parecer ou despacho, de qualquer entrelinha, emenda ou rasura, bem como cancelamento de expressões.

35.A juntada de processo e a sua desanexação, bem como a desanexação de documentos já processados, dependerão de prévio despacho do chefe de seção, de serviço ou diretor da repartição: em cada caso serão feitas as anotações indispensáveis em processos.

#### IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

36.Os despachos relativos à satisfação de exigências e os decisórios serão publicados no órgão oficial, salvo os que não devam ser divulgados, fazendo-se, no processo e na ficha respectiva, a anotação própria.

37.As informações, pareceres ou despacho referentes a exigências e satisfazer devem indicá-las expressamente, de modo que pela publicação, possam os interessados ficar completamente esclarecidos.

38.Os processos somente deverão ficar em poder do

---



Mo B9A

observada à risca.

49. Ficam revogadas tôdas as disposições com referência à matéria desta Circular, constantes de circulares, portarias, ordens ou instruções de serviço anteriormente expedidos por quaisquer órgãos ou autoridades do Serviço Público Federal ou entidades autárquicas ou para-estatais.

V - DA SECRETARIA DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

50. A Diretoria do Expediente (D.E.) da Presidência da República (S.P.R.) é o órgão incumbido de receber, numerar, fichar, distribuir, redistribuir, expedir e arquivar todos os papéis da Secretaria da Presidência da República, bem como responder, quando lhe fôr ordenada pela Secretaria, a correspondência epistolar e telegráfica.

51. Os papéis que receberam despacho serão registrados no D.E. na ficha própria, em que se anotará todo o movimento verificado.

52. Os processos destinados ao Presidente da República, serão encaminhados ao Secretário da Presidência, que os fará distribuir, mediante despacho, pelos órgãos e autoridades do serviço público.

53. Nenhum ato ou processo será distribuído sem o prévio registro na D.E.

54. Os despachos interlocutórios ou definitivos conforme o caso, nos processos e papéis entregues à Presidência da República, serão lavrados pelo Secretário da Presidência da República, ou por quem ele determinar.

55. A correspondência oficial, sobre assunto administrativo ou político, que não fôr assinada pelo Presidente da República, sê-lo-á pelo Secretário da Presidência.

56. A correspondência pessoal, epistolar ou telegráfica do Presidente da República fica sob a responsabilidade do Secretário Particular, que se encarregará de recebê-la, respondê-la e mandar arquivá-la.

57. A D.E. submeterá ao Secretário da Presidência, até o dia 15 de cada mês, uma relação dos processos que hajam sido encaminhados.



des autárquicas ou para-estatais, ou a quaisquer órgãos, e que não tenham sido restituídos.

VI - DOS DESPACHOS DO PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA =

58. Todos os papéis selados e quaisquer outros que devam ser decididos pelo Presidente da República, entregues nos diversos ministérios, repartições ou serviços, entidades autárquicas ou para-estatais e na D.E., bem como aqueles que aos mesmos tenham sido distribuídos pelo Presidente da República, pela Secretaria da Presidência ou por quem este designar, devem subir a despacho, acompanhados de exposição de motivos.

59. Da exposição de motivos deverá constar:

- a) resumo do assunto;
- b) síntese das alegações, argumentos ou fundamentos oferecidos;
- c) apreciação do assunto, razões e esclarecimentos que o ilustrem;
- d) transcrição da legislação citada; e
- e) parecer conclusivo, de modo claro e conciso.

60. A exposição de motivos, para a perfeita ordenação do assunto deve ser dividida em itens seguidamente numerados (algarismos arábicos), os quais se desdobrarão em alíneas (letras), adotando-se, ainda, quando convier, a divisão em capítulos, também numerados (algarismos romanos), com a respectiva intitulação.

61. Somente os papéis que não devam ser submetidos à decisão do Presidente da República e que tenham sido distribuídos pelo Secretário da Presidência ou por quem ele designar poderão ser restituídos, ao mesmo, mediante ofício do chefe do Gabinete do Ministro de Estado respectivo, observado, quanto à forma, o item 59 desta Circular.

62. Todos os papéis que forem submetidos à Presidência da República deverão ser capeados, promovendo-se, neste sentido, as providências necessárias.



63.Os Gabinetes dos Ministros de Estado, a D. E. e os Gabinetes de outras autoridades devem observar, em tudo o que lhes forem aplicáveis, as disposições desta Circular, bem como evitar o acúmulo de papéis, pendentes de despacho ou de providências, determinando ou promovendo, neste sentido, as medidas convenientes.

64.As dúvidas suscitadas na execução desta Circular serão resolvidas pelo Secretário da Presidência da República a fim de assegurar uniformidade na observância das suas disposições.-GABRIEL MONTEIRO DA SILVA-Secretário da Presidência.(Expedida a todos os Ministérios e órgãos diretamente subordinados à P.R.)

= SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS PACAÁS NOVOS =

RELATÓRIO ELABORADO PELO INSPE  
TOR DE ÍNDIOS-FRANCISCO SOARES  
DE MEIRELES- EM CONSEQUÊNCIA  
DE UMA INSPEÇÃO LEVADA A EFEI-  
TO NA NONA INSPETORIA REGIONAL  
DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍN-  
DIOS, SEDIADA EM RONDÔNIA, DAN-  
DO CUMPRIMENTO ÀS DETERMINA -  
ÇÕES DO SR. ~~TEA~~ CEL.MOACYR RI -  
BEIRO COELHO, DIRETOR DO MESMO  
SERVIÇO, EXARADAS NA PORTARIA  
Nº 83, DE 14.6.62 E NA ORDEM DE  
SERVIÇO INTERNA Nº 91/62.-

(Transcrição na íntegra do Re-  
latório do Inspetor Francis-  
co Meireles, de que faz par-  
te o processo SPI 2352/62).-

S        enhor Diretor:

— Em cumprimento às determinações de Vossa Excelência, expressas na Portaria nº 83, de 14.6.62, e na Ordem de Serviço Interna nº 91/62, de igual data, partimos de Belém, em companhia do auxiliar ENEU GONÇALVES DE PAULA, com destino a Pôrto Ve-  
lho, onde deveríamos nos encontrar com o servidor AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, e o Inspetor ALBERICO SOARES PEREIRA, Chefe da 9a. I.R., a fim de darmos início aos trabalhos de que estávamos incumbidos.



Em chegando a Pôrto Velho fomos inteirados de que ali não se encontrava o titular da Inspetoria local, o qual deveria, também, integrar a comissão encarregada de rever a situação do Contrato de Extração de Dormentes - entré o S.P.I. e contratistas da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, bem como sugerir e planejar medidas a fim de estabelecer condições para que o próprio S.P.I. pudesse, diretamente, proceder à extração para aquela Ferrovia. Aquele Inspetor havia partido há dias com destino à Vila de Rondônia, situada no Km. 320 da BR29, onde se dizia ter ocorrido um ataque de índios, no qual haviam sido mortas uma mulher e uma criança(sua filha). Levando em consideração que o Sr. Alberico demoraria alguns dias, em viagem; resolvemos, em consequência, iniciar os trabalhos, partindo de Pôrto Velho em companhia dos servidores AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, ENEU GONÇALVES DE PAULA e de CARLOS JARBAS SOARES (sendo este último, além de funcionário da sede da Inspetoria, filho do atual chefe da I.R.), com destino à cidade de Guajará-Mirim, em uma auto-motriz gentilmente cedida pelo Diretor da Estrada, até a localidade conhecida por Ribeirão, localizada no Km. 294, daquela Ferrovia, onde se encontra o Pôsto Major Amaran-te.

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÔSTO MAJOR AMARANTE

Chegamos àquele Pôsto às 19 horas, tendo a auto-motriz gasto, no percurso, exatamente 9 horas. É sempre com renovada emoção que re-vemos a unidade em aprêço, por nós fundada no ano de 1940 e onde também começamos nossa vida funcional no SPI. Encontramos o Pôsto bem cuidado e, de certa forma, bem administrado em seus trabalhos de rotina; o dia seguinte seria destinado às observações quanto aos trabalhos de atração, distantes da sede aproximadamente 40kms. Visitamos, pois, a sede do seringal do Sr. AUGUSTO LOPES, que fica situado no Km.298 e onde apanharíamos os cavalos, pois que teríamos de seguir por um varadouro do seringal e posteriormente por um ramal que nos conduziria ao acampamento dos índios, próximo à colocação do seringal do índio DOMINGOS CAMPÊS e seu sogro, também índio, da nação CANOE, por nome TELEMACO, sendo que este é Trabalhador do Pôsto e aquele se dá aos serviços de atração da borra-cha, por conta própria.



Com a caravana acrescida de 2 tropeiros, empreendemos viagem através de um picadão aberto na mata, chegando à localização denominada "Pau do Farol" e logo, do aceiro da mata, pudemos divisar os índios acampados em suas pequenas barracas. Estivemos na barraca do índio DOMINGOS e ali fomos atendidos pelo seu sogro e esposa, ambos nossos velhos conhecidos. Enquanto nos era servido um café, estivemos palestrando por um determinado espaço de tempo inclusive com um índio Pacaas Nôvo do grupo de PI Dr. Tanajura, também nosso conhecido do tempo de sua pacificação em 1956. Ficamos inteirados de que os índios, na região, encontravam-se praticamente sem nenhuma assistência, sendo atendidos, na medida do possível, pelo índio DOMINGOS e seu sogro. A assistência que a Inspetoria presta, através do esforçado Encarregado do PI Major Amarante (SR. JOSÉ DIAS) senão por demais deficiente, podemos dizer ser praticamente nula. O fato é que o grupo de índios Pacaas Novos, o último a ser atraído, estava em péssimas condições assistenciais, enfrentando o problema da fome, pois como estavam empenhados em trabalhos de lavoura, longe de suas aldeias, não tinham mais com que se alimentar. Acabaram com as provisões que trouxeram e liquidaram uma roça do índio DOMINGOS de forma que, quando nossos tropeiros procederam à distribuição de rações aos cavalos, foi com tristeza que presenciamos os índios disputando, com os animais, as rações de milho que os mesmos comiam. Providenciemos, diante de tal cena, para que lhes fôsse fornecido o restante do milho, causando-nos admiração e satisfação que traziam estampada no rosto, como reconhecimento pela miserável alimentação que lhes pudemos fornecer. Permanecemos no Pôsto toda a manhã, vendo a roça e outros trabalhos que estavam sendo realizados, exclusivamente, pelos índios recém-pacificados, sob a direção dos já civilizados a que nos referimos atrás.



índios - os tão temíveis e terríveis Pacaas-Novas. Nós, que da -  
quele local vivemos, durante dois anos, em constante trabalho  
com êles, não pudemos deixar de sentir certa emoção quando os  
vimos tão tranquilos e esperançosos de nossa proteção - êles  
que outrora tanto nos hostilizaram e igualmente desdenharam dos  
nossos protestos de amizade. Ficamos muito chocados com a desí-  
dia que presenciamos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÔSTO TENENTE LIRA

Após a feitura da inspeção ao Pôsto "MAJOR AMARANTE", empreende  
mos viagem a Guajará-Mirim, onde teríamos de verificar o prédio  
que fora alugado para funcionamento da sede da Inspetoria(9ª) ,  
bem como inspecionar os PPII Tenente Lira e Rio Negro-Ocaia.

Em chegando a Guajará-Mirim, tratamos de providenciar,  
juntamente com o Prefeito da localidade, um caminhão que nos le  
varia ao Pôsto, ficando assentado que o veículo iria nos levar  
e buscar quando o solicitássemos. Na manhã seguinte passamos pe  
la Colônia Agrícola do IATA, seguindo até às margens do Igarapé  
dos Lages, de onde deveríamos prosseguir em motor de popa a fim  
de que pudessemos alcançar o referido PI, que fica localizado  
neste Curso d'água, à altura da denominada "Cachoeira dos Maca-  
cos". O PI em questão, também por nós fundado em 1940, pouco  
estava modificado em seu aspecto primitivo, cabendo salientar  
que, se alguma mudança nele se operou, esta não foi para melhor,  
pois, por ocasião de sua fundação tínhamos, ali, um grande cam-  
po, lavoura e gado, o que não se verifica atualmente, quando só  
se pode divisar, em meio às capoeiras, onde outrora existiam os  
campos, algumas reses esqueléticas, pastando, numa demonstração  
tristonha do fim da pecuária que sonhamos para aquele local. O  
pessoal do Pôsto(compreendendo a pessoa do Encarregado e dos  
Trabalhadores) além de não possuir capacidade para se estabele-  
cer na região, vive entregue, exclusivamente, aos seus negócios  
particulares, andando completamente alheio e indiferente à si -  
tuaçã dos índios Pacaás-Novos, que ali estão aldeados desde  
sua pacificação. Não fora a humaníssima e tão eficiente colabo-  
ração dos missionários adventistas de Guajará-Mirim, que tudo



BOLETIM INTERNO DO SPI Nº57-MESES SET.-OUT.-NOV.-DEZ.-1962.-35

procuram fazer em benefício dos selvícolas e acreditamos, sinceramente, já teriam retornado às matas, mui justamente, pois que desamparados da assistência oficial que lhes oferecemos.

Não que tange aos nossos trabalhos, ali, podemos dizer que nada há. Existem muitas lavouras feitas pelos índios, sob a iniciativa absoluta dos missionários americanos, que nem sequer recebem cooperação por parte do pessoal do Pôsto. Urge, pois, uma mudança radical na situação atual do S.P.I. no local, devendo ser procedida a remoção, dali, dos elementos citados. Gostamos muito do atual estado sanitário dos índios do Pôsto que, graças aos desvelos dos referidos missionários, vêm se recuperando do miserável estado a que foram reduzidos, após sua pacificação.

De retôrno à Guajará-Mirim, sofremos um pequeno contratempo, apenas quando regressávamos ao ponto de onde, a pé, iríamos tomar o caminhão, pois a embarcação, batendo em uma pedra, ficou parcialmente alagada, tendo que nos atirmos à água, a fim de evitar o seu afundamento completo. Encostamos a embarcação perto de algumas pedras, no meio do rio, desalagando a canoa e retomando a viagem, agora sem nenhum outro incidente digno de nota.

Novamente em Guajará-Mirim, estivemos em palestra com os missionários americanos recém-chegados dos PPII Dr. Tanajura e Rio Negro Ocaia. Da palestra mantida pudemos depreender que os índios já se encontram produzindo alguma coisa e com o resultado da venda dos seus produtos poder-se-á adquirir-lhes o de que mais urgentemente necessitam. Encontram-se empenhados nos preparativos de grandes roçados e o seu estado de saúde é bom, o que nos levou a observar que a situação ali reinante é bem diferente do desolador espetáculo que encontramos quando da nossa primeira inspeção. Como já estivesse sentindo efeito de uma malária contraída em viagem e também por já estar informado, por pessoas idôneas e amigas dos índios, quanto à situação dos PPII, resolvi regressar antes para o Rio, deixando o servidor AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, com recursos disponíveis e encarregado de verificar, pessoalmente, a situação reinante.



MUDANÇA DA SEDE DA INSPETORIA =

Em Guajará-Mirim estivemos hospedados no prédio alugado e destinado para futura sede da Inspetoria, a qual deveria se transferir de Pôrto Velho. Não gostamos do prédio escolhido, não só por sua construção bem inferior, também pelo fato de não oferecer, em absoluto, as mínimas condições de higiene e conforto para a instalação dos nossos trabalhos. Se tal mudança se operar, estaremos saindo de uma cova (podemos assim dizer) em Pôrto Velho para nos colocarmos em outra, apenas maior, com a agravante de que por esta teríamos de pagar aluguel. Por diversas inconveniências como as que nos referimos atrás, é que menos poderíamos levar em conta, pois poder-se-ia escolher um prédio que melhor pudesse nos atender em nossas exigências de trabalho. Entendemos que não devíamos sair de Pôrto Velho, pois o próprio Governador nos demonstrou estranheza diante da resolução quanto ao deslocamento da Inspetoria da Capital (onde órgãos públicos federais têm sede) para outra cidade de menor importância e onde os meios de comunicações são mais difíceis.

Estivemos observando, também, que por força da Lei que reorganizou o Serviço de Índios, determinou o Congresso que ficassemos sediados em Pôrto Velho, constituindo, então, um dos artigos do nosso Regimento em vigor. Nossa mudança, portanto, teria de ser autorizada mediante modificação da mencionada disposição, pelo próprio Congresso.

Independente de todas essas ponderações que fizemos, achamos, sinceramente, que poderemos atender com eficiência os índios Pacaás-Novos, continuando em Pôrto Velho. O de que precisamos é fazer a chefia da I.R. mais atuante, no sentido de que seja dada uma assistência mais real e efetiva aos índios que estão localizados em regiões de fácil acesso.

Outro fator que devemos levar em conta, contra a mudança da sede da Inspetoria, é o da grandiosa população indígena dos Rios Gi Paraná e Aripuana e para a qual devemos, urgentemente, voltar nossas vistas. Acontece, também, que em todas as frequentes questões de hostilidades de índios e outras de caráter admi-



1231  
nistrativo, temos de estar em Pôrto Velho (Capital de Rondônia) para, junto às autoridades competentes, tratarmos de solucionar os referidos assuntos.

Por conseguinte, pesando-se os prós e contras das vantagens e desvantagens da transferência, sentimos que é preferível a nossa permanência onde nos encontramos atualmente.

#### TRANSFERÊNCIA DO PÔSTO DR. TANAJURA PARA O RIO NEGRO

Perfeitamente justa e inadiável tal medida, pois no atual local, onde se encontra, não há condições para seu desenvolvimento e também pela facilidade de acesso a todos os barcos que transitam no Rio Pacaás - Novos, com destino aos seringais existentes neste rio, seus barracões, torna-se inconveniente sua permanência, ali, pois são constantes os surtos de doenças levadas aos Postos, pelos visitantes, como também os casos de bebidas alcoólicas.

#### TERRAS DE ÍNDIOS

Estivemos em palestra com o Governador sobre a questão tendo aquela autoridade nos adiantado que estava disposto a mandar expedir os "Títulos das Terras solicitadas para os índios", desde que acertássemos nossos limites com alguns seringalistas que ali já se encontram há dezenas de anos. Aconselhou-nos a ida ao Departamento de Terras e ali, em conversa com os Agrônomos Dr. Fanaia (Chefe do referido Departamento) e Dr. Calmon, ambos conhecedores da situação de nossas terras e igualmente das terras de nossos vizinhos, ficando assentado quanto à parte a ser requerida pelo Serviço, deixando de fora os seringalistas e sítios existentes nas proximidades da área por nós pleiteada. Isto, quanto às terras requeridas para o PI Major Amarante, pois no tocante às áreas solicitadas para o Pôsto Rio Negro-Ocaia, não existe nenhum problema, tendo em vista que estamos pleiteando as terras compreendidas por ambas as margens do Rio Negro e aí não existe nenhum morador com exceção dos índios.

Para melhor compreensão da atual situação das terras do POSTO MAJOR AMARANTE, junto um "croquis" em escala de 1 por 1.000.000 e que acompanha o presente Relatório. Igualmente, em anexo, uma Descrição sobre as terras dos PPII Ten. Lira e Major Amarante.



=EXTRAÇÃO DE DORMENTES=

Em Pôrto Velho tivemos ocasião de estudar, junto ao atual Diretor da E.F.Madeira Mamoré, o assunto em tela. O Diretor, posto que muito interessado em dormentes, foi franco e criterioso conosco, relatando-nos, de maneira franca, a angustiosa situação dos atuais contratistas, que conforme declaração feita, iriam suspender a referida tiragem, após a conclusão dos seus contratos. Tal declaração tivemos ocasião de ver confirmada quando em Guajará-Mirim tratamos do assunto com os próprios contratistas e dormenteiros que acabavam de chegar ao Pôsto Ricardo Franco, no Rio Guaporé, onde se achavam empenhados na extração de dormentes, esclarecendo-nos que, efetivamente, após o término dos contratos, não mais dariam prosseguimento à tal atividade, visto que o atual preço não compensa as despesas efetuadas com a trabalhosa extração.

Enfim, da palestra que mantivemos com patrões e empregados, chegamos à conclusão de que se trata de uma atividade que não nos interessa e tão pouco podemos nos aparelhar para tal empresa de resultados tão pouco expressivos, senão vejamos:

- a)-a extração está se fazendo a 36 kms. da margem do Rio (aqui, para nós, fora já da área de terras concedidas para o PI Ricardo Franco, que mesmo assim vem recebendo comissão na tiragem);
- b)-os atuais contratistas, entre transportes e despesas outras que fizeram com a construção de estradas e caminhos, já dispenderam mais de Cr\$10.000.000,00(Dez milhões de cruzeiros) - isto já nos havia sido dito pelo Diretor da Estrada;
- c)-A estrada está pagando, atualmente, Cr\$500,00(quinhentos cruzeiros) por cada dormente e as despesas com a extração e transportes dos mesmos alcançam Cr\$460,00, assim discriminadas:

Pago ao machadeiro por cada dormente..... 240,00

Ao Serviço de Navegação do Guaporé, pelo

transporte fluvial..... 140,00

A TRANSPORTADORA..... 380,00



Transporte.....	380,00
Despesa com transporte de caminhão.....	40,00
Desembarque e arrumação, no pátio da Estação de Guajará Mirim.....	40,00
TOTAL DE DESPESAS.....	460,00
Saldo a favor do contratista	40,00
Pagamento da E.F.M.M.....	500,00

-Somos de opinião que, em lugar de nos preocuparmos com tal extração, deveríamos nos transferir para Rio Branco, onde estão localizados os índios Macurapes, Tuparis, Vaiurús, Jabotis e Pimenteiras. Tais índios, conforme nos foi denunciado, vivem trabalhando em borracha, caucho e poaia para diversos indivíduos que os exploram miseravelmente e, com eles, têm ganho verdadeiras fortunas. A transferência do Pôsto faz-se de modo fácil pois o Rio Branco não dista muito do Pôsto Ricardo Franco e os índios assistidos (com um número reduzido) no PI pertencem à nação Macurape e estão ansiosos pelo retorno ao seu antigo "habitat".-

Com a adoção da providência acima sugerida, estaríamos dando solução ao problema dos índios do PI mencionado, como iriamos em socorro àquelas desamparadas tribos entregues às mais torpes e desumanas condições de trabalho.

=PLANO DE ASSISTÊNCIA MENSAL E RESPECTIVO ORÇAMENTO PREVISTO PARA CADA UM DOS POSTOS DOS PACAÁS NOVOS=

1-)

ALIMENTÍCIOS-(Recomendação, por mês, em cada Pôsto)

a.Farinha(dois sacos) .....	6.400,00
b.Milho(16 sacos).....	12.000,00
c.Arroz(três sacos).....	4.500,00
d.Feijão (um saco).....	5.000,00
e.Açúcar(dois sacos).....(ten.Lira).....	8.000,00

2)-

MEDICAMENTOS - (Recomendação por mês em cada Pôsto)(3)

- a.CAFIASPIRINA -..... 100 comprimidos
- b.ANTIGRIPALIS(adulto)..... 50 Ampolas
- c.SULFA



d.PENICILINA-400.000 .....	100 Ampolas	
e.ESTREPTOMICINA-1gr. ....	30 Ampolas	
f.ARALEN.....	200 Comprimidos	
g.EXTRATO HEPÁTICO.....	30 Ampolas	
h.VITAMINAS(DOSAS PARA CINCO PESSOAS)		
i.SORO ANTI-OFÍDICO.....	2 Ampolas	
3)-		
DIVERSOS - (RECOMENDAÇÃO POR MÊS EM CADA POSTO(3) )		
a.Gasolina - um tambor .....		10.000,00
b.Óleo-10 litros(tambor de 5 galões).....		1.800,00
c.Cartuchos-2 1/2 caixas(calibre 20).....		1.850,00
d.Chumbo(3T)-2 1/2 quilos .....		870,00
e.Pólvora-600 grs. ....		600,00
f.Espoletas-190 grs. ....		1.000,00
g.Anzóis - 5/0 -Nº1608- 15 .....		520,00
h.Anzóis -2/0 Nº1608 - 40 .....		600,00
i.Linha p/ pesca - 0,80-Nylon-200 metros .....		2.000,00
j.Arame - 10 metros .....		200,00
4)-		
Fubá e leite ..2 caixas .....		4.660,00
	T O T A L(POR MÊS)	60.000,00

=CONSIDERAÇÕES GERAIS =

Faz-se indispensável que o atual Chefe da IR9- Inspetor Alberico Soares Pereira, seja mais atuante junto aos Encarregados dos Postos que se encontram sob a sua jurisdição, organizando Planos de Trabalhos e fiscalizando a execução dos mesmos. Faz-se necessário igualmente exigir que os servidores da Inspetoria passem a ter um maior interesse pelos problemas dos índios que estão sob sua tutela, pois, no momento, com exceção do Major Amarante e Rio Negro Ocaia, quase todos se encontram praticamente voltados para seus interesses particulares, unicamente.

Em consequencia, tomamos a liberdade de apresentar e sugerir o seguinte:

- a)- que essa Diretoria autorize o Chefe da I.R. a comprar, a crédito, o indispensável a uma assistência aos Pacaás Novos , de acôrdo com o Plano apresentado no corpo do presente expediente:



- b)-que a I.R. elabore mensalmente, um pequeno Relatório a ser enviado a essa instância, expondo a situação dos índios sob a sua responsabilidade;
- c)-seja dada ampla cooperação aos missionários adventistas de Guajará-Mirim, a fim de que possam prosseguir em sua preciosa assistência que vêm prestando aos nossos selvícolas da região.

Estas, Senhor Diretor, as impressões e sugestões que trouxe - mos e achamos por bem fazer, após nossa viagem de inspeção, determinada por Vossa Excelência, à 9a. Inspeção Regional do S.P.I., localizada no Território de Rondônia.

Brasília, 17 de agosto de 1962-

Ass. Francisco Furtado Soares de Meireles.-Chefe da 8a.IR

ANEXO-

=SITUAÇÃO DAS TERRAS DO POSTO INDÍGENA MAJOR AMARANTE E POSTO INDÍGENA TENENTE LIRA=

As reservas das terras pedidas para os índios Pacaás Novos, dos Postos Major Amarante e Tenente Lira ficam assim descritas e situadas:

-Frente para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, do quilômetro 292 até a placa do Km 296. Da placa 292 segue uma linha até alcançar a cabeceira do igarapé Abacaxi, afluente do Ribeirão, seguindo até alcançar o rio Mutum-Paraná, à altura da Cachoeira Grande. Acompanha o curso deste rio, compreendendo toda a terra de sua margem esquerda do ponto alcançado, ou seja a Cachoeira Grande até a sua cabeceira, na serra de Ouro Preto. Segue pela divisa da Serra Ouro Preto, acompanhando sua vertente até um ponto que dali alcance uma linha reta à cabeceira do igarapé Bananeiras. Da cabeceira do Bananeiras, por uma linha reta que vem alcançar o igarapé dos Lages, à altura das roças dos índios e daí segue outra linha que vem até a sede do Posto Ten. Lira, fazendo limite com terras da Colônia IATA. Da sede do Posto, alcance o igarapé do Ribeirão, no local conhecido por Moquem, fazendo limites com terras de Sebastião Climaco e Augusto Lopes. E do lugar conhecido por Moquem, por uma reta que, acompanhando o baixão do rio, vem alcançar a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, na altura da placa



=NOTICIÁRIO DAS INSPETORIAS REGIONAIS=

1a. Inspetoria Regional: ATIVIDADES.-

Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues-aumento dos campos de pastagens; funcionamento escolar e assistência em medicamentos aos índios.

Pôsto Indígena Camanau- Trabalhos agrícolas e continuação dos serviços destinados a atração e pacificação dos índios Waimiris.

Pôsto Indígena Lobo D'Almada-funcionamento normal de sua escola e assistência em medicamentos aos índios.

Pôsto Indígena Ajuricaba-assistência em medicamentos e orientação agrícola aos índios xiriana e paquidare.

Pôsto Indígena Ticuna-Venda de sua produção de arroz beneficia do;funcionamento normal de sua escola.

Ajudância de Waupés-assistência em medicamentos aos índios; funcionamento normal de sua escola;continuação dos trabalhos de construção de um Pôsto na região dos índios Maiá e Cauauboris.

Ajudância de São Marcos-agricultura de subsistência;assistência aos índios; início da vacinação e contagem do rebanho bovino.

Pôsto Indígena Jatapu- continuação dos trabalhos agrícolas;roçagem nos campos, visando aumento futuro da produção;assistência aos índios.

Pôsto Indígena Manoel Miranda-funcionamento normal de sua escola; assistência em medicamentos;continuação dos trabalhos agrícolas.

2a. INSPETORIA REGIONAL-

ÍNDIO MENOR KUBEN-KRENG-KREN, DOENTE, RECEBE ASSISTÊNCIA-

A Chefia da 2a. Inspetoria Regional solicitou, e foi atendida, pelo telegrama nº 288, de 20 de setembro, ano corrente, medicamentos destinados a atender ao índio menor, pertencente a tribo Kayapó Kuben-Kreng-Kren, internado em Conceição do Araguaia, no Hospital das Irmãs Dominicanas. Os medicamentos referidos constam da Guia de Remessa nº 23, e estão assim relacionados:

-12 Ampolas de Calcio-Cetiva(10CC);12 ampolas de Vitamina - C (Redoxon); 50 frascos de Sulfato de Estreptomicina Squibb e Hidrazida, 7 caixas com 100 comprimidos cada.



Sôbre o assunto, a Irmã Maria Violeta, do Ambulatório São Lucas, situado em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, enviou a esta Diretoria, o seguinte expediente:

"Ilmo. Sr. Luiz Araújo

D.D. Chefe da S.O.A.-

Escrevo-lhe especialmente para agradecer a remessa dos medicamentos destinados ao índio Kubenkrankren, que aqui recebemos para tratamento. Na verdade lutamos com a grande falta de recursos a essa doação veio possibilitar levar a fim nossa tarefa.

Religiosamente, muito agradecida, subscrevo-me

As.) Irmã Maria Violeta, OP-Ambulatório São Lucas-Conceição do Araguaia-Pará."

5a. INSPETORIA REGIONAL-

P.I. José Bonifácio-

REMETIDO AO POSTO INDÍGENA JOSÉ BONIFÁCIO,

ESTAÇÃO RÁDIO TRANSMISSOR:-

O aparelho rádio transmissor, procedente da Chefia da 5a. Inspetoria Regional, que chegou nesta Diretoria, em abril últimos, para consêrto, foi devolvido à referida Inspetoria, em perfeito estado, no dia 29 do corrente. O aparelho em causa é destinado ao Pôsto Indígena José Bonifácio.

Aldeia Panamby-

A Chefia da 5a. Inspetoria Regional forneceu, ao Agente Salatiel Marcondes Diniz, a quantia de cem mil cruzeiros, para o referido servidor iniciar, na aldeia Panamby, a criação de gado vacum.

Pôsto Indígena Taunay-

Foi concluído campo de pouso para aviões, medindo, suas duas pistas, cada uma, 1.100 metros.

Pôsto Indígena de Buriti-

Na revista Brasil-Oeste, editada em São Paulo, no seu número 74, do mês de outubro do ano corrente, encontramos, em sua página 14, o seguinte artigo, sôbre o PI Buriti:

"Pôsto Indígena Buriti,



"Por pessoas vinculadas ao Serviço de Proteção aos Índios, soubemos que o atual Diretor da entidade, Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Coelho, pretende, afóra outras providências favoráveis à assistência e à educação dos índios, iniciar(a título de experiência) com um grupo tribal de Terenos, localizado em Buriti(Aquidauana), uma nova política indigenista, baseada nos princípios da autodeterminação. Assim, no Pôsto Indígena Buriti, os índios assumirão a administração e o governo de si mesmos, nos trabalhos rurais, da comunidade, e nas outras atividades relativas à vida do campo. Disporão, outrossim, dos bens adquiridos pelo esforço próprio. Só os trabalhos técnicos ou especializados, serão ali dirigidos por elementos civilizados, porém, ajudados sempre pelos índios, que irão aprendendo ou desenvolvendo cada vez mais as suas faculdades nas diversas profissões obreiras. Como estímulos ponderantes, para a realização dos objetivos de autodeterminação, o SPI se empenhará, ali, para que o grupo tribal se recupere com brevidade do seu estado sanitário, atingindo logo um índice apreciável de robustez. A escola primária, dirigida por duas jovens professoras, elevará tanto quanto possível a mentalidade das crianças, sobretudo, e, de forma geral, a de toda a comunidade indígena.

Para Buriti estão sendo convergidos, nesta hora, os melhores esforços do Chefe da I.R. 5, Sr. José Fernando da Cruz, que espera, confiadamente, no bom êxito de sua nobilitante obra.

Consta, também, do plano de trabalho da nova organização do S.P.I., a criação em Buriti, de um pôsto agro-pecuário dos mais modernos, nos moldes que existem nos Estados Unidos. Serviria êsse Pôsto para amparar o homem do campo, dando-lhe assistência devida. Notícia alviçareira esta! Lembra-nos uma tese defendida pelo Diretor da BRASIL-OESTE, Sr. Fausto Vieira de Campos, por ocasião da instalação do 1o. Curso de Jornalismo, em Anápolis(GO), que fêz um apêlo à Imprensa do Centro-Oeste, no sentido de reservar espaço em seus jornais para a defesa dos interesses do fazendeiro. Sua tese intitula-se "Em defesa do homem do Campo", e foi publicada na edição da revista de Julho de 1961-IS - RAEL ALVES NOGUEIRA".



BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 57-MESES SET.-OUT.-NOV.-DEZ.-1962- 45

OCCORRENCIAS NA QUINTA  
INSPETORIA REGIONAL

RELATIVAMENTE às ~~ocorências~~ últimas verificadas na IR-5, motivadas por cartas publicadas no "Estado de São Paulo", pelo Agente Leonardo Correia da Rocha, transcrevem-se, a título de esclarecimento, os seguintes documentos:

- 1-Carta do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ao "Estado de São Paulo";
- 2-Representação do Chefe da IR-5, ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios;
- 3-Representação do Chefe da IR-5 ao Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios;
- 4-Relatório das ocorrências nas Reservas dos Índios Kadiués;
- 5-Depoimento de Dona Loide B. Andrade, Diretora da Missão "Caiuá", que funciona junto ao P.I. Francisco Horta ;
- 6-Portaria de nomeação da Comissão de Inquérito, destinada a apurar irregularidades e responsabilizar os culpados.

Doc. 1-  
"Of. nº 214-

-----  
Rio de Janeiro, GB- 14.12.962.-

Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios  
Ao Ilmo. Sr. Redator Chefe do Estado de São Paulo  
Publicação(solicita).-

Sr. Chefe:

O prestigioso matutino que V.Sa. dirige-" O Estado de São Paulo"-publicou em suas edições de 25 de novembro e de 6 de dezembro como matéria paga, cartas abertas ao Exo. Sr. Presidente.

---



da República, firmadas pelo Agente Leonardo Correia da Rocha e nas quais, além de ataques à atuação do Chefe da 5a. Inspeção Regional se encontram aleivosos e insultos dirigidos à minha administração frente ao Serviço de Proteção aos Índios.

Agora e na forma da Lei de Imprensa, solicito de V.Sa. a publicação dos esclarecimentos abaixo, que apresento à opinião pública, como salvaguarda do meu nome e dos funcionários atingidos pelo caluniador.

Tendo assumido a direção do Serviço a 21.12.61, já em princípios de janeiro seguinte encontrava-me no Sul de Mato Grosso, em visita de inspeção à 5a. Inspeção Regional.

Dessa visita, que abrangeu a Sede e vários Postos Indígenas, recolhi as seguintes impressões:

- a) os postos, sem exceção, encontravam-se em lamentável abandono, vegetando os índios doentes e totalmente desassistidos;
- b) na Sede, entre muitas irregularidades, notei a ausência da contabilização da Renda Indígena, que se presumia importante dado o vulto dos arrendamentos de terras, da criação de gado e da produção de erva-mate;
- c) fato particularmente grave decorrido da presença de 61 arrendatários de terras na Reserva dos índios Kadiués, aos quais somavam outro tanto de intrusos, vivendo em promiscuidade com os índios, prostituindo-lhes as mulheres e corrompendo-lhes os costumes, viciando-os na embriaguês, tudo isso mercê da omissão, quiçá conivência, da Chefia da Inspeção e de alguns Encarregados de Postos. Fatos que, mais tarde ou mais cedo, levariam os índios a atos de desespero;
- d) no Posto Indígena José Bonifácio, de onde havia em data recente sido transferido o Agente Leo -



1291  
BGA

nardo Correia da Rocha, constatei a sonegação da produção de erva-mate e, fato grave, o incêndio ocorrido em três ervais, dado como accidental mas que parecia destinado a encobrir a sonegação da produção de mate.

Por estas e por outras razões resolvi:

- 1-Afastar desde logo o Chefe da Inspetoria;
- 2-determinar a sindicância sôbre a situação dos arrendatários e dos índios Kadiués;
- 3-instaurar inquérito administrativo no P.I. José Bonifácio, providência que logo depois extendi a tôda Inspetoria.

O nôvo Chefe da Inspetoria, dinâmico, talentoso e idealista, logo que investido no cargo deu início à dinamização dos trabalhos, contabilizou os rendimentos, afastou funcionários faltosos e vem procurando normalizar a situação dos funestos arrendamentos de terras. Lutando bravamente contra a sabotagem e desprezando constantes ameaças contra a sua vida, vem êsse funcionário merecendo aplausos gerais do Serviço, o apôio da Diretoria e o imenso amor que os índios lhe dedicam.

Infelizmente, porém, fracassou totalmente a Comissão de Inquérito cujos membros sucumbiram à coação e às ameaças de funcionários corruptos e comprometidos.

As conclusões dêsse inquérito, julgadas inaceitáveis foram por mim encaminhadas ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura com vistas à Consultoria Jurídica ao mesmo tempo que, em Ofício Reservado e por razões óbvias, pedia a S.Excia. que nomeasse nova Comissão de Inquérito, composta de funcionários alheios aos quadros do Serviço de Proteção aos Índios, Comissão esta já designada e que, espero, iniciará breve seus trabalhos.



E é sem dúvida este nôvo inquérito que, ameaçando omissos e peculatórios até agora impunes, determina agressões como as cartas do Agente Leonardo Correia da Rocha, tentativa que fazem alguns maus funcionários para malquistar com a opinião pública e com o Sr. Presidente da República, aqueles que não pactuam com a fraude administrativa, que afastam dos cargos os incapazes e omissos e punem os peculatórios e os defloradores de índias.

Pego a V.S. quando quizer, que jornalistas de seu conceituado matutino investiguem não apenas a parte administrativa do Serviço de Proteção aos Índios, mas também, e o que é mais importante, a vida nos Postos Indígenas e terá sem dúvida prestado um verdadeiro serviço à opinião pública, ao Governo e ao Diretor dêste Serviço.

Como prova do respeito que nos merece a opinião do tradicional "Estado de São Paulo", tenho a honra de enviar a V. Sa. exemplares do "Jornal do Comércio", de Campo Grande (números de 4, 5, 6 e 12 do corrente) órgão que vem estampando uma série de reportagens sobre as atividades da 5a. Inspetoria Regional.

Certo que V.Sa. saberá acolher a presente solicitação de reparação e bem interpretar as elevadas razões que ditam este nosso protesto.

Subscrevo-me cordialmente de V.Sa. patricio e admirador.

Ass.Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do SPI"

-----

Doc. nº2-

10.11.962.-

"Do Chefe da 5a. Inspetoria Regional

Ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Representação(Faz)-

Senhor Diretor:

Levo ao conhecimento de V.Sa. que, inspecionando os Postos Indígenas José Bonifácio e Benjamin Constant, ambos locali

---



BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 57-MESES SET.-OUT.-NOV.-DEZ.-1962-49-

zados na região do Amambáí, encontrei gravíssimas irregularidades praticadas por funcionários desta Inspetoria. .

No P.I. José Bonifácio, tomei conhecimento que o Agente LEONARDO CORREIA DA ROCHA, ex-Encarregado daquele Pôsto, estrupou quatro menores índias, bem como incendiou criminosamente os hervaís daquela Reserva.

Determinei ao Encarregado daquele P.I., Agente DILERMANDO SILVA as providências para a abertura de Inquérito Policial, pelo Delegado de Polícia da cidade de Dourados, a fim de responsabilizar criminalmente o praticante de tão grave delito, que atenta contra a moral e costume tribal.

Solicito para este caso as imediatas providências de V.Sa. mandando instaurar um Inquérito Administrativo, que paralelamente ao Inquérito Policial, caracterizará a responsabilidade funcional naquela prática delituosa.

Quanto ao P.I. Benjamin Constant, deparei, também, com fatos de idêntica natureza. Determinei, também, que fôsse solicitada à autoridade Policial, da cidade de Amambáí, a abertura de Inquérito Policial contra o Agente PANTALEÃO BARBOSA DE OLIVEIRA, que é acusado de suborno para silenciar os reclamos da justiça do pai de uma menor índia por êle infelicitada. Pesa, ainda, sobre esse funcionário a acusação de deixar morrer à mingua, sem assistência médica e medicamentos o Capitão do Pôsto Benjamin Constant, por ter o mesmo contrariado esse funcionário na prática dêsses atos de desrespeito à família indígena.

Atenciosas saudações

Ass. José Fernando da Cruz-Chefe da 5a. IR.-

.....



Doc. nº 3-

"Do Chefe da 5a. Inspetoria Regional

Ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Representação(Faz).-

Senhor Cel. Diretor:

Tendo em vista a atitude assumida pelos funcionários desta Inspetoria, José Mongenot Filho e Leonardo Correia Rocha, referente a insinuação feita pelos mesmos aos arrendatários das terras dos Kadiués, dando notícias facciosas e caluniosas contra o chefe desta I.R., causando assim sérias dificuldades para esta administração, bem como se dirigindo diretamente ao Exo. Sr. Presidente da República, em termos desrepeitosos e infamantes a Chefia desta I.R., cumpre-me salientar que, além destes fatos, ainda em constantes declarações à imprensa falada e escrita, procurando dêste modo criar clima de incitamento à desobediência, infringindo o Estatuto dos Funcionários Públicos da União, venho à presença de V.Sa. fazer uma representação contra os aludidos servidores, solicitando as vossas providências urgentes, no sentido de que os mesmos sejam responsabilizados e punidos de acôrdo o E.F.P.C.U. -ATENCIOSAS SAUDAÇÕES-Ass.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- CHEFE DA IR5.- "

-.-.-.-.-

Doc. nº 4.-

"RELATÓRIO DAS OCORRÊNCIAS NAS RESERVAS DOS ÍNDIOS "KADIUEUS"

A 5a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sediada em Campo Grande, Mato Grosso, tem sob sua jurisdição, além de outros Postos Indígenas, a Reserva dos Índios "Kadiués", região onde se verificaram os acontecimentos relatados abaixo:

"A Reserva Indígena dos Kadiués, reservada pelo Decreto de 7 de agosto de 1903, deixou bem claro as suas divisas limitrofes, que á a seguinte: -Partindo da mais alta cabeceira

---



do Rio Niutaca, pela margem esquerda até a sua confluência com o rio Nabileque, por este abaixo pela sua margem esquerda até a sua confluência com o Rio Paraguai e por este abaixo até a sua confluência com o Rio Aquidabã e por este acima pela sua margem direita até a sua mais alta cabeceira a serra da Bodoquena e por esta serra até o ponto de partida. - Dentro da Reserva há diversas áreas arrendadas a fazendeiros pecuaristas, através de Contratos ilegalmente celebrados por esta Inspetoria com prejuízos às áreas ocupadas pelos índios habitantes dessa Reserva.- Acontece, porém, que indivíduos inescrupulosos, invadiram também a Reserva e ocuparam clandestinamente uma grande área(80.000HA)inclusive as aguadas em que os índios mantêm seus animais e ainda privando-lhes o direito da caça, a que são acostumados.-Face à essas irregularidades, um grupo de índios procurou entrar em entendimentos com os invasores, com o objetivo de, pacificamente, solucionar a situação, quando foram recebidos à bala e em consequência entrado em luta corporal da qual resultou a morte de um invasor e ferimento de alguns índios. - Ao ensejo, os índios, retirando das moradias, mulheres e crianças, incendiaram os ranchos.-Ciente dos acontecimentos, a Chefia da 5a. Inspetoria Regional tomou tôdas as providências necessárias, inclusive levando para o local das ocorrências o Sr. Major Couto, Delegado Regional da Polícia do Estado, trazendo para exames, uma arma dos índios e munições dos invasores. Como, porém, continuam os boatos alarmantes, lançados por interessados e funcionários desta Inspetoria que se encontram afastados de suas funções por irregularidades cometidas, entre eles José Mongenot Filho e Leonardo Correia Rocha, a Chefia da 5a. I.R., solicitou do Sr. Major Couto, Delegado Regional, a presença, na região dos Kadiués, de um contingente da Polícia Militar do Estado, com a finalidade de tranquilizar a Reserva Indígena dos Kadiués e garantir a retirada do gado da vítima, até que seja instaurado o competente inquérito

---



policial e indicados os verdadeiros culpados desta situação e que a Justiça, certamente, irá julgar.-Cumpre salientar a V.Excia.que bem difícil tem sido o desempenho de nossas atribuições, visto termos que enfrentar o poderio bastante pujante dos pecuaristas ocupantes de vastíssimas áreas na Reserva. -Interesses políticos contrariados, criam clima de incerteza de dias futuros a esta Chefia, deixando antever ameaças de invasão total da área reserva - da. - Isto poderá trazer conflitos graves à ordem pública com ras tilho em todo o sul do Estado. Solicito à 9a. R.M. um observador que "in-locum" verifique êsses fatos. Séde da I.R.5 em 14 de dezembro de 1962.-JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-CHEFE DA I.R.5.-"

-.-.-.-.-

Doc. nº 5.-

"O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, ESSE DESCONHECIDO".-

"Existem em nossa Pátria, infelizmente, espíritos negativos, retrógrados, demolidores e impatrióticos, que de óculos escuros têm uma tarefa específica e diabólica: projetar sombras e colocar pedras no caminho do govêrno, das nossas instituições oficiais criando no espírito dos homens e das crianças a descrença no futuro dêste país maravilhoso e livre, que desesperadamente se debate para dar a seus filhos um lugar ao sol. Mesmo assim, quanto trabalho realizado, quanta beleza, quanto progresso em vista dos recursos parcos com que temos contado!

Refiro-me hoje ao Serviço de Proteção aos Índios órgão federal de proteção às tribos primitivas do Brasil.Como tem sofrido o descrédito do povo, e como tem sido atacado e desvalorizado!

Não pertencço ao quadro do SPI contudo, como brasileira amo os índios e estou entre êles há 24 anos e conheço por dentro e por fora o trabalho do índio. Nunca atacamos o Serviço porque êle realiza a obra patriótica e sagrada de proteger os direitos das terras do nosso homem primitivo;sem êle os índios já teriam

---



desaparecido e o restante não teriam onde cair morto. Tem havido e há no SPI homens bons, honestos e abnegados que realizam nestes sertões trabalho anônimo e de sacrifício incomparável; desde encarregados, sertanistas, pacificadores, inspetores e professores.

Mas há também maus elementos que nestes dias estão realizando uma campanha especial visando tumultuar a atual administração - tarefa muito fácil porque o SPI é pouco conhecido. Compete, portanto, aos que conhecem o drama do índio e os tremendos problemas do SPI esclarecerem a opinião pública.

Há no caso um fato doloroso e de magna importância, muito discutido contravertido mas pouco conhecido: o problema dos arrendamentos das terras dos índios Kadiuêus, posse líquida e certa dos índios, que por omissão de outras administrações está passando para mãos de particulares; com extremo desagrado dos índios, no momento justamente revoltados.

Houve a pouco tempo choque entre brancos e índios, saindo ferido um índio, e morto um capataz. Querem que o novo Inspetor da 5a. Inspetoria Regional apareça como causante deste estado de coisas, que, na realidade, é problema velho e funciona como bomba de efeito retardado.

O atual inspetor da 5a. IR Fernando Cruz está empregando a renda da Inspetoria em benefício dos índios e tratamento médico, alimentação, escolas, residências condignas para as populações indígenas já civilizadas.

Vimos num só dia 15 índios recebidos na Sede de Campo Grande tratados com carinho e humanidade. Eles chegam de todas as aldeias. São hospedados, hospitalizados para operações e têm assistência carinhosa e completa. Este Inspetor regional cobra, contabiliza e emprega recursos que antes não apareciam; tem visitado pessoalmente todos os postos e vai resolvendo aos poucos os graves problemas do Serviço com acerto e honestidade.

---



A reorganização da 5a. Inspetoria Regional em Campo Grande, chefiada por Fernando Cruz, sob orientação direta do Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, está no entanto aborrecendo elementos prejudicados que utilizando a imprensa vêm atacando a pessoa do atual diretor geral do SPI, inclusive em carta aberta ao Exo. Sr. Presidente da República. Conhecendo a obra maravilhosa, humana, desinteressada deste homem extremamente sensível ao problema do índio, nos sentimos revoltados!

Parece incrível que cada vez que se levanta um homem de valor, coragem e honestidade para assumir a direção do SPI apareça, também a reação despuída, eivada de personalismo antipatriótico, visando tumultuar e retardar o programa deste Serviço em situação tão complexo e tão ingrato - Se o índio rendesse divisas e fôsse eleitor talvez a situação fôsse diferente. Cremos porém nas mãos cuidadosas e firmes do Exo. Sr. Presidente da República e S.Excia o Ministro da Agricultura que souberam colocar na direção do SPI "O homem próprio para o lugar certo" numa das mais felizes escolhas da história dos índios de nossa pátria.

Que a imprensa verifique o que estamos dizendo e informe aos brasileiros a verdade pura dos fatos. O SPI conta com valores antigos e dirigido hoje por mentalidade atualizada começa uma fase renovadora e desassombrada, procurando achar as soluções para o grave problema do índio e, se tiver o apôio do govêrno e dos grandes homens que regem os destinos do Brasil, o SPI marchará para a vitória e a verdadeira proteção dos índios. Que seja dada a esta administração um crédito irrestrito de confiança e uma oportunidade de realizar programa por ela traçado.

Ass. Loide B. de Andrade  
Diretora da Missão Caiuá.-

-----



Doc. nº 6.-

"Portaria nº 130, de 17 de dezembro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando da atribuição que lhe confere o art. 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE designar, de acordo com o art. 217 do mesmo Estatuto, LOURIVAL DA MOTA CABRAL, FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES e NILO DE OLIVEIRA VELOSO, respectivamente, Inspetor de Índios, 1.801-12A, Inspetor de Índios, 1.801-14B e Cinetécnico P. 501-12A para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar o seguinte :

a)-investigar as causas determinantes do incidente havido na Bodoquena, entre os índios Kadiuéus e intrusos e do qual resultou a morte de um branco e ferimentos à bala em dois índios;

b)-apurar a denúncia formulada pelo Chefe da I.R.5, em ofício nº 188/62, de 12.12.962;

c)-apurar as denúncias constantes da carta subscrita pelo Agente Leonardo Correia da Rocha e publicada no "O Estado de São Paulo", em 25.11.962;

d)estabelecer a correlação entre os fatos apresentados no item "a" e no item "c", face à denuncia do Chefe da I.R.5, que se diz ameaçado em sua segurança.

Ass. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do S.P.I."

---

PÓSTO INDÍGENA

B U R I T I

Escreve: Cildo Meirelles-

-Situação Topográfica e Histórica-

A área onde hoje se situa a RESERVA de "BURITI", nas quebradas e encostas a S.E. da serra de MARACAJÚ, no sul do Estado de Mato Grosso, originou-se de sobras provenientes da medição e demarcação da Fazenda "CORRENTES", imenso latifundio naqueles tempos, repartido nos nossos dias por diversos donos.

Ali onde vive sossegadamente um grupo tribal tereno, viviam outrora sob as sombras de matas virgens, ou sob a proteção de ermos e cerrados, famílias de índios GUARANYS, conhecidas por



uns como CHAVANTES, e por outros como UAXIRYS, ocultos muitos a nos, dos olhos de aventureiros e malfeitores.

Vaqueiros e roceiros de tãda a região circunvisinha de "BURITI", não tardou que os TERENOS, espalhados naqueles desertos, viessem em sucessivas turmas servir também aos senhores da Fazenda "CORRENTES", e em suas sortidas costumeiras à procura de rês extraviadas, ou com propósito talvez de achar para si mesmos um sítio seguro, vieram ter aos lares amigos dos CHAVANTES e UAXIRYS, e passassem logo a repetir as visitas, entre os afazeres nas "CORRENTES" e os lazeres nos ermos de "BURITI", e assim vi-vessem por muitos anos.

Quando sobrevieram posteriormente as lutas civís regionais o patrão confiou à fidelidade dêles a guarda do gado, que foram os TERENOS esconder nos ermos conhecidos de "BURITI", e se pas-sou a chamar por isso INVERNADA o local do gado, e COLONIA onde permaneciam os remanescentes GUARANIS, acrescidos já de nume-rosos TERENOS.

Era essa a situação de "BURITI" e de seus habitantes indí-genas na primeira década do século XX, quando apareceram por a li os funcionários do S.P.I.

Estavam nesta altura aqueles índios ameaçados de perder suas últimas moradias, usurpadas por civilizados ambiciosos, quando dedicados servidores do S.P.I., obtiveram afinal para êles o Decreto nº 834, de 14 de novembro de 1928, do Govêrno do Estado de Mato Grosso, reservando para a "COLÔNIA" de índios Tere - nos em "BURITI", aquêles 2.000 Ha aonde se encontram, até hoje.

Ali naquele pé de serra, sob suaves colinas estendidas no vale do "BURITI", graciosamente embelezadas das copas de buriti zais, ergue-se a velha sede do PI, constituída de casas de madeiras, alegradas em derredor, de famílias terenas... prestes a receber uma mudança maravilhosa.

#### -O GRUPO TRIBAL TERENO E SUA SUB-DIVISÃO-

O Grupo tereno ali existente hoje em "Buriti", absorveu completamente os antigos GUARANIS(CHAVANTES e UAXIRYS), são índios multi-miscigenados, pois os TERENOS atuais provieram já de outros cruzamentos com outros sub-grupos colaterais - são TE



RENOS de uma geração super-estratificada, pela cultura e pelo sangue.

Mas, seja por qualquer atavio biológico ou seja também por amor próprio-a verdade é que os TERENOS todos que ali restam dentro da Reserva de "BURITI" - vivem separados pela organização tradicional que amam, em áreas distintas, nas Aldeia Buriti-350 almas; Aldeia de "Corrego do Meio", 140 almas e Aldeia de "Água Azul" , 120 almas.

#### -EVOLUÇÃO SOCIAL TRIBAL.-

Os TERENOS de "Buriti", como aqueles que conhecemos em outras RESERVAS, estão num estado muito adiantado de aculturação, integrados inteiramente nos costumes e hábitos da sociedade brasileira, conhecendo preceitos de nossos códigos.

Uns têm registro civil de nascimento, ou de casamento; outros certificados de reservista, ou títulos de eleitor. Na época de eleição (como acabei de ver agora), são eles muito sequestrados pelos candidatos políticos locais. São em número de mil eleitores Terenos.

Nos Municípios de Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Nioaque, Sidrolândia e outros vizinhos - os trabalhos rurais e as várias atividades operárias, são executados de preferência por elementos terenos, bem assim as famílias abastadas daquelas cidades têm no serviços domésticos também criaturas terenas. Conhecem eles perfeitamente o valor do Cr\$(cruzeiro), ajustam seus salários e trabalhos com os patrões a quem servem bem, e dão algumas vezes quitação selada, do que recebem em pagamento.

Frequentam com convicção os templos católicos e protestantes.

Em "BURITI", os TERENOS são na maioria católicos. Seu santo de devoção, é São Sebastião, para quem erigiram uma CAPELINHA.

Nas outras duas Aldeias, de "CORREGO DO MEIO" e de Água Azul - são os índios de preferência "crentes".

---



Primam no asseio corporal e se vestem com decência. São ainda dóceis, obsequiosos e respeitadores.

Têm todos, perfeita noção do direito de propriedade e dos meios lícitos de obtê-la.

Amam o estudo, e frequentam com gosto as aulas, apresentando muito bom aproveitamento. Dedicam-se também com entusiasmo ao futebol.

São sobretudo inteligentes!

#### -ECONOMIA E RIQUESA-

A principal fonte de sua subsistência tem sido até o momento o TRABALHO, e consequentemente os SALÁRIOS que recebem nas Fazendas e nas cidades, ou os de suas mulheres nas casas onde se empregam.

Possuem, todos, pequenas roças individuais, ou em sociedade com outros; criam gado vacum e cavalar, galinhas e porcos. Alguns fabricam a rapadura, e outros, a farinha de mandioca para o seu consumo, ou de outros que lhes compram.

Seus quintais são cheios de lindos pomares, de espécies diversas.

Muitos TERNOS prestam serviços ao PI, que tem aposentado já a alguns.

Um grupo humano que atingiu a essa madureza apreciável, de trabalho e economia, praticando tantos atos da vida civil (de que só gozam os brasileiros em pleno gozo de seus direitos), é de justiça que a entidade de direito público (S.P.I.), que se propõe a ajudá-lo, seja também - já que não foi a primeira a reconhecer o valor de sua capacidade - seja agora e por diante a grande voz amiga que proclame essas virtudes, e reivindique para os TERNOS e para outros grupos tribais do mesmo merecimento, os direitos para a sua "AUTODETERMINAÇÃO".

#### -OS TERNOS-

Depois que me referí tanto aos índios TERNOS, é justo que

---



escreva outrossim duas ou três linhas sobre eles que habitam, há dois séculos, a região sul de Mato Grosso.

Primeiramente, tenho que confessar que pouco ou nada, li ainda sobre esses índios, sua origem, religião, língua e organização primitiva - sobretudo quando os estudiosos dêsses assuntos divergem tanto sobre o aparecimento deles no nosso país.

Tenho para mim, que eles sejam originários do CHACO BOLIVIANO, e tenham seu tronco racial nos MBAYÁS, povo opulento que habitava na época das conquistas, uma margem e outra do Rio Paraguai, entre os paralelos 20º e 22º, aproximadamente.

Devido às atrocidades cometidas contra eles nos meados do século XVII e princípio do XVIII século, pelos espanhóis e paraguaios, imigraram para os lados de Mato Grosso, no Brasil, onde depois de conflitos com brasileiros, acomodaram-se com suas famílias e foram bem acolhidos, identificados depois com o nome geral de GUAICURUS uns, e de CHANÉS, outros.

Pondo de lado, o estudo ou história dos GUAICURUS e seus sub-grupos, desejo me referir ligeiramente ao grupo CHANÉS, do qual se derivaram os TERNOS, os LAIANOS, os KINIKINAUS e os GUANÁS, que falavam todos o mesmo dialeto com pequena ou nenhuma diferença.

Os TERNOS - por ser o sub-grupo maior dos descendentes dos CHANÉS, pois constituiu 3/5 (três quintos) da população indígena naquele tempo - resistiram incontestavelmente mais e com maior êxito, com sua religião, língua, costumes e retraimento social, à qualquer tentativa de assimilação da cultura brasileira.

Acabaram por observar com o tempo, os sub-grupos, colaterais seus irmãos, quase inteiramente, sobrevivendo através dos anos, até os nossos dias, em várias aldeias, no sul de MATO GROSSO, com o mesmo nome, a mesma língua, conservando também os bons hábitos primitivos aprimorados com outros brasileiros - sem perder contudo a sua personalidade característica, de ALTIVEZ e BONDADE - que os torna tão simpáticos e estimados. São filiados pela nomenclatura hodierna das raças indígenas, ao grupo dos ARUAKS.-



-AUTODETERMINAÇÃO-

A idéia de outorgar à populações indígenas americanas o direito de "autodeterminação", já vem preocupando em toda parte do mundo, há muitos anos, as grandes inteligências amigas do aborígene.

Aqui mesmo para os índios brasileiros, já houve três(3) tentativas muito interessantes.

A primeira delas, no tempo ainda do Brasil Colônia. Seu autor foi o célebre Marquês de Pombal - 1º Ministro do Rei D. José de Portugal.

Indignado, bem indignado com a situação de opressão e pobreza a que estavam relegados os índios no Brasil, nas "reduções" mercê de uma legislação generosa que os amparava e protegia, redigiu e assinou com o Rei D. José, as LEIS de 6 e 7 de Junho de 1755, em que ressaltando estarem "os índios em grande miséria", afirmava que "à causa que tem produzido tão perniciosos efeitos consistiu, e consiste ainda, em se não haverem sustentado os ditos índios na liberdade" e, invocando legislações antigas, declarava que "os sobreditos índios como livres e isentos de toda a escravidão, podem dispôr das suas pessoas, e bens, como melhor lhes parecer, sem outra sujeição temporal, que não seja a que devem ter às minhas leis, para à sombra delas viverem em paz, e união cristã, e na sociedade civil, em que mediante a Divina graça procuro manter os povos, que Deus me confiou, nos quais ficarão incorporados os referidos índios sem distinção, ou exceção alguma, para gozarem de todas as honras, previlégios, e liberdades de que os meus vassallos gozam atualmente."

A liberdade e os direitos amplos que o POMBAL concedeu aos índios, infelizmente duraram dias efêmeros, porque na hora em que faltou o cérebro providencial daquele glorioso Ministro, não teve na ocasião nem depois em Portugal, outro substituto de igual quilate, e os índios voltaram novamente à política de "proteção" anterior...

---



Houve também já aqui no Brasil, um movimento de redenção indígena, de verdadeira "autodeterminação", promovido pelo APOSTOLADO POSITIVISTA, durante a Constituição Republicana de 1.891 - Propuseram os positivistas à Constituinte, o reconhecimento dos ESTADOS BRASILEIROS AMERICANOS, constituídos pelas tribos indígenas brasileiras - Estados que seriam garantidos pelo governo federal e escrupulosamente respeitados na posse de seus territórios.

Infelizmente a nobre idéia, não teve repercussão naquele cenário de indiferentes...

Ainda em nossos dias, outro fervoroso amigo do aborígena brasileiro - o saudoso ANTONIO ESTIGARRÍBIA - também idealizou - e por coincidência para um mesmo grupo tribal de TERENO)umas diretrizes, inspiradas nos princípios da "autodeterminação", que se perderam no arquivo da IR5, como ele mesmo me confessou ...

Levado ainda pelos mesmos desejos nobres de dar uma solução de resultados reais às populações indígenas de sua grande Pátria FRANKLIN DELÁNO ROOSEWELT, então Presidente dos U.S.A., promoveu em 1 934 a criação da LEI DE REORGANIZAÇÃO INDÍGENA, adotando assim para tribos americanas, uma salutar política indigenista, baseada sobretudo no amparo "a vida cultural e tribal dos índios" e no direito que se lhes conferiu na nova legislação "de dirigir e administrar seus próprios bens".

Foi assim, ou é assim, um reconhecimento justo, por parte de uma das nações mais poderosas do mundo, conferido a pequeninos governos de grupos tribais.

Para fortalecer a efetivação desses direitos que a Lei de 1 934 outorgou a determinadas tribos, providências posteriores de ordem administrativa e legislativa foram promovidas a tempo, que revogaram leis e regulamentos contrários a liberdade civil dos índios.

Providências legais e instruções também foram sancionadas, pelo Governo americano, com o objetivo de assegurar a liberdade

---



Providências igualmente justas a favor da ampla liberdade religiosa dos índios, foram declaradas, ficando quaisquer missionários com sua autoridade sobre êles, reduzida apenas aos argumentos da persuasão e aos sentimentos do amor!

Como complemento conclusivo destas modestas linhas, de onde ressalta a preocupação sincera de quantos que se interessam pela sorte do índio e buscam uma solução para a sua vida angustiada, e, mais, como resultado também do conhecimento meu com os TERENOS, ofereço ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten. Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO, o Estatuto do grupo tribal tereno de "BURITI", ou de qualquer outro da mesma nação tereno.

— 9 —



ADMINISTRAÇÃO.-=PORTARIAS=

Nº 108, de 10.09.962.-

LOCALIZA, a pedido, CORINA LIRA RAMOS, Enfermeira Auxiliar P.1706-8, no Pôsto Indígena Dantas Barreto, Águas Belas, e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Xucuru, Município de Pesqueira, ambos subordinados a 4a. Inspeção Regional, em Recife, Estado de Pernambuco.

=====

Nº 110, de 13.09.062.-

LOCALIZA, a pedido, no Pôsto Indígena Antônio Estigarriba, onde passará a ter exercício, ROGÉRIO PINTO DE REZENDE, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Capitão Vasconcelos, ambos subordinados a 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás.

=====

Nº 111, de 13 de setembro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE designar, de acordo com o artigo 217 do mesmo Estatuto, ALISIO DE CARVALHO, JOÃO NAZARETH e JULIETA DE OLIVEIRA BASTOS, respectivamente, Inspetor de Índios, P 1.801-14B, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7 e Marinheiro CT-305-7, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar o que consta da Representação da Datilógrafa Margarida Lopes Braga contra o Técnico de Contabilidade Almachio Bandeira Braule Pinto, constante do S.P.I. nº 4 035/62.

=====

Nº 112, de 25 de setembro de 1962.-

RESOLVE localizar, a pedido, na Aldeia Taquapery, Município de Amambá, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter exercício, VITORINO NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Escriturário, AF.202-8A, e presentemente, em exercício no Pôsto Indígena Lalima, Município de Miranda, Estado de Mato Grosso.



Nº 113, de 25 de setembro de 1962.-

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena Buriti, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter exercício, AMÉLIA ACOSTA LANZARINI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC.514-11, e presentemente em exercício no Pôsto Indígena Lalima, Município de Miranda, Estado de Mato Grosso.

Nº 114, de 25 de setembro de 1962.-

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena Buriti, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter exercício, EUNICE BRANDÃO, ocupante do cargo de Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC.514-11, e presentemente, em exercício no Pôsto Indígena Cachoeirinha, Município de Miranda, Estado de Mato Grosso.

Nº 115, de 25 de outubro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando das atribuições que lhe confere o art. 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE designar, de acordo com o art. 217 do mesmo Estatuto, LINCOLN ALLISON POPE, JOÃO BARRETO DE SOUZA e CESÁRIO BARBOSA BONFIM, respectivamente, Técnico de Educação, EC.701-17A, Artífice de Manutenção, A.305-6 e Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC.514-11, do Quadro Pessoal Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades constantes do processo S.P.I. nº 1.452/62, imputadas contra o ex-Chefe da 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, Inspetor de Índios, P.1.801-14B, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA.

Nº 116, de 29 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento do S.P.I.,

RESOLVE criar uma POVOAÇÃO INDÍGENA, em Buriti, na IR5,



(CAMPO GRANDE), Sul de Mato Grosso,

Art. 1º- O P.I. Buriti de índios Terenos, no Município de Aquidauana, no Sul de Mato Grosso, passa a constituir uma POVOAÇÃO INDÍGENA, integrada das três(3) Aldeias seguintes: -BURITI - CORREGO DO MEIO-ÁGUA AZUL.

Parágrafo Único - A área da POVOAÇÃO INDÍGENA, permanece a mesma de 2.000 Ha e com os limites constantes no Decreto número 834, de 28 de novembro de 1928, do Governo do Estado de Mato Grosso.-

Artigo 2º-A POVOAÇÃO INDÍGENA se regera pelo ESTATUTO que fôr aprovado dentro de 30(TRINTA) dias, a partir desta data, pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 3º - A POVOAÇÃO INDÍGENA, é criada sem novos onus para UNIÃO, com os recursos do P.I. ora extinto.

=====

Nº 117, de 29 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento do S.P.I.

RESOLVE criar a POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, no Município de AQUIDAUANA, na IR5(CAMPO GRANDE), Sul de Mato Grosso.

Art. 1º - Os PPII Taunay e Ipegue de índios Terenos, no Município de Aquidauana, no Sul de Mato Grosso, passam a constituir a POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, integrada das Aldeias de Taunay e Ipegue.-

Parágrafo único - A área da POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, permanece a mesma de 7.200 Ha e com os limites constantes no Ato 217 de 6 de maio de 1904, do Governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º- A POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY se regerá pelo ESTATUTO que fôr aprovado dentro de 30(TRINTA) dias, a partir desta data, pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 3º-A POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, é criada sem novos onus para a UNIÃO, com os recursos dos PPII ora extintos.

=====

Nº 119, de 5 de novembro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento do S.P.I.

RESOLVE aprovar o Estatuto da POVOAÇÃO INDÍGENA, em Buri



TI, na I.R.5(CAMPO GRANDE), no Sul de MATO GROSSO, criada com a Portaria nº 116, de 29 de outubro de 1 962.

=====

Nº 120, de 5 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 104, de 27-8-1962 que designou o Agente de Proteção aos Índios P.1802-6B, Chefe da Seção de Estudos do S.P.I., símbolo 6-F, JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Inspetor de Índios, P.1801-12A, ORÍCULO CASTELO BRANCO BANDEIRA e o Laboratorista P.1602-9B, JOÃO DOMINGOS LAMÔNICA, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito Administrativo, instaurado para apurar irregularidades no Pôsto Engenheiro Mariano de Oliveira, Município de Maxacalis, Estado de Minas Gerais, conforme denúncia apresentada pelo Sr. José Silveira de Souza, no processo S.P.I. número 3.665/62.

=====

Nº 121, de 6 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando da atribuição que lhe confere o art. 218 do Estatuto dos Funcionários Civis da União,

RESOLVE designar, de acôrdo com o art. 217 do mesmo Estatuto, ORÍCULO CASTELO BRANCO BANDEIRA, JOÃO DOMINGOS LAMÔNICA e PAULO JORGE IZIDORO GUEDES, respectivamente, Inspetor de Índios, P. 1 801-12A, Laboratorista, P.1 602-9B e Escrevente Datilógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar irregularidades no Pôsto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, Município de Maxacalis, Estado de Minas Gerais, conforme denúncia apresentada pelo Sr. José Silveira de Souza, no processo S.P.I. nº 3665 /62.

---



Nº 122, de 6 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando da atribuição que lhe confere o item III do artigo 210 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE aplicar a Geraldo Gondin Dixo, Telegrafista, CT-207-12A, a pena de suspensão por 2(dois) dias a ser cumprida nos dias 7 e 8-11-62, por falta grave, de acordo com o art. 105 do mesmo Estatuto, visto como infringiu o item VI do artigo 194 do mesmo Diploma Legal, usando irreverência de linguagem incompatível com documentos de Serviço.

=====

Nº 123, de 6 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, na sede da 7a. Inspetoria Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, onde passará a ter exercício, JOÃO GARCIA DE LIMA, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios P.1 802-5A, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício no Posto Indígena José Maria de Paula, Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

=====

Nº 124, de 16 de novembro de 1 962.-

RESOLVE dispensar, "ex-ofício", de acordo com o artigo 77, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, OLÍMPIO MARTINS CRUZ Agente de Proteção aos Índios P. 1.802 - 6-B, Chefe da 3a. Inspetoria Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão.

=====

Nº 125, de 16 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar, de acordo com o artigo 145, item I e art. 147, da Lei nº 1.711, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos Decretos nrs 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26 de janeiro de 1 945, e Decreto nº 50.572, de 10.05.61, AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, Mestre A-1.801-13A, do Quadro de Pessoal- Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a função de Chefe da 3a. Inspetoria Regional, 5-F, com sede em São Luiz, Estado de Maranhão, vago com a dispensa de OLÍMPIO MARTINS CRUZ.-



Nº 126, de 19 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE designar MARGARIDA LOPES BRAGA, Datilógrafo AF 503-9-B, JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífice de Manutenção, A-305-6 NEUSA MARIA DOS SANTOS, Escrevente-Datilógrafo AF-204-7, sob a presidência do primeiro, para em comissão apurar a rasão da retirada das flhas 62, 63, 63A, 64, 65, 66, verificada no S.P.I. número 1891/54 (MAB Nº 2135/61), bem como fazer a vistoria no arquivo a fim de constatar possíveis irregularidades.

=====

Nº 127, de 29 de novembro de 1 962.-

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena Barão de Antonina, Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, onde passará a ter exercício, AMÉLIA TRACZ, ocupante do cargo de Professôra de Ensino Pré-Primário e Primário EC-514-11, e presentemente, em exercício no Pôsto Indígena José Maria de Paula, Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

=====

Nº 129, de 6 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE localizar, a pedido, na Séde da 3a. Inspeção Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão, onde passará a ter exercício, EUSTÁQUIO SOARES DA SILVA, ocupante do cargo de Enfermeiro Auxiliar nível 8, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Serviço, e presentemente, em exercício na Séde da 9a. Inspeção Regional, em Pôrto Velho - Território Federal de Rondônia.

=====

Nº 130, de 17 de dezembro de 1 962.-

TRANSCRITA NA PÁGINA 55 DESTES BOLETIM.-

=====

Nº 131, de 20 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE tornar sem efeito, a Portaria nº 115 de 25 de outubro de 1962, que designou LINCOLN ALLISON POPE, JOÃO BARRETO DE SOUZA e CESÁRIO BARBOSA BONFIM, respectivamente, Técnico de Educação, Artífice de Manutenção e Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades constantes do processo SPI 1.452/62, imputadas contra o ex-Chefe da 8a. Inspeção Regional em Goiânia, Estado de Goiás, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA.



=ORDENS DE SERVIÇO INTERNAS=

Nº 132, de 31 de agosto de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. RAMIS BUCAIR, Motorista CT 401-8-A, lotado e com exercício na 6a. Inspetoria Regional em Cuiabá, para seguir com destino a 5a. Inspetoria em Campo Grande, Mato Grosso, para prestar colaboração nos serviços de medição de terras.

=====

Nº 132 A, de 6 de setembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. OLÍMPIO MARTINS CRUZ, Agente de Proteção aos Índios, P. 1.802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente, deste Ministério, lotado neste Serviço, com exercício na 3a Inspetoria Regional em São Luiz, Estado do Maranhão, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino as Aldeias do Município de Montes Altos, a fim de que sejam tomadas todas providências cabíveis, em vista da informação dos mesmos, estarem desassistidos por este Serviço.

=====

Nº 133, de 13 de setembro de 1 962.-

RESOLVE autorizar o Sr. Erotides Pinto de Araujo, Trabalhador de Campo, admitido pela Verba de Pessoal temporário, em exercício na 2a. Inspetoria Regional, em Belém, Estado do Pará, a fim de prestar colaboração no DEPEX, conforme solicitação constante do S.P.I. nº 4.117/62, ficando este Serviço isento de ônus, de acordo com a declaração do Senhor Superintendente Geral - Adjunto do DEPEX.

=====

Nº 134, de 20 de setembro de 1 962.-

RESOLVE autorizar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífice de Manutenção, nível 6, do Quadro do Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotado e com exercício na Diretoria deste Serviço, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, conduzindo a caminhoneta VEMAG nº 9-67-31, tendo como passageiros da mesma os servidores GLAUCO SOARES DE SOUZA, NILO DE OLIVEIRA VELLOZO e MARGARIDA LOPES BRAGA, que irão votar no dia 7 de outubro próximo vindouro, naquele Estado.

---



Nº 135, de 20 de setembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. HOMERO COELHO, Motorista, CT - 401-10B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.980.828, lotado e com exercício na sede deste Serviço, em Brasília, para seguir com destino a cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a fim de transportar para aquela cidade, uma caminhoneta Pic-up-Ford F-100, nº 3-11-53 MT.

=====

Nº 136, de 20 de setembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei vigente,

DESIGNA o Técnico de Contabilidade, P.701-15A, LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, Chefe da Seção de Orientação e Assistência, símbolo 6-F, para responder pelo expediente da Diretoria, até ulterior deliberação, durante o afastamento eventual e temporário do titular efetivo e do seu substituto legal.

=====

Nº 137, de 1 de outubro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei vigente,

RESOLVE designar Hermano Sampaio da Rocha, ocupante do cargo de Motorista, CT.401-12C, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, a fim de conduzir àquela dependência o Inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da mesma Inspeção no jeep nº 3050-GO.

=====

Nº 137-A, de 9 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.295.074, lotado na 7a Inspeção Regional em Curitiba no Estado do Paraná, onde exer



ce a função de Chefe, para seguir com destino aos Postos Indígenas Dr. Selistre de Campos e Xanxere, situados no Estado de Santa Catarina, Postos Indígenas Fioravante Esperança e Palmas no Estado do Paraná, a fim de acompanhar o Senhor Diretor deste Serviço, em viagem de inspeção aos Postos Indígenas acima indicados.

=====

Nº 137-B, de 18 de outubro de 1962.-

RESOLVE designar o Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.295074, lotado na 7a. Inspetoria Regional em Curitiba, no Estado do Paraná, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino ao Posto Indígena José Maria de Paula, Município de Guarapuava, a fim de inspecioná-lo.

=====

Nº 137-C, de 17 de outubro de 1962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.817.076, lotado na 6a. Inspetoria Regional em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas Couto de Magalhães, Gomes Carneiro, Fraternidade Indígena e Colonia Teresa Cristina, viajando posteriormente para sede desta Diretoria em Brasília, a fim de inspecioná-los e tratar de assuntos atinentes a 6a. IR.

=====

Nº 138, de 25 de outubro de 1962.-

RESOLVE subordinar diretamente à Direção deste Serviço o Setor de Rádio, designando para Encarregado do mesmo Setor o Artífice de Manutenção JOÃO BARRETO DE SOUZA, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, que, há muitos anos vem supervisionando a rede de rádio existente no S.P.I.

Entre outras atribuições, deverá o Encarregado do Setor observar, rigorosamente:

a)-que a rede-rádio do S.P.I. funcionará, exclusivamen



1266  
Bga

te em objeto de serviço e em obediência às normas de trabalho do Departamento de Correios e Telégrafos;

b)-a instalação e assistência técnica dos aparelhos distribuídos às Inspetorias e Postos Indígenas e, finalmente,

c)-o controle das dependências da Estação-Rádio da Sede e das normas e regras de sigilo.

=====

Nº 139, de 25 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE destinar a Camionete Chapa 31.153-MT ao transporte dos funcionários deste Serviço, abaixo relacionados, designando para motorista da mesma o servidor HOMERO COELHO e, na falta deste, o servidor João Barreto de Souza.

Pela manhã, o ponto de embarque, na asa sul, será em frente ao bloco 16, às 7,40 e, na asa norte, no Posto Polícia 1, às 7,50.

À tarde, no mesmo local, o horário será de 13,40, na asa sul e 13,50, na asa norte:

1-Luiz de França Pereira de Araújo.

2-Boanerges Fagundes de Oliveira

3-Walter Samari Prado

4-Milce Guimarães Lage

5-Nildes Guimarães Lage

6-Marim Silva Araújo

7-João Barreto de Souza

8-Carlos Barreto de Souza

9-Margarida Lopes Braga

10-Maria Lourença da Silva Paranhos

11-Glauco Soares de Souza

12-Vera Lúcia Coelho.

=====

Nº 140, de 26 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

DESIGNA o Cinetécnico-P.501-12A, NILO DE OLIVEIRA VELLO-



1267  
B96

ZO, do Quadro Pessoal, Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, para ter exercício na Seção de Administração.

=====

Nº 143, de 29 de outubro de 1 962.-

DESIGNA NILO DE OLIVEIRA VELLOZO, Cinetécnico 12A, para seguir com destino a Campo Grande, Estado de Mato Grosso, a fim de organizar, no PI Buriti, um documentário cinematográfico.

=====

Nº 143-A, de 31 de outubro de 1 962.-

DESIGNA o Agente de Proteção aos Índios 6B JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, exercendo a função gratificada de Chefe da Seção de Estudos, para seguir com destino ao Estado de São Paulo, a fim de inspecionar os Postos Indígenas, localizados nos Municípios de Itanhaen, Peruibe e Itariri.

=====

Nº 144, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Chefe da 5a. Inspetoria Regional, JOSE FERNANDO CRUZ, para seguir com destino à 6a. Inspetoria Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a fim de verificar a situação da Colônia Indígena Thereza Cristina e do Posto Indígena "Barbosa de Farias", podendo tomar tôdas as providências de ordem administrativa e judicial para manter a posse e o domínio dos índios Boróros naquelas localidades, bem assim, examinar a situação geral de terras naquela Inspetoria.

=====

Nº 144-A, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, Inspetor de Índios 14B, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria dêste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 144-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 7a. Inspetoria Regional, para seguir com destino à Brasília, a fim de tratar de assuntos gerais.



tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 144-C, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 6a. Inspetoria Regional, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria dêste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas de plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 145, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Mecânico de Motores a Combustão nível 12, WALTER SAMARI PRADO, para seguir com destino à Goiânia, a fim de efetuar compras relativas às subconsignações 1.3.06 -1.3.14 e 1.4.04, respectivamente, de Cr\$50.000,00, Cr\$60.000,00 e Cr\$..... Cr\$100.000,00(1a. Parcela), cujos responsáveis pelos adiantamentos são, respectivamente, o Datilógrafo Margarida Lopes Braga, o Mestre de Obras Carlos Barreto de Souza e o Inspetor de Índios Glauco Soares de Souza.

=====

Nº 145-A, de 5 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da Seção de Estudos no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria dêste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 145-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. ALBERICO SOARES PEREIRA, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 9a. Inspetoria Regional, em Porto



Velho, Território Federal de Rondônia, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de as suntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orça mentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 145-C, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ FERNANDO CRUZ, Professor de En sino Pré-Primário e Primário EC-514-11, Chefe da 5a. Inspeção Regional, em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas de plano de trabalho, tendo em vista a aplica -  
ção das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 146, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Chefe da 5a. Inspeção Regional, JOSÉ FERNANDO CRUZ, para seguir com destino à 6a. Inspeção Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a fim de verificar a situação geral dos Postos Indígenas supervisionados pela aludida Inspeção e, especialmente, os rebanhos existentes, tendo em vista o e levado número de termos de morte apresentado pelos Encarregados dos POstos da mesma Inspeção.

=====

Nº 146-A, de 5 de novembro de 1 962.-

Resolve designar o Sr. JAPHET CHAVES NEVES, Agente de Prote ção aos Índios 6B, lotado na 5a. Inspeção Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas José Bonifácio, Benjamin Constant e Ramada, a fim de ve rificar as irregularidades havidas na venda da erva-mate dos re feridos Postos.

=====

Nº 146-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOÃO FERNANDES MOREIRA, Agente de Pro teção aos Índios, 6B, Chefe da 2ª Inspeção Regional, no Estado do Pará, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria dês



te Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 146-C, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. MANOEL MOREIRA DE ARAUJO, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 1a. Inspeção Regional, em Manaus, Estado do Amazonas, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 147, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Motorista nível 10 - B, HOMERO COELHO, para conduzir o Mecânico de Motores a Combustão nível 12 WALTER SAMARI PRADO, à Goiânia a fim de efetuar compras relativas às subconsignações 1.3.06 - 1.3.04, no carro nº 31153-MT.

=====

Nº 147-A, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. Enoch Alvarenga Soares, Agente de Proteção aos Índios 6B, lotado na 5a. Inspeção Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas José Bonifácio, Benjamin Constant e Ramada, a fim de verificar as irregularidades havidas na venda da erva-mate dos referidos Postos.

=====

Nº 147-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. OLÍMPIO MARTINS CRUZ, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 3a. Inspeção Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.



Nº 147, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. FRANCISCO SAMPAIO, Inspetor de Índios, nível 14, Chefe da 4a. Inspetoria Regional, em Recife, no Estado de Pernambuco, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 147-D, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, Mestre 13, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

= =====

Nº 148, de 8 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE designar o Sr. JURANDYR MARCOS DA FONSECA, servidor deste Serviço, para seguir com destino a São Paulo, a fim de representar esta Diretoria, na Primeira Feira de Arte Popular, promovida por Barbosa Lessa - Produções Artísticas Ltda., a realizar-se entre 8 a 20 do corrente.

=====

Nº 149, de 13 de novembro de 1 962.-

DESIGNAR o motorista 10B, HOMERO COELHO, lotado e com exercício nesta Diretoria, para seguir com destino à cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, transportando a caminhoneta D.K.W. chapa 96.731, para os devidos reparos e legalização de emplacamento, e transportando na sua volta o Jeep chapa 3561-GO, para esta Diretoria.

=====

Nº 150, de 13 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Mecânico de Motores à Combustão nível 12, WALTER SAMARI PRADO, para seguir com destino à Goiânia, a fim de tratar de assuntos desta Diretoria junto ao 8º IR, sede da nascer



Nº 151, de 13 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Operador Radiofônico nível 7, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, para seguir com destino à Goiânia, a fim de efetuar compras relativas à subconsignação 1.3.10, matérias primas, produtos manufaturados ou semimanufaturados, Cr\$750.000,00 - (1a. PARCELA), cujo responsável pela adiantamento é o mesmo funcionário designado.

=====

Nº 152, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma Comissão composta do Chefe da S.A., Senhor LOURIVAL DA MOTA CABRAL, BENEDITO PIMENTEL, MARGARIDA LOPES BRAGA e ALÍSIO CARVALHO, para sob a Presidência do Chefe da S.A., elaborar a parte do regimento do S.P.I., na nova estrutura do Ministério da Agricultura, referente à sua Seção(S.A.), e apresentá-la à Diretoria do S.P.I., dentro do prazo de 15(QUINZE) dias, a partir desta data.

=====

Nº 153, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma Comissão composta dos Snrs. GERALDO PITAGUARI, NILO DE OLIVEIRA VELLOSO, JOSIAS FERREIRA DE MACEDO e AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, para sob a Presidência do Primeiro, elaborar a parte do regimento do S.P.I. na nova estrutura do Ministério da Agricultura, referente à (S.E.) e apresentá-la à Diretoria do S.P.I. dentro do prazo de 15(QUINZE) dias, a partir desta data.

=====

Nº 154, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma COMISSÃO composta de Chefe da S.O.A., Sr. LUIZ DE FRANÇA ARAÚJO, WALTER DE OLIVEIRA VELLOSO, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA e JOÃO BARRETO DE SOUZA, para sob a Presidência do Chefe da S.O.A., elaborar a parte do regimento do S.P.I., na nova estrutura do Ministério da Agricultura, referente à sua Seção(S.O.A.) e apresentá-la à Diretoria do S.P.I., dentro do prazo de 15(QUINZE) dias, a partir desta data.-

=====

---



Nº 155, de 14 de novembro de 1 962.-

DESIGNA os servidores WALTER SAMARI PRADO, VITOR QUEIROZ DO NASCIMENTO e ROGÉRIO PINTO DE REZENDE, para receberem o gado adquirido do Sr. MILBURGES LOPES DA SILVA, para o S.P.I., procedendo a respectiva conferência, transportando-o para o P.I. Getúlio Vargas, subordinado a 8a. Inspetoria Regional.

Outrossim, fica a mesma Comissão com poderes especiais para providenciar a desocupação da área de terras pertencentes ao S.P.I., em Campos do Carajá, de intruso ou intrusos que lá estejam localizados.

=====

Nº 156, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar WALTER DE OLIVEIRA VELLOSO, lotado neste Serviço, para ter exercício na Seção de Orientação e Assistência e em virtude de ter cessado o motivo da Ordem de Serviço Interna nº 101.

= =====

Nº 157, de 19 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar a servidora CREMILDA DE GUIMARÃES CINTRA E SILVA, Escrevente Datilógrafo 7, lotado neste Serviço, e atualmente servindo na Seção de Administração, para ter exercício na Seção de Orientação e Assistência(S.O.A.), nesta Diretoria.

=====

Nº 158, de 19 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o servidor FORTUNATO JOSÉ DE GOES, Servente nível 5, lotado neste Serviço, e presentemente servindo na Seção de Administração(S.A.), para ter exercício no Arquivo, da referida Seção, como Encarregado do mesmo.

=====

Nº 159, A-de 16 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma COMISSÃO composta dos Inspetores de Índios, FRANCISCO FURTADO DE MEIRELES e BENEDITO PIMENTEL, do Técnico de Contabilidade LUIZ DE FRANÇA ARAÚJO e da Datilógrafo, MARGARIDA LOPES BRAGA, para sob a presidência do primeiro, elaborar, coordenar e instruir em novas normas e diretrizes das partes do Regimento do S.P.I...com ~ ~ ~ Índios, Lotação



1274  
Nº 164, de 3 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Vigia da NOVACAP, pôsto à disposição do Serviço de Proteção aos Índios, JASON FERNANDES RFI<sup>18</sup>, conforme processo SPI 4565/62, para servir na I.R.5-Campo Grande - Mato Grosso, para onde deverá seguir e apresentar-se ao senhor Chefe da aludida I.R. e posteriormente ser indicado para um dos Postos da mesma.

=====

Nº 165, de 4 de dezembro de 1 962.-

Resolve tornar sem efeito a Ordem de Serviço Interna nº 158, de 19 de novembro do ano corrente, que designou o Servente FORTUNATO JOSÉ DE GÓES, para Encarregado do Arquivo, dêste Serviço.

=====

Nº 166, de 4 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar D. MARIA LOURENÇA DA SILVA PARANHOS, Escrevente Datilógrafo 7A, lotada neste Serviço, para, na qualidade de Encarregada do Protocolo, superintender todos os serviços do Arquivo, o qual ficará sob sua exclusiva responsabilidade.

=====

Nº 167, de 6 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, Agente de Proteção aos Índios 6B, lotado na 6a. Inspetoria Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas Gen. Galdino Pimentel e Piebaga, a fim de inspecioná-los.



do Pessoal, Substituições, Métodos de Trabalhos e Competência das D.R. e P.I. , inclusive Disposições Gerais, de acôrdo com a nova estrutura do Ministério da Agricultura, e apresentá-lo à Diretoria do S.P.I., dentro do prazo de 15(quinze) dias, a partir desta data.

=====

Nº 160, de 23 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar NILO OLIVEIRA VELLOZO, Cinetécnico nível 12A, lotado neste Serviço, para nesta Diretoria, em Brasília - D.F., atender aos trabalhos atribuídos à Seção de Estudos, com sede no Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, referentes aos processos de terras e museologia.

=====

Nº 161, de 23 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Agente nível B, AMÉRICO ANTUNES DE SIQUEIRA, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente - do Ministério da Agricultura, lotado na 5a. Inspetoria Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino ao Estado de São Paulo , a fim de internar no Hospital de Clínicas naquele Estado o índio Eduardo Rufim.

=====

Nº 162, de 30 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. GERALDO PITAGUARY, Antropólogo TC - 401-17A, para seguir com destino a cidade de Salvador no Estado da Bahia, a fim de representar o Serviço de Proteção aos Índios, no III Congresso Nacional de Museus, a realizar-se de 6 a 13 de dezembro do corrente ano, naquele Estado.

=====

Nº 163, de 3 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífioe de Manutenção 6B, lotado na Sede dêste Serviço, para seguir com destino à Goiânia, Estado de Goiás, a fim de cumprir determinações desta Diretoria.

=====



Nº 168, de 18 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Motorista HOMERO COELHO, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, conduzindo a Caminhoneta -RURAL WILLIS, Chapa 4.070, transportando os membros da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria nº 130 de 17 de dezembro de 1 962, visto não haver disponibilidade nas Empresas de Navegação Aérea.

=====

Nº 169, de 18 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE determinar que o Pôsto Indígena "Lalima" da IR5 do S.P.I., no município de Miranda - Sul de Mato Grosso, passe a ter o nome de "Senador Felinto Muller", como justa homenagem dêste Serviço, a êsse ilustre brasileiro que, afora relevantes serviços patrióticos que tem prestado à Nação Brasileira, sobressai ainda o seu vivo e sincero empenho em dar as famílias indígenas de nossa Pátria, dias de sossego e felicidade.

=====

Nº 170, de 20 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. DORIVAL PAMPLONA NUNES, CESÁRIO BARBOSA BONFIM e ISMAEL DA SILVA LEITÃO, respectivamente, Inspetor de Índios, P.1801-12A, Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC-514-11 e Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotados neste Serviço, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar irregularidades constantes do processo SPI 1.452/62, imputadas contra o ex Chefe da 8a. Inspetoria Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, Inspetor de Índios, P 1.801-14B, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA.

---



AOS SERVIDORES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS


Não poderia deixar de dirigir breves palavras aos funcionários desta repartição, neste término de ano que, espontaneamente, vêm colaborando com minha administração, para um fim comum, o bem estar e a felicidade dos silvícolas.

Deixo, aqui, a todos os servidores, principalmente, aos que labutam no interior do Brasil, os meus sinceros votos, de Feliz Natal, e um Ano Novo pleno de felicidade!

Ass. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho

Diretor do S. P. I.

VISTO:

  
LUIZ ARAUJO-CHEFE DA SOA.-







# O LEÃO DO GUARABU



No 1689

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. Dr. J. B. Smith Deve

Rua \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, 29 de \_\_\_\_\_ de 1958

[illegible]

NÃO VALE COMO RECIBO

# O LEÃO DO GUARABU



No 1820

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. W. J. Bonnell Deye

Rua .....

Rio de Janeiro de ..... de 195...

2	Galda Cuc. 85-	150	-
1	Perote	100	-
1	Binga	25	-
1	Que Negro 18x30	55	-
		390	-

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

1279



# O LEÃO DO GUARABU



Nº 1612

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. *Coronel Moacir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, *24* de *1* de 195 *8*

1	Derivação 3/4	140.00
1	ex. passeio	110.00
1	resisto. tubo 3/4	140.00
2	" gdo. 3/4 1/2	280.00
2	apêndices 3/4 30.	60.00
1	peça 2 mm	230.00
1	q. solda	150.00
1	q. graxalina	6.00
17,600	Chumbo 45.	787.50
<i>Pg. DE</i>		1.903.50
		193.50
		1.650,0

NÃO VALE COMO RECIBO

# O LEÃO DO GUARABU



Nº 1445

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. *Bel Moacir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, *24* de *1* de 195 *8*

H	mt Areia gdo 200-	1.000,00	for
3	Gulper 3/4 8-	24,00	for
1	Bata Barra	16,00	for
H	mt Pedra Brã	616,00	for
<i>Pg</i>		1.656,00	

NÃO VALE COMO RECIBO

*1280*  
*1280*







1282



# O LEÃO DO GOVERNADOR

NOTA DE VENDA  
(Em 3 Vias)

1.ª VIA



Nº 3930

INSCRIÇÃO N.º 139.768

O I sto de vendas e consignações foi pago por verba do acôrdo com o Decreto n.º 13.838 de 5 de Maio de 1958

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 Ilha do Governador

O Snr.

Rua

Rio de Janeiro, 2 de

de 1958

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B-50-50-50

1/10/58

7 K. cimento Br. 7 119,00

NÃO VALE COMO RECIBO

1 Derivação  $\frac{3}{4}$  x 20' Ref. 16,300

1 caixa de Passaro DAE x

1 registro de ferro x

2 registros de gaveta  $\frac{3}{4}$  x

2 Sabele de  $\frac{3}{4}$  x

1 Pena Tdrabito 220 x 2 1/2 x

1 Kilo de Saldo x

1 litro de Gasolina x

1 Calor de Tamada Para Divulgar

4 mt chumbo  $\frac{3}{4}$  Ref. 16,300

1283



NOTA 1.<sup>a</sup> VIA

Nº 7088

Ilmo Snr.

Rua

100 x lat	700,00
1 Bruch	1500
100 x Cimento Br	3000
18 1/2 x 3/60	
1 Carne Ariz	

Não vale como recibo.

Coronel Moaci  
Sr. Carpenteiro na obra Rua  
nel Jansan Ferreira W.

3 Folhas	cr 550,00	cr 2,200,00
4 Folhas	cr 600,00	cr 1200,00
1 Folha	370,00	cr 1850,00
1 Bandeira		cr 100,00
Vaf Sinto	recebido cr 2000,00	5,350,00
Vaf Sinto	recebido cr 2,980,00	

total  
aver. cr 5,350,00

26 = 3 = 960

engano Sr. Lopes Jose D'Almeida Lopes

1784



## O LEÃO DO GUARABU



No 1820

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. W. E. Moser Deve

Rua .....

Rio de Janeiro, de 1 de 1958

2	Galda de Curo. 85-	1.50	-
1	Servete	1.50	-
1	Bijua	25	-
1	Pae freg. 18x30	55	-
		3.90	-

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

## O LEÃO DO GUARABU



No 1950

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. W. Boar Deve

Rua

Rio de Janeiro, 4 de 2 de 1958

[illegible]

NÃO VALE COMO RECIBO

1287



# O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 24739

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306. —:— Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro,

de

7

de 195

8

1/2 K. solda	160,	80,00
Lg		19/12
João Leonardo Guimarães		
NÃO VALE COMO RECIBO		

# O LEÃO DO GUARABU



No 1908

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr

Deve

Rua

Rio de Janeiro.

de

2

...de 195

58

[illegible]

1286



# O LEÃO DO GOVERNADOR



No 1788

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 —:— Ilha do Governador

O Sr

Col. Marciz

Ru3

Rio de Janeiro, 18 de 6 de 1958

3	Basculante - c/ 1.86	744,00-
1	falha seca - feno.	10,00 por.
		← 754,00
Pg 19/15		
NÃO VALE COMO RECIBO		

.....

NÃO VALE COMO RECILLO

# O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 0117

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr.

ada do Galeão, 306 :—:

Deve

Rua

Rio de Janeiro, 6 de 2 de 195

[illegible]

.....  
 NAO VALE COMO RECIBO

1287



NOTA 1.ª VIA

Nº 5819

Ilmo Snr.

Rua

10 p. Cinquent M.

20/12/60

NÃO VALE COMO RECIBO

NOTA 1.ª VIA

Nº 6024

Ilmo Snr.

Rua

Coronel. Moura

H. J. Cinquent M.

27/12/60

NÃO VALE COMO RECIBO

1288



NOTA 1.<sup>a</sup> VIA

Nº 2510

Ilmo Snr.

Rua

Cel Boacir  
10 p Cimento

15/9/60

Não vale como recibo.

PREFEITURA MILITAR DE DEODORO  
ENTREGA DE MATERIAL

Nº 2448

Em cumprimento a N. E. n.º 1014 foi entregue, hoje, o seguinte material:

DISCRIMINAÇÃO	Entregue	A Entregar
Para bit. n.º 2	3.000	—
bol. 13/14/15		
canos 3-1-194		

Em 17 de 10 de 1960

E. SCHEID — 34-3683

Vigilante Fereira

12.89



# LIBERAÇÃO DE MATERIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA  
1.a Divisão de Infantaria  
C. I. DE GERICINÓ  
Sec. Comercial

Guia N.º 26456

Carro N.º E.B. 21.4902

Mot.: - Nome F. B. 21.4902

teira N.º

Comprador: C. B. Bernaldo

Snr. C. B. Bernaldo

Rua N.º

Bairro Cidade

Adquiriu neste campo (3) m3

(3) m3

pagando à VISTA a importância de (255,00)

pagando à VISTA a importância de Cr\$ (255,00)

Em 25 de 1900

Encarregado

Não vale como recibo

C. I. G. - Mod. 4 - 1.a Via

E. SCHEID - 34.3653

# LIBERAÇÃO DE MATERIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA  
1.a Divisão de Infantaria  
C. I. DE GERICINÓ  
Sec. Comercial

Guia N.º 26525

Carro N.º E.B. 21.4902

Mot.: - Nome F. B. 21.4902

teira N.º

Comprador: C. B. Bernaldo

Snr. C. B. Bernaldo

Rua N.º

Bairro Cidade

Adquiriu neste campo (3,50) m3

(3,50) m3

pagando à VISTA a importância de Cr\$ (297,50)

pagando à VISTA a importância de Cr\$ (297,50)

Em 26 de 1900

Encarregado

Não vale como recibo

C. I. G. - Mod. 4 - 1.a Via

E. SCHEID - 34.3653

# LIBERAÇÃO DE MATERIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA  
1.a Divisão de Infantaria  
C. I. DE GERICINÓ  
Sec. Comercial

Guia N.º 26923

Carro N.º E.B. 21.4916

Mot.: - Nome F. B. 21.4916

teira N.º

Comprador: C. B. Bernaldo

Snr. C. B. Bernaldo

Rua N.º

Bairro Cidade

Adquiriu neste campo (3,50) m3

(3,50) m3

pagando à VISTA a importância de Cr\$ (297,50)

pagando à VISTA a importância de Cr\$ (297,50)

Em 27 de 1900

Encarregado

Não vale como recibo

C. I. G. - Mod. 4 - 1.a Via

E. SCHEID - 34.3653



SUB-EMPREITEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1291

2/2

MÊS de dez 1956 Semana de 10 a 16 1956

TOTAL DESTA FOLHA - Cr\$ ..... TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$ .....

卷之四



Serviço do pedreiro  
de 17/6/60 até 8/7/60

Serviço inter 21.41 a 20,00  
den \$4.228,20

Serviço externo que tratai  
o pedreiro dando ele de parte  
a \$30,00 por mês ele fez  
47,079 den \$1.415,70

ele pedreiro trabalhou 2 dias  
para a obra den \$528,00

total pago ao pedreiro  
na data acima foi de  
\$6.171,90

PREFEITURA MILITAR DE DEODORO Nº 2437  
ENTREGA DE MATERIAL

Em cumprimento a N. E. nº 1000 foi entregue,  
hoje, o seguinte material:

DISCRIMINAÇÃO	Entregue	A Entregar
Para but nº 2	3.000	-
1001 <del>RECEBIDO</del>		
1002	21-6894	

Em 12 de 2 de 1960

E. SCHEID - 34-3683

Virgilio Pereira

1292  
10/8/60



De 16/6 a 14/7 paguem ao Serente 6.600,00  
 paguem ao pedreiro em 8/7 tarefa 6.171,90  
 paguem ao bombeiro 14/7 500,00  
 restante que ficou anterior 7.300  
13.344,90

Recebido em 16/7 14.000,00  
 paguem até essa data 13.344,90  
 00.655,10

aduira que Vei de  
 pa cabana  
 callo de 3 metros  
 de 2 m.  
 porta 150 m.  
 talva 2 m.  
 de 300 m.  
 porta de talva 2 m.  
 uma barfado

12/1/1960



NOTA DE ENTREGA

Destinatário

Endereço

Quantidade	Unidade	DISCRIMINAÇÃO
3	un.	<p>Receita 10.2.</p> <p>USO INTERNO</p> <p>0.15 / 1980,00</p>

Deodoro, em

H. F. N.

## NOTA DE ENTREGA

Destinatário

Endereço

Endereço			Unitário	TOTAL
Q <sup>a</sup> idade	Unidade	DISCRIMINAÇÃO		
3	mks	pêcheco nº 2 <b>LIQUIDADO</b> USO INTERNO	660,00	1.980,00
		PREFEITURA MILITAR <b>PAGO</b> Rio de Janeiro, 19 de 19__		

Deodoro, em 12 de 7 de 1956

H. F. N.

E. SCHEID — 34-369







PREFEITURA MILITAR DE DEODORO  
ENTREGA DE MATERIAL

Em cumprimento a N.º E. n.º 4939, foi entregue,  
hoje, o seguinte material:

DISCRIMINAÇÃO	Entregue	A entregar
Pedra <i>lapis</i>	2500	-
<i>Caucho 211055</i>		

Em 26 de 7 de 1958

NOTA 1.ª VIA

Nº 2930

Ilmo Snr.

Rua

*10 P. Cimento =*

*1/10/60*

Não vale como recibo.

*1296*



- I. Recomendamos especialmente aos Sr. Correntistas  
que evitem, antes das importantes operações  
para evitar qualquer erro ou inconveniente  
liberdade de todo cumprimento desta recomendação  
dos Sr. Correntistas e dentro do Banco Nacional  
do Rio de Janeiro e de suas filiais.  
II. Aos Sr. Correntistas e clientes no exterior  
emitido no Banco, de emissão do Banco  
III. Usar esta ficha para a emissão de cheques  
IV. Escrever os algarismos, letras e palavras

Nº 641041 SÉRIE-B

DATA 13-2-60

A FAVOR DE

Auto-em  
placamento

BALANÇO

SALDO ANTERIOR... CR\$

DEPOSITADO... CR\$

TOTAL... CR\$

MENOS ESTE CHEQUE CR\$

SALDO ATUAL... CR\$

CHEQUE 1

Comércio

MA

gar

do por  
lado e toda a

ente por

da

Ficaremos ou-  
e conseqüente  
qualquer respos-  
criminoso dos

de 19

## Ao BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO

SOCIEDADE ANÔNIMA  
RIO DE JANEIRO (DF) - BUENOS AIRES, 15

Ao portador, Sr.

queiram entregar... tal... de cheques, que serão por... guardados com  
o máximo cuidado e toda a segurança e usados exclusivamente por... na mo-  
vimentação da... conta corrente... nesse estabelecimento.

Ficar... outrossim responsável... pela perda e conseqüente utilização  
dêsses cheques, sem nenhuma responsabilidade para o Banco, do uso criminoso  
dos mesmos.

DEP. POPULARES

de... de 19...

Enderêço...

Firma...

1297

1394



# O LEÃO DO C O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 0279

— Material para cons — Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 : Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. *Coronel* O Sr. *Coronel Moacir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, 11 de 2 de 195 8

1	tenhaça	3	luzes 9/4 9.	27.00
			7.00 12	8.00
			Flange p 14	28.00
				<u>63.00</u>
				60 -

NAO VALE COMO

NAO VALE COMO RECIBO

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. *Coronel* O Sr. *Moacir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, 10 de 2 de 195 8

1	colas	2	82.00
1	peleira		58.00
1	R. mania		20.00
			<u>348.00</u>
			348 -

NAO VALE COMO RECIBO



Ms BJA

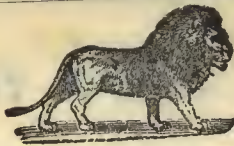
## A detailed black and white illustration of a male lion standing on a small, textured patch of ground. The lion is shown in profile, facing right, with its head slightly turned towards the viewer. It has a large, dark, shaggy mane and a long, thick tail that curves downwards. The ground it stands on is represented by a few horizontal lines, suggesting a small mound or a patch of earth. The background is plain white.



NAO VALE COMO RECIBO



## A detailed black and white illustration of a lion standing on a small, textured patch of ground. The lion is shown in profile, facing right, with its head slightly turned towards the viewer. It has a large, dark, shaggy mane and a long, thick tail. The ground it stands on is depicted with horizontal lines, suggesting a rocky or uneven surface. The background is plain white.



NÃO VALE COMO RECIBO



# O LEÃO DO GO O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 0344

— Material para cons

Estrada do Galeão, 306 :-

O Sr. *Boracir*

Rua

Rio de Janeiro, 5 de

/ <i>Borcha</i>	
<i>[Signature]</i>	
<i>entregues ao Isaac</i>	

NÃO VALE COMO RE

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :- Ilha do Governador

O Sr. *cel. Boracir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, 4 de 3 de 1958

15	unhaillhas 2.º	135,00
	a 9,00.	
3	cunhas a 12,00	36,00
		<hr/>
		171,00
		<hr/>
		160,00

NÃO VALE COMO RECIBO

Es. da do Galeão, 306

O Sr. *cel. Boracir*

Rua

Rio de Janeiro, 7 de

16	kg = feno	
10	"	
114	galas	

NÃO VALE COMO

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :- Ilha do Governador

O Sr. *cel. Boracir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, 6 de 2 de 1958

1	mt areia	800,00
---	----------	--------

NÃO VALE COMO RECIBO







# O LEÃO DO



NOTA DE  
(Em 3)



INSCRIÇÃO

O posto de vendas e consignações foi r  
de 5 r

— Material para c

Estrada do Galeão, 306

O Snr. *62 ab*

Rua

Rio de Janeiro, *31* de

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João L.

*1 trilha*

# O LEÃO DO GUARABU



Nº 0378

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. \_\_\_\_\_ Deye

Rua \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, *23* de *12* de 195 *7*

*2 Pac. Pregal*  
*18 e 19* *100,00*

NAO VALE COMO RECIBO

NAO VALE COMO RECIBO

1/10/58

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

O Snr. *Baroncel*

Rua

Rio de Janeiro, *27* de

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João L.

*2 A. cimento*

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Snr. *Baroncel Moacir*

Rua

Rio de Janeiro, *2* de *1* de 195 *9*

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B.-50-50-50 1/10/58

*10 H. Cimento 70,00*

NAO VALE COMO RECIBO

NAO VALE COMO



1304



INSCRIÇÃO N.º

Estrada do Galeão 306 —

O Snr. \_\_\_\_\_

Rua 10

Rio de Janeiro, 1 de

G. S. B. INSC. 114.830 Rua S. João Lopes, 446

1 Cadeado

NAO VALE COMO RECIBO



Nº 1196

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. Dr. J. B. ... Deve

Rra

Rio de Janeiro, 8 de ..... de 195.....

1	Long Lance	\$5.00
---	------------	--------

3	1. liza	1-	12-
---	---------	----	-----

99-

NÃO VALE COMO RECIBO

E. ada do Galeão, (306

O Sr. David

Rua \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, 27 de

2nd Dec

NÃO VALE COMO RECIBO

U. Sr. W. H. Moore Devel.

Ra

Rio de Janeiro, 6 de 3 de 1958.

2	12g: frame a 35	<del>70.00</del>
---	--------------------	------------------

~~70.00 -~~  
60 -

NÃO VALE COMO RECIBO



# O LEÃO DO GOVE

NOTA DE VENDA  
(Em 3 Vias)



Nº

INSCRIÇÃO N.º 139.768

C posto de vendas e consignações foi pago por verba de acôrdo de 5 de Maio de 1958

— Material para construção —

Estrada do Galeão, 306

O Snr. *Coronel Moacyr*

Rua *Guatá Janse*

Rio de Janeiro, *16* de *12*

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B-50-50

*1 Valvula para*

*1 Joelho 1/2*

*Redução*  
*1 sifão*

NÃO VALE COMO RECIBO

# O LEÃO DO GOVERNADOR

NOTA DE VENDA  
(Em 3 Vias)



Nº

3986

INSCRIÇÃO N.º 139.768

Em o posto de vendas e consignações foi pago por verba de acôrdo com o Decreto n.º 13.883 de 5 de Maio de 1958

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

O Snr. *Coronel Moacyr*

Rua

Rio de Janeiro, *27* de *12* de 195 *8*

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B-50-50-50

1/10/58

*3 peças* *N.º 27 ap.* *30,00*

*H. Lemos* *13,00*  
*42,00*

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para consti

Estrada do Galeão, 306

O Sr. *Coronel*

Rua

Rio de Janeiro, *21* de

*1 saca prego*  
*H. Lemos*

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

O Snr. *Coronel Moacyr*

Rua

Rio de Janeiro, *15* de *12* de 195 *8*

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B-50-50-50

1/10/58

*8 unanilhas 2"* *28,00.*

*2 unanilhas 1 1/2"* *30,00.*

*58,00*

NÃO VALE COMO RECIBO



# O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 1149

# DO GOVERNADOR



Nº 391

1306

391

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :— Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1958

— Devolução —

1030 mt Lurota 3/3 44.- 453.00

Nul Pg

NÃO VALE COMO RECIBO

para construção em Geral —

ção, 306 :— Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1958

reparação	800,00
terça pintura	920,00
" " " "	453,00
reço 1830	70,00
" 15/15	90,00
" foi	15,00
<b>Total</b>	<b>2.348,00</b>

VALE COMO RECIBO



Nº 2807

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 17 de 4

3 K Cup 3

Pg

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :— Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 2 de 4 de 1958

46 mt Areia 220- 990 -

Pg

NÃO VALE COMO RECIBO



CIMENTO RIO BRANCO

Valor.....2.346,40

Recebemos da Firma.

x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

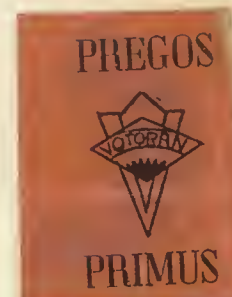
de ( ~~DOIS MIL TREZENTOS E QUARENTA E SEIS CRUZ E QUARENTA CTVS.~~ )

correspondente ao seu pagamento das mercadorias constantes de n/

nóta(s) fiscal(is) nr.(s) 1497 série "A" desta data.

São Paulo, 19 de Fevereiro de 1960

Selado c/ Cr.\$.....3,00



100 Bloes 50x3-3/59-G. Primus-O. 6054

ENTREGA DE MATERIAL

Em cumprimento a N.º 1737/90  
hoje, o seguinte material: *Paulo de Paula, 1911*

DISCRIMINAÇÃO	Entregue	A entregar
Pedra Lápida Custo 911,05	2500 -	-

Im Wege ~~7~~ de 1950

E. R. SCHEID - 34-3083





1.ª VIA

# PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES

EXERCÍCIO DE 195 8

GUIA N.º **49** -

**73151** \*

## EMOLUMENTOS DIVERSOS

### OBRAS

Processo N.º 7478980/57

Visto  
Vinte nove de janeiro de 195  
Em 1 / 1 / 1958

NOME MOACYR RIBEIRO COELHO

LOGRADOURO rua JUSTO JANSEN FERREIRA 111

ESPÉCIE DA LICENÇA Construção de prédio residencial de um pavimento.

16.º DISTRITO 16-DD

ÁREA TOTAL DOS PISOS:-

N.º E ASSUNTO DO ALVARÁ INICIAL

N.º DE PAVIMENTOS

N.º DE APARTAMENTOS

PRazo quatro meses

A PARTIR DE 2.1.58

E A TERMINAR EM 2.5.58

## EMOLUMENTOS

TAXA FIXA

200,00 x 4

Cr\$. 400,00

NUMERAÇÃO

RAMPAMENTO

MODIFICAÇÃO DE PRÉDIO

MODIFICAÇÃO DE PROJETO

MODIFICAÇÃO DE FACHADA

REFORMA

CONSERTOS

SUPERFÍCIE

160,00m²

x 0,40 x 1

aplicação Fiscal

Cr\$. 256,00

DIVERSOS

SOMA

Cr\$ 656,00

TAXA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

10%

Cr\$ 65,60

TOTAL

Cr\$ 721,60

IMPORTÂNCIA A PAGAR Setecentos e vinte e um cruzeiros e sessenta centavos

C.R. Nascimento 13.959

FUNCIONÁRIO

C. **12** L.  
MAT. **6725**  
DÉLCIO MUNIZ

O recibo só é válido pela quantia impressa a máquina registradora e quando passado nos guichets do Departamento do Tesouro.

DEPARTAMENTO DO TESOIRO-DTS

RECIBO

Data 29 JAN 58

N.º do Recibo

585 01-0 73151

Importância

Cr\$

Recebi

Fiel do Tesouro



# COMPANHIA IMOBILIÁRIA SANTA CRUZ

JARDIM GUANABARA — ILHA DO GOVERNADOR

Praça Jerusalem, 180 — Tel. 67 e 239 — Ilha do Governador

Avenida Graça Aranha, 182 - 3.º — Tel. 22-5111 — Rio de Janeiro

TÍTULO DE PROPRIEDADE E PLANTA GERAL ARQUIVADA NO 1.º OFÍCIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, COM O MEMORIAL N.º 14 EM OBEDIÊNCIA DO DECRETO LEI N.º 58 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937.

CONTRATO N.º 3975

LOTE N.º 17

QUADRA N.º 63

CONTRATO de compromisso de compra e venda, que entre si fazem, como PROMITENTE VENDEDORA a COMPANHIA IMOBILIÁRIA SANTA CRUZ, e como PROMITENTE COMPRADOR, o Sr. MOACYR RIBEIRO COELHO, brasileiro, casado, Oficial do Exército, residente à Rua José Hygino 76 apt.º 201 - Tijuca, nesta Capital.

relativo ao lote de terreno n.º 17 da Quadra n.º 63 da planta de loteamento do JARDIM GUANABARA, de propriedade da COMPANHIA IMOBILIÁRIA SANTA CRUZ, (Havido em maior porção do Coronel Elias Antônio de Moraes, pela escritura pública de 27 de fevereiro de 1903, em notas do 2.º Tabelião desta Capital (L. 419 fls. 140-V) Registrada no 1.º Ofício de Registro Geral de Imóveis (L. 3N fls. 343) sob o número de ordem 29.964, em 19 de março de 1903, com as seguintes dimensões e confrontações: Medo de frente 13,00m - Nos fundos 17,50m - Do lado direito 36,00m - Do lado esquerdo 25,10m - Faz frente para a rua Justo Jansen Ferreira - Confronta do lado direito com o lote 18 - Do lado esquerdo com o lote 16 - Nos fundos com o lote 15, todos da mesma quadra - Área 395,00 m2.

Mediante as seguintes cláusulas e condições a que expressamente se obrigam a cumprir:

**PRIMEIRA:** — O preço da venda é de Cr\$319.200,00 (Trezentos e dezenove mil e duzentos cruzeiros) .-. que será pago no prazo de 6 anos 11 meses, a contar da data da assinatura do presente Contrato, em 83 prestações mensais de Cr\$3.800,00 (Três mil e oitocentos cruzeiros) .-. sendo .-. prestações iniciais de Cr\$ .-. cada uma, e .-. restantes, de Cr\$ .-. cada uma, pagas nos escritórios da Promitente Vendedora, independente de aviso, o mais tardar, dez dias após o vencimento. O Promitente-comprador ficará obrigado, no ato da compra, a pagar como sinal e princípio de pagamento, a quantia de Cr\$3.800,00 (Três mil e oitocentos cruzeiros).

**SEGUNDA:** — Vencida e não paga qualquer das prestações deste Contrato, ficará a mesma sujeita aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 3 e 4 abaixo referidas.

**TERCEIRA:** — Vencidas e não pagas duas (2) prestações consecutivas, será o comprador intimado, pela forma estabelecida no Art. 14 do Decreto Lei N.º 58 de 10 de dezembro de 1937, a pagá-las com os respectivos juros, e, não o fazendo, dentro de 30 dias, ficará rescindido de pleno direito este Contrato, perdendo o Promitente-comprador, por força dessa rescisão, o que houver pago, se não preferir, a bem dos seus interesses, efetuar a outrem, a transferência dos seus direitos e obrigações sobre este Contrato.

**QUARTA:** — O recebimento, pela Vendedora, de qualquer das prestações em atraso, com seus juros de mora, não importará em novação ou alteração do presente Contrato, nem poderá ser invocado para justificar o retardamento no pagamento de outras prestações, ou para excluir a rescisão por nova mora.



**QUINTA:** — O Comprador poderá desde já fazer benfeitorias no lote objeto do presente Contrato, mediante prévia licença da Prefeitura do Distrito Federal.

**SEXTA:** — Ao Comprador incumbe, a partir desta data, o pagamento de todos os impostos e taxas que incidem ou venham a incidir sobre o lote de terreno objeto deste Contrato, o qual se acha livre e desembaraçado de qualquer servidão ativa ou passiva, bem como de qualquer ônus reais ou restrições ao direito de propriedade.

**SÉTIMA:** — Qualquer diferença para mais ou para menos encontrada, eventualmente, na área do lote ora compromissado, apurada na ocasião de ser lavrada a escritura de transmissão, será compensada em dinheiro pelas partes contratantes, no valor do metro quadrado estipulado neste Contrato, ou na proporção do preço total ajustado.

**OITAVA:** — Caso a promitente Vendedora tenha de recorrer aos meios judiciais para a cobrança de débitos vencidos ou para a rescisão deste Contrato, pagar-lhe-á o Promitente-comprador, a título de cláusula penal, a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito, sem prejuízo do disposto na cláusula 3 deste Contrato.

**NONA:** — O Promitente-comprador poderá exercer desde logo a posse do lote ajustado neste Contrato, e, ao terminar o pagamento das prestações, receberá a escritura definitiva, cabendo-lhe o processamento dos papéis na Prefeitura e nas demais repartições ou cartórios de registros públicos, correndo por sua conta o imposto de transmissão e todas as despesas de escritura e provas de quitação dos impostos e taxas a que se obrigou pela cláusula 6 deste Contrato.

**DÉCIMA:** — Deverá o comprador, ao ter de construir no lote objeto deste Contrato, antes ou mesmo depois de obtida a escritura definitiva, ouvir a Vendedora sobre a localização de seu lote, não se responsabilizando a mesma, em caso contrário, pelos erros ou enganos dos construtores quanto à perfeita posição do terreno.

**DÉCIMA PRIMEIRA:** — Convém que, para conservação da estética e bom-gosto mantidas nas construções do JARDIM GUANABARA, procure o Promitente comprador ouvir a Vendedora sobre o projeto a ser aprovado pela Prefeitura.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTOS E CONTRATADOS, assinam o presente, devidamente selado, em duas vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas abaixo indicadas.

Rio de Janeiro, 25 de novembro 1957

VENDEDORA

COMPRADOR

TESTEMUNHAS:

NOME:

Enderêço:

NOME:

Enderêço:



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
RECEBEDORIA DO DISTRITO  
SEÇÃO DE PREPARO DA ARRECADAÇÃO  
TURMA DE VERIFICAÇÃO

Este documento no valor de Cr\$ 349,00  
DEVE ser pago, pela Verba nº 154  
Quem mil, setecentos e quarenta e cinco cruzeiros

R. D. F. 267-2  
E. 2

TAXA DE

(A única prova do pagamento é o conhecimento da receita)



2682 812 204

MINISTRO DE AGRICULTURA  
DR. GABRIEL VIEIRA  
OFICINA  
LUIZ DO AMARAL BRAGA  
INSTITUTO

REGISTRO DE IMOVEIS  
OFICIO  
DISTRITO FEDERAL

Numero 47716  
Folha 21v. Encargado F

Assessorado por 27 Horemeluo 57  
Assessorado por 80 4072 30



1310

*[Handwritten signature]*



14.º OFÍCIO DE NOTAS

RECORRHEÇO

A FIRMA

EXEMPLAR —  
de Carvalho  
UTO  
de Melo e Oliveira

EXEMPLAR AUTORIZADOS  
Gomes Carlos  
Peres da Silva

EXEMPLAR Nº 23 - A  
Nº 12-1633

*[Handwritten signatures and text:]*  
Pereira da Silva, Maria  
Ribeiro Leite, Oliveira, Maria  
Cardo, Vitor, Frederico  
RIO DE JANEIRO, D.F. 26 DE Junho DE 1957  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
*[Handwritten signature:]* Diliam Gus Mendes

UNDA  
O FEDERAL  
DACÃO (S. P. A.)  
O (T. V.)  
200,00  
R\$ 1.735,00  
e trinta  
11.10.57  
pontos  
partida mecânica)

Recebedoria do Ministério Federal  
S. P. A.  
Turma de Verificação  
26.11.57  
*[Handwritten signature]*



REGISTRO GERAL DE IMOVEIS  
7.º OFÍCIO DA CAPITAL FEDERAL

1311  
IBANEZ VERNERY  
oficial do  
7.º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Capital  
Federal.

CERTIFICA que à fls.30 do livro Auxiliar 8 D, foi averbado hoje sob -  
numero 4.072 à inscrição numero 14 do MEMORIAL feito pela COMPANHIA SANTA --  
CRUZ, antecessora da COMPANHIA IMOBILIARIA SANTA CRUZ, em cumprimento ao de-  
creto Lei 58 de 10 de Dezembro de 1937, o Contrato Particular numero 3.975,-  
datado de 25 de Novembro de 1957, pelo qual e sob as condições dele constan-  
tes a dita COMPANHIA prometeu vender a MOACYR RIBEIRO COELHO, brasileiro, ca-  
sado, Oficial do Exercito, residente nesta cidade, o terreno à rua Justo Jan-  
sen Ferreira, designado por lote 17 da quadra 63, no Jardim Guanabara, na I-  
lha do Governador, pelo preço de Cr\$319.200,00 por conta do qual foi pago co-  
mo sinal e principio de pagamento a importancia de Cr\$3.800,00, ficando o --  
restante para ser pago no praso de 6 anos e 11 meses, a contar da data do con-  
trato por meio de 83 prestações mensais de Cr\$3.800,00 cada uma. O terreno que  
tem a area de 395,00ms<sup>2</sup> mede 13,00ms de frente, 17,50ms nos fundos, 36,00ms do  
lado direito e 25,10ms do lado esquerdo, confrontando na frente com a rua Jus-  
to Jansen Ferreira, do lado direito com o lote 18, do lado esquerdo com o lote  
16 e nos fundos com o lote 15, todos da mesma quadra. O referido é verdade, do  
que dou fé. Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1957. O Oficial: Ibanez Vernery

Emolp. es:  
cr\$ 4.072,00  
(quatro mil e  
setenta e sete  
mil e setecentos)





ESPÈCES



COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO  
SÉDE: RUA JOÃO NEGRÃO, 1325  
FONE, 4-0322 - CAIXA POSTAL, 804  
END. TELEG. "RIOBRANCO"  
CURITIBA - PARANÁ Insc. N.º 419.864

PRODUTOS TRIBUTADOS

A COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO, S.A.  
cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com Patente

Firma: JOS. E AGRELLI

Endereço: Rua Roosevelt

Consignatário:

Natureza da Operação: vendas

Condições: À Dinheiro

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS
10	Sacos	com Cimento Portland RIO

NÃO VALE COMO RECIBO

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes:			
Marca	Número	Quant.	Espécie
		10	SACOS

Conhecimento N.º  
Consignação N.º

As mercadorias viajam por conta do comprador.  
Não serão aceitas reclamações após 24 horas da entrega.  
A Fatura e Duplicata serão emitidas pelo nosso Escritório Central.  
Esta Nota está sujeita a correção a qualquer tempo.

Observações:

G. Primus - R. Souza Lima, 100/104 - S. Paulo - Insc. 372.578 - 500 fts. 10x7 num. de 1.001 a 6.000 - 1

SR. CORONEL MOACIR

Sua conta de 1960.....Cr\$- 79.627,00  
Sua conta de 1961..... 5.533,00  
TOTAL..... Cr\$- 85.160,00

RNADOR



RUÇÃO

Ilha do Governador

de 1961

Deve(m)

DE SOUZA

Fatura N.

Importância de nota nº				
5/1/61			6432	142,00 ✓
9/2	"	"	6562	30,00
8/1	"	"	6603	200,00
9/1	"	"	6715	794,00
10/1	"	"	6737	155,00
12/1	"	"	6632	222,00
12/1	"	"	6841	224,00
16/1	"	"	6921	348,00
24/1	"	"	7288	770,00
25/1	"	"	7330	1.948,00
28/1	"	"	7448	700,00
TOTAL..... Cr\$-				5.533,00

PÔSTO





# O LEÃO DO GOVERNADOR



TUDO PARA CONSTRUÇÃO

Estrada do Galeão, 306

-:-

Ilha do Governador

Rio de Janeiro, de de 19

Snr. (s) CEL MOACIR

Rua Deve(m)

AMÉRICO TORRES DE SOUZA

Fatura N.

	TRANSPORTE.....Cr\$-	10.695,00
11/06	Valor de sua compra nesta data	3.600,00 ✓
4/06	Importância de nota nº S/N	694,00 ✓
21/08	Valor de sua compra nesta data	140,00 ✓
28/08	Importância de nota nº 1748	4.396,00 ✓
28/6 8	" " " " 1749	871,00 ✓
13/09	" " " " 2281	170,00 ✓
14/09	" " " " 2352	18,00 ✓
19/09	Valor de sua compra nesta data	2.470,00 ✓
23/09	Importância de nota nº 2685	300,00 ✓
24/09	" " " " 2701	4.375,00 ✓
4/10	Valor de sua compra nesta data	310,00 ✓
7/10	Importância de nota nº 3143	290,00 ✓
8/10	" " " " 3224	1.502,00 ✓
13/10	" " " " 3399	6,00 ✓
13/10	" " " " 3409	2.808,00 ✓
14/10	" " " " 3486	5.913,00 ✓
15/10	" " " " 3556	1.324,00 ✓
15, 10	" " " " 3563	40,00 ✓
18/10	Valor de sua compra nesta data	280,00 ✓
19/10	Importância de nota nº 3709	108,00 ✓
24/10	" " " " 4019	20,00 ✓
5/11	" " " " 3984	177,00 ✓
28/11	Valor de sua compra nesta data	320,00 ✓
28/11	" " " " " "	294,00 ✓
29/11	Importância de nota nº 5139	23.844,00 ✓
		64.965,00 Cont

1314





# O LEÃO DO GOVERNADOR



TUDO PARA CONSTRUÇÃO

Estrada do Galeão, 306 — — Ilha do Governador

Rio de Janeiro, de de 19

Snr. (s) Cel. MOACIR

Rua Deve(m)

AMÉRICO TORRES DE SOUZA

Fatura N.

	TRANSPORTE:.....	Cr\$-	64.965,00
2/12	Importância de nota nº 5325		2.214,00
2/12	" " " " 5350		6.300,00
3/12	" " " " 5190		2.250,00 ✓
5/12	Valor de sua compra nesta data		900,00 ✓
6/12	Importância de nota nº 5433		68,00 ✓
7/12	" " " " 5508		32,00 ✓
8/12	" " " " 5519		25,00
8/12	" " " " 5527		1.820,00
9/12	" " " " 5497		116,00 ✓
12/12	" " " " 5618		35,00 ✓
15/12	" " " " 7088		825,00 ✓
20/12	Valor de sua compra nesta data		32,00 ✓
21/12	Importância de nota nº 5852		2.232,00 ✓
22/12	" " " " 5910		990,00 ✓
22/12	" " " " 5911		200,00 ✓
23/12	" " " " 5926		656,00 ✓
23/12	" " " " 5930		211,00 ✓
23/12	Valor de sua compra nesta data		1.218,00 ✓
27/12	Importância de nota nº 5993		48,00
27/12	" " " " 6032		260,00 ✓
29/12	" " " " 6119		70,00 ✓
30/12	" " " " 6149		296,00 ✓
30/12	" " " " 6154		370,00 ✓
TOTAL:.....Cr\$-			86.133,00





# O LEÃO DO GOVERNADOR



TUDO PARA CONSTRUÇÃO

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

Rio de Janeiro, de

de 19

Snr. (s) Col. MOACIR

Rua

Deve(m)

AMÉRICO TORRES DE SOUZA

Fatura N.

	TRANSPORTE:.....	Cr\$-	86. 133,00
2/12/60	DEVOLUÇÃO		195,00
15/12/60	DEVOLUÇÃO		1. 131,00 ✓
			84. 807,00
13/07/60	REC. POR CONTA		5. 000,00
	TOTAL:.....	Cr\$-	79. 807,00

*Liquidada 11/3/61 Américo*

	C I M E N T O	
20/04/60	Levou 4 sacos	LEVOU:..... 117
27/04	" 6 "	TROUXE:..... 100
8/06	Trouxe 50 sacos	017
9/06	Levou 10 "	DEVE:..... 17 sacos.
20/06	" 10 "	
6/07	" 13 "	
27/08	Trouxe 50 "	
15/09	Levou 10 "	
1/10	" 10	
18/10	" 10	
2/12	" 30	
20/12	" 10	
27/12	" 4	

*1314*



MINISTÉRIO DA GUERRA

D.M.M.=D.C.M.M.=S.C.L.

TALÃO DE ENTREGA Nº- 572

1315  
*[Signature]*

UNIDADE= CEL. MOACYR COELHO

DOCUMENTO=

Referência:-

PRODUTOS	LITROS	QUILOS	OBs.
O.M.-30 - R.P.M.	100		Ind. á Cr\$. - 32,00 o LITRO

RECEBEU EM ESPÉCIE EM 16 DE NOVEMBRO DE 1959

*RC Santos Cap*

RECEBI O PRODUTO ACIMA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1959

*[Signature]*  
*Vau cep*



C O N T R A T O

1316  
*[Signature]*


Contrato da colocação de: azuleijos, mozáicos, cerâmica,  
cácos e etc.

T A B E L A

Azuleijos	Cr. \$	120,00	o metro
Azuleijos de côr	Cr. \$	160,00	"
Saboneteira e porta papel	Cr. \$	40,00	"
Calhas e terminação	Cr. \$	40,00	"
Tácos	Cr. \$	65,00	"
Mozáicos	Cr. \$	180,00	"
Ladrilho	Cr. \$	60,00	"
Sapatinha	Cr. \$	20,00	"
Cáco de cerâmica	Cr. \$	160,00	"
Pia	Cr. \$	700,00	"
Tanque	Cr. \$	1.000,00	
Porta toalha	Cr. \$	40,00	

O pagamento será efetuado na entrega do serviço

*Euclides Rodrigues da Silva*

PEDRO FAUSTINO DE S.  EUCLIDES RODRIGUES

*Pe do João F. de S. Silva*



SUB-EMPREITEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2 /

$$\begin{array}{r} 32 \\ 32 \\ \hline 64 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 24 \\ 31 \\ \hline 120 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 96 \\ 1024 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 12 \\ 84 \end{array}$$

SEDEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

96  
1024

92  
84

Ma 20 fevereiro

Semana de 1 a 7 1960

MÈS de oct 1960

Semana de ..... a ..... 1950

N.º	NOMES	1	2	3	4	5	6	7	H.	SALÁRIO	TOTAL	I.A.P.I.	TOTAL
	Manuel	8	8	8	8	8	8	8	56	2500	140000		
	João	X	X	X	8	8	8	8	32	3200	102400		
	Ezequiel	X	X	X	X	8	8	8	24	3500	84000		
											3.26400		
	Semana de 8 a 14/4												
	Ezequiel	8	8	-	-	-	-	-	16	3500	56000		
											3.82400		

TOTAL DESTA FOLHA - Cr\$ .....

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$ .....



SUB-EMPREENHEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

MÈS de septembre 1950

Semana de 8 a 14 1956

TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$.....

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$.....



# JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1320  
*[Signature]*

## FÔLHA DE PAGAMENTO

MÊS de *Jul* 195

Semana de *15* a *21* 195*6*

N.º	NOMES	15	16	17	18	19	20	21	H.	SALÁRIO	TOTAL	I.A.P.I.	TOTAL
	<i>Ezequiel</i>	X	X	X	X	8	8	X	16	3500	56000		
	<i>Semana de 22 a 28/7</i>												
		22	23	24	25	26	27	28					
	<i>Ezequiel</i>	8	8	8	8	8	8	8	56	3500	196000		
	<i>Silvestre</i>	X	X	X	X	X	8	8	16	2500	40000		
	<i>Silvestre</i>								8	2500	20000		
											256000		

TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$



JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1321

FÔLHA DE PAGAMENTO

MÊS de fevereiro 195

Semana de 12 a 18 195

N.º	NOMES	12	13	14	15	16	17	18	H.	SALÁRIO	TOTAL	I.A.P.I.	TOTAL
	A. Ezequiel	8	8	8	8	8	8	8	56	3500	196000		
	M. M. de	8	8	8	8	8	8	8	56	2500	140000		
	J. J. de	1	1	1	8	8	8	8	32	2500	80000		
											416000		
	paga ao servente												
	de dia	19	20	21	22	23	24	25					
	J. J. de	8	8						16	2500	40000		
											456000		

TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$



# JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1322

*Mo BPA*

FÓLHA DE PAGAMENTO

MÊS de *Maio* 195*60*

Semana de *29* a *5* 195

N.º	NOMES	29	30	1	2	3	4	5	H.	SALÁRIO	TOTAL	I.A.P.I.	TOTAL
	<i>Semana</i>												
	<i>Ezequiel</i>	8	8	X	X	X	X	X	16	3500	560,00		
	<i>Semana</i>	13	14	15	16	17	18	19					
	<i>Manoel Matolino</i>	X	X	X	X	X	X	X	8	2500	200,00		
	<i>Semana</i>	20	21	22	23	24	25	26					
	<i>Manoel Matolino</i>	8	8	8	8	8	8	8	56	2500	1400,00		
											<i>2.160,00</i>		<i>59</i>
	<i>Semana</i>	27	28	29	30	31	1	2					
	<i>Manoel Matolino</i>	8	8	8	8	8	8	8	56	2500	1400,00		
	<i>Semana</i>	3	4	5	6	7	8	9					
	<i>Manoel Matolino</i>	8	8	8	8	8	8	8	56	2500	1400,00		

TOTAL DESTA FÓLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$



SUB-EMPREITEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

13 23

the off

MÈS de *novembre* 195

Semana de 3 a 195


[illegible]


TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$.....

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$ .....



1324



J. L. G. 

60

Semana de 29 a 4 195

Semana de 29 a 4 195

N.º	NOMES	29	30	31	1	2	3	4	H.	SALÁRIO	TOTAL	I.A.P.I.	TOTAL
	S. Ezequiel	8	8	8	8	8	8	8	56	3500	196000		
	Manuel	8	8	8	8	8	8	8	56	2500	140000		
	Jose Antonio										336000		

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$.....



SUB-EMPREITEIRO DE  
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

MÈS de Janvier 1955

Semana de 22 a 28 1950

TOTAL DESTA FOLHA - Cr\$ .....

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$ .....



MINISTÉRIO DA GUERRA  
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E OBRAS  
DIRETORIA GERAL DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES  
DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES

1326

<i>Nelson Leite</i> FISC ADM <i>seccf</i>		FATURA Nº <u>1101</u> <i>M. Santos</i>		
		AGENTE-DIRETOR		
TEN CEL MOACIR RIBEIRO COELHO		DEVE		
como indenização a esta Diretoria:-				
QUANTI- DADE	DISCRIMINAÇÃO	UNI- DADE	P R E C O	
			UNITÁRIO C\$	TOTAL C\$
30	CIMENTO PORTLAND MAUÁ	SACO	190.00	5.700,00
S O M A				
			5.700,00	
Importa a presente fatura na quantia de C\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos cruzeiros). * * * * *				
Rio de Janeiro, _____ de _____ de 195__				
<i>Gilberto Lopes Barbosa</i> ADJ DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA				
Recebi do Sr _____				
a quantia de C\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos cruzeiros) * * *				
Correspondente à indenização acima.				
Rio de Janeiro, _____ de _____ de 195__				
<i>Moacir F. Costa</i> TESOUREIRO <i>Moacir F. Costa</i>				



**CERÂMICA MOURA BRASIL LTDA.**

TIJÓLOS FURADOS E MACIÇOS

End. Comercial: Rua Afonsina, 62 - Tel. 52 \* AREAL

MOURA BRASIL - 1.º distrito de Três Rios (rj)

1.ª VIA

Nota Fiscal

Nº 2273

Cerâmica Moura Brasil Ltda., estabelecidos em Moura Brasil - 1.º distrito de Três Rios, Estado

do Rio de Janeiro - Inscrição N.º 435 - PATENTE DE REGISTRO N.º 302

Remete à *Coronel Moacyr Ribeiro Coêlho* Inscrição N.ºEstabelecido(s) à rua *Justo Jansen Ferreira - junto* N.º 101na Cidade de *Guarabá - Ilha da Jurema -* Estado d *Fl. de Janeiro*Em *13* de *Janu* de 195*6* - As seguintes mercadorias:

Quant.	Unidade	Descrição das Mercadorias	Preço Unit.	TOTAL
<i>3000</i>		Tijólos Furados	<i>1,80</i>	<i>5400,00</i>
		Tijólos Maciços		
		<i>Dup.</i>		

Valor das mercadorias.. Cr\$

Impôsto de Consumo ( )

NÃO VALE COMO RECIBO

**CERÂMICA MOURA BRASIL LTDA.**

TIJÓLOS FURADOS E MACIÇOS

End. Comercial: Rua Afonsina, 62 - Tel. 52 \* AREAL

MOURA BRASIL - 1.º distrito de Três Rios (rj)

1.ª VIA

Nota Fiscal

Nº 2268

Cerâmica Moura Brasil Ltda., estabelecidos em Moura Brasil - 1.º distrito de Três Rios, Estado

do Rio de Janeiro - Inscrição N.º 435 - PATENTE DE REGISTRO N.º 302

Remete à *Coronel Moacyr Ribeiro Coêlho* Inscrição N.ºEstabelecido(s) à rua *Justo Jansen Ferreira - junto* N.º 101na Cidade de *Guarabá - Ilha da Jurema -* Estado d *Fl. de Janeiro*Em *13* de *Janu* de 195*6* - As seguintes mercadorias:

Quant.	Unidade	Descrição das Mercadorias	Preço Unit.	TOTAL
<i>3000</i>		Tijólos Furados	<i>1,80</i>	<i>5400,00</i>
		Tijólos Maciços		
		<i>Dup.</i>		

Valor das mercadorias.. Cr\$

Impôsto de Consumo ( )

Carreto. .... Cr\$

NÃO VALE COMO RECIBO

TOTAL DA NOTA CR\$

*5400,00*  
*2700,00*  
*3.030,00*  
*8700,00*



CONSTRUÇÕES, RECONSTRUÇÕES, EMPREITADAS, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.  
OFICINA DE CARPINTARIA

## 2.<sup>a</sup> VIA

NO. 2785  
JES. D. K.

Remete a .....  
estabelecido(s) à .....  
na cidade de .....

Em 21 de

...de 199

NÃO VALE COMO RECIBO

rotuladas de acôrdo com a lei.

## Impôsto de Consumo

TOTAL DA NOTA

Foram-me entregues as mercadorias constantes desta nota

No. 2785

Em ... de ..... de 195...



# OLARIA GIGANTE S/A.

ARTIGOS DE 1.ª QUALIDADE

AVENIDA COELHO DA ROCHA, 335/393 — ROCHA SOBRINHO — EST. DO RIO

Rocha Sobrinho 20 de Fevereiro de 1958

1329

*[Handwritten signature]*

Flmo. Sñr.

Tenente Coronel

Moacir Ribeiro Coelho

Ilha do Governador.

Nesso fornecimento de tijolos e o arretos para sua obra a Rua Justo Jansen Ferreira lote 17 no Guarabú.

CR\$. 14.000,00

Importa a presente conta em; QUATORZE MIL CRUZEIROS.



*[Handwritten signature]*





# OLARIA GIGANTE S/A.

ARTIGOS DE 1.ª QUALIDADE

AVENIDA COELHO DA ROCHA, 335/393 — ROCHA SOBRINHO — EST. DO RIO

CR\$ 3.000,00

Recebi do Sr. Coronel Moacir Ribeiro Coelho, a importancia  
acima de ( CR\$ TREIS MIL CRUZEIROS ) referente ao fornecimento que  
lhe fizemos de 1.500 Tijolos 10x20x20, conforme nossa nota fiscal  
nº 3027, e carreto.

BRASIL  
OLARIA GIGANTE S.A.  
Manoel de Brito Ribeiro  
Moacir de Brito Ribeiro  
BRASIL  
EDUCACAO E SAUDE  
CR\$ 1.50  
4-6  
58



Recebi o cimento constante desta Nota:







DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES  
PREFEITURA MILITAR DE DEODORO

N. E. Nº 4939

DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES N. E. Nº 1608  
Cidade de DEODORO

NOTA DE ENTREGA

NOTA DE FORNECIMENTO

Destinatário

Endereço

*Mozair Coelho, Ten. al.*

*Mozair Coelho, Ten. al.*

Quantidade	Unidade	DISCRIMINAÇÃO	Unitário	TOTAL
2500	m <sup>3</sup>	Pedra 1 <sup>a</sup>	350=	875,00
2500	"	" 2 <sup>a</sup>	350=	875,00

LIQUIDADA  
A VISTA

DISCRIMINAÇÃO	Unitário	TOTAL
Pedra 1 <sup>a</sup>	350=	875,00
" 2 <sup>a</sup>	350=	875,00

PREFEITURA MILITAR  
PAGO  
10/23 de 1958

N. E. N. 1608

Deodoro, em 25 de 7 de 1958  
*Ronam Rodrigues*

E. SCHEID - 34-3682

CR\$ 1.750,00

Importa a presente na quantia de Cr\$ Hum setecentos e

*cinco e 00/100*

Deodoro, em 25 de 7 de 1958

N. E. n.º 4939

*Ronam Rodrigues*

E. SCHEID - 34-3682



# Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÃ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,  
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,  
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551  
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0187

O Snr. Coronel Alboucir

Rua Rua Marechal Hermes

D. Federal, 14 de 6 de 1958

3 joelhos 3/4	36,00
3 curvas 3/4	90,00
2 curvas redonda 3/4	16,00
2 nibos 3/4	16,00
1 T. redonda	14,00
1 registro grãveta 3/4	130,00
	232,00

Eq 19/7

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO

Depósito

Total desta Nota

Caminhão N.º

E.B. - 21-2548

Recebí o cimento constante desta Nota:

## COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

Com sede à Avenida Presidente Wilson, 164 — 11.º andar  
e depósito à Praça Marechal Hermes, 63 — Distrito Federal

DIRIGIR CORRESPONDÊNCIA À  
CAIXA POSTAL. 257  
RIO DE JANEIRO

PATENTE DE REGISTRO N.º 88.293

NOTA FISCAL

Série F

Expedida em 4 vias

Coronel Alboucir

Rua Marechal Hermes, 129, Nº 67615

D. Federal

Em 30 de 6 de 1958

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS, EMBALAGEM E PÊSO

INSCRIÇÃO D. R. N. 102.135  
papel de 3 folhas, contendo Cimento MAUÃ, com 50 kgs. liquido cada

IA ACIMA:

POR SACO

TOTAL

76 50	1 912 50
10 50	2 62 50
	2 50
	2 172 50
	2 178 00
	2 68 00
	2 644 00

Cr\$



# Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,  
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,  
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551  
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0228

O Snr.

Rua

D. Federal,

de

de 1958

1	joelho	1/2"	9,00
2	Prumo	1/2"	8,00
2	Vila	3/4"	10,00
1	repel	3/4"	8,00
			<u>33,00</u>

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

# Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

NOTA FISCAL  
(Em 3 vias)

Cerâmica,  
s Tintas,  
Louças  
létrico

Nº 0513

ESTRADA DO GALEÃO, 684

Tel. (Por favor) 551

GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Inscrição D. R. M. 170.660 - Patente de Registro

neiro

de

de 1958

Rua Justo Jansen Quadra 13-

Estado de DF.

ção

Local.

As seguintes mercadorias:

SCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS	Preço Unitário	TOTAL
p. Campos 3.50	22,00	1.540,00
do km Paulista	5,40	5.400,00
aras Vaz	7,00	210,00

NÃO VALE COM RECIBO — Nota de produto isento de imposto consumo

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes

Total da Nota Cr\$

7.150,00

MARCA	NÚMERO	QUANT.	ESPÉCIES	PESOS	
				BRUTO	LIQUIDO



# Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Esquadrias, Telhas, Tijolos Cerâmica,  
Manilhas, Cal, Ladrilhos Tintas,  
Material de Amianto, Louças  
Sanitárias, Material Elétrico  
e Hidráulico

NOTA FISCAL  
(Em 3 vias)

Nº 0521

ESTRADA DO GALEÃO, 684

Tel. (Por favor) 551  
GUARABU - ILHA DO GOVERNADOR

1.ª VIA

Inscrição D. R. M. 170.660 - Patente de Registro

Rio de Janeiro, 22 de Maio de 1958.  
Remete à Cel. Moacyr,  
Estabelecido (s) à Junta Juazeiro  
Cidade de Niterói Estado de RJ  
Natureza da operação Venda Local

As seguintes mercadorias:

Quantidade	DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS	Preço Unitário	TOTAL
20	Rezas peroba 4.00.		
10	" " 3.90.		
	C/119,00M.	4.00	476.00.

NÃO VALE COM RECIBO — Nota de produto isento de imposto consumo

Ae mercadorias acima seguem nos seguintes volumes

Total da Nota Cr\$

MARCA	NÚMERO	QUANT.	ESPECIES	PESOS	
				BRUTO	LÍQUIDO

# iguez Materiais de Construções Ltda.

NOTA FISCAL  
(Em 3 vias)

Nº 0531

ESTRADA DO GALEÃO, 684

Tel. (Por favor) 551  
GUARABU - ILHA DO GOVERNADOR

Inscrição D. R. M. 170.660 - Patente de Registro

23 de Maio de 1958.  
Remete à Cel. Moacyr,  
Estabelecido (s) à Junta Juazeiro  
Cidade de Niterói Estado de RJ  
Natureza da operação Venda Local

As seguintes mercadorias:

Quantidade	DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS	Preço Unitário	TOTAL
20	Rezas peroba 4.00.		
10	" " 3.90.		
	C/119,00M.	4.00	476.00.

Produto isento de imposto consumo

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes

Total da Nota Cr\$

1.187.00

QUANT.	ESPECIES	PESOS	
		BRUTO	LÍQUIDO



# Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,  
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,  
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551  
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0534

O Snr.

Rua

D. Federal,

de

de 1958

6.100R.	Chumbo 1 1/4	305,00
1.100 "	" 3/4	75,00
1	Saida Metal 1/2	27,00
1	soelho 1/2	9,00
1	Saida Niquelado 1 1/4	330,00
1	Velhuta Mangue 1 1/4	30,00
		776,00

Pg 19/7

Adão Francisco de Nascimento

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

# Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,  
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,  
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551  
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0675

Cel. Moneys

D. Federal,

de

de 1958

1 caixa	Parafuso 7/8 x 6	72,00
20 kg	Cal	60,00
6 Kilos	Cimento Beige	180,00
2 kg	Oxido prp para pintura	44,00
		356,00
1 caixa	Chumbo	60,00
		416,00

Adão Francisco de Nascimento 18/7/58 330,00  
Resta 86,00

Pg 19/7

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

Receb.....as mercadorias constantes desta NOTA

I. do Governador,.....de.....de 195.....

Nº 0675



**Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.**

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

**Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,  
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,  
Material Elétrico e Hidráulico**

*SÉRIE A*

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551  
GUARABÚ — ILHA DO GOVERNADOR

No. 0752

O Snr.

Rua

D. Federal,.....20 de

de 1958

1	Bolsa para U. C.	35,00
2	10 gr. Solda	45,00
2	Parafuso 2x 9	2,00
		<u>72,00</u>

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

mon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,  
Material de Amianto, Louças Sanitárias,  
Material Elétrico e Hidráulico

*SÉRIE A*

ILHA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551  
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

№ 0763

### D. Federal

...de

...de 195

registros	Poeta	
	Dica 3/4	160.00.

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.





Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

SÉRIE A

№ 0973

Rua

D. Federal,

de.

de 195

1 pct. pago 18x30.	94.00
1 ct. de frete	25.00
	<u>119.00</u>

O imposto sobre vendas e consignação  
foi pago por separado com validade

NÃO VALE COMO RECIBO

O imposto sobre vendas e consignações

foi pago por ... com ...

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

№ 0973

do Governador,.....de.....de 195.....



1340

10/10/10

**Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.**  
"Mauá" e Azulejos "KLABIN"

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,  
Tintas, Materiais de Amianto, Louças Sanitárias,  
Material Elétrico e Hidráulico

— \* —  
ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551  
GUARABU ILHA DO GOVERNADOR

SÉRIE A

170.866

INSC.

No. 2478

O Snr.

Rua

D. Federal ..... de

..de 195.

D. Federal 16 de 12 de 1958

3,200 K. Cumbra 1 1/4	22	4.00
-----------------------	----	------

O imposto sobre vendas e consignações  
foi pago por verba, de conformidade  
com o Decreto nº 13.623 de 5-5-1958.

NAO VALE COMO RECEB





## Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

SÉRIE A

INSC. DRN 170.666

№ 2613

O Snr.

Rua

D. Federal

.de

12

...de 195

8

31	fees	Plactano 52	341.00
4	"	" 432.	24.00
			365.00

NÃO VALE COMO RECIBO

10 Tls. 100x2 - 9/58 - Gráf. ELEBLASO Ltda Rua Maldonado, 361 Inscrição 151.322

Receb.....as mercadorias constantes desta NOTA

do Governador.....de..... de 195 .....

№ 2613



*[Handwritten signature]*

## Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

SÉRIE A

INSC. DRN 170.668

№ 2634

O Snr.

Rua

D. Federal

de

de 145

18 de Maio de 1980

52/1980

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

10 Tls. 100x2 - 9/58 - Gráf. ELEBLASO Ltda Rua Maldonado, 361 Inscr.º 151.322

Receb.....as mercadorias constantes desta NOTA

I. Governador,.....de.....de 195 .....

No. 2634



COPACABANA

# Sudelétrô S.A.

1370078

SÉRIE 1.ª

NOTA FISCAL

AV. PRINCEZA IZABEL, 38-A

4.ª VIA

TELEFONES: 37-0663 - 57-4766

CP Nº 7481

PATENTE DE REGISTRO 58.258 — INSCRIÇÃO N.º 118.333

Remetem a Coronel Manoel Ribeiro Gomes

Estabelecido á Rua José Heino 76 Alto 201

Cidade \_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_ Inscr. N.º Particular

PEDIDO N.º MAIOR CASTELLANO Rio de Janeiro, 5 de 2 de 1956

Reclamações só serão atendidas quando feitas até o dia seguinte ao desta nota.  
Os produtos de origem estrangeira foram tributados na importação e os  
de origem nacional pelos respectivos tributos.  
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o Decreto 13.883.  
NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

Quant.	Unid.	Discriminação	Preço Unitário	Total
17		CAIXA DE FERRO 4x4	49.00	833.00
12		TUBOS ELCTRODUTO 1/2	290.00	3480.00
6		" " 3/4	360.00	2160.00
				6473.00
		Desconto 25%		1618.20
				4854.80

Pelo termo do Comissário

AS MERCADORIAS LIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES.

MARCA	N.º	QUANT.	ESPÉCIE	PÊSO	
				LÍQUIDO	BRUTO

Artes Gráficas Amazonas Ltda. - Av. 13 de Maio, 84-D - Insc.: 15 - CP - 98 - 20 Tls. 100x5 8.501 a 8.520 - 10-65

Artes Gráficas de Souza



PARA AUTOMÓVEIS

"DUREX"

TELEFONE: 34-7625 E 34-8553

RIO DE JANEIRO  
PORTO ALEGRE  
BELO HORIZONTE  
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
ARARAQUARA  
RIBEIRÃO PRETO  
BAURILONDINA

INSCRIÇÃO N.º 116.191

(ESTA NOTA É EMITIDA EM 4 VIAS)

As seguintes mercadorias:—

**Vendedor**

RECEBEMOS

## Rio de Janeiro

**AUTO-ACCESIOS S. A.**

FILM

~~Angela Davis~~ ~~Director~~

NÃO VALE COMO RECIBO

O imposto sobre vendas e consignações foi pago no Estado de São Paulo. Decreto Federal N.º 915 (art 2.º § 1.º) de 1-12-38.



SERRARIA IRIS

FERRAGENS, PINTAS E LOUÇAS

FÁBRICA DE ESQUADRIAS  
ARTIGOS SANITÁRIOS  
MADEIRAS E MATERIAIS  
PARA CONSTRUÇÃO

NOTA FISCAL

3.ª VIA - Série E

1345  
Nº 11635

J. F. BARROS & CIA. LTDA. estabelecidos à Rua Alvaro Miranda, 15 — Pilares — Telefones 29-0229 e 49-2257  
Rio de Janeiro - PATENTE DE REGISTRO N.º 123.094 - INSCR. D. R. M. N.º 119.716

Remetem ao(s) Sr.(s) *Engenheiro Carlos José Figueira 76* Insc. D. R. M. N.º *119.716*  
estabelecido(s) à *76*  
na cidade de *Recife* Estado de *Pernambuco*  
em *30* de *Setembro* de 19*55*, as seguintes mercadorias:

Quantidade	DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS	Unidade	Quantidade Total	PREÇO UNITÁRIO	TOTAIS
<i>30</i>	<i>1712"</i>				
	<i>1414"</i>	<i>pes</i>	<i>420</i>	<i>1000</i>	<i>4200 00</i>
<i>17</i>	<i>3410</i>	<i>ii</i>	<i>162</i>	<i>700</i>	<i>1134 00</i>
	<i>11 4/15 3/18</i>				

imposto

O imposto sobre vendas e consignações foi pago por verba, de conformidade com o Decreto n.º 13.883, de 5-5-1958.

Valôr da mercadoria Cr\$ *5.334 00*

Produtos não tributados

As mercadorias seguem nos seguintes volumes:

Marca	Números	Quantidade	ESPÉCIES	PESO	
				BRUTO	LIQUIDO

Recebi(emos) as mercadorias constantes da NOTA FISCAL SÉRIE E Nº 11635

Em, de de 19



# Crìstais

**LADRILHOS CERÂMICOS  
LAJOTAS - PINGADEIRAS,  
ELEMENTOS VASADOS  
EM CERÂMICA  
E CIMENTO**

Escritório, Vendas - Secção Industrial  
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1103  
TELEFONE 9-5521

As seguintes mercadorias:

Pap. • Tip. Andreotti S.A. - R. Teixeira Leite, 274 - Inscr. 358.361 - 20 Telões de 50x5 - 001 a 1000 - 1/60

O "TAGUÁ" (Argila) de Mogi-Guaçu do qual são fabricados os produtos de cerâmica, é hoje pela sua excepcional qualidade CONSIDERADO O MELHOR DO BRASIL



# Vidros

## Espeelhos

# Crìstais

COLOCAÇÃO  
DE  
VIDROS  
EM  
GERAL

**Vitrolândia**

**LADRILHOS CERÂMICOS  
LAJOTAS - PINGADEIRAS,  
ELEMENTOS VASADOS  
EM CERÂMICA  
E CIMENTO**

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DAS FABRICAS NACIONAIS DE VIDROS PLANOS  
Representantes Exclusivos: Cerâmica São José Guaçú, S/A - Cerâmica Cataguá Ltda. - Indústria Penapolense de Elementos Vasados.  
VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

**Depósito de Atacado :**  
**RUA MONSENHOR ANDRADE, 1143-1145**  
**TELEFONE 9-4933**

CAIXA POSTAL, 6212  
SÃO PAULO

**Escritório, Vendas - Seção Industrial**  
**RUA MONSENHOR ANDRADE, 1103**  
**TELEFONE 9-5521**

Inscrição N.º 202.996

Patente de Registro N.º 15.282

NOTA FISCAL N<sup>o</sup> 512  
Série F

### 5.a VIA

Remete à Car. Cabel. Maria R. Lima Inscrição N.º 1000  
Estabelecido à Rua Tereza, 15 - Andar Terraço - Al. 15 - Belo Horizonte N.º  
Cidade de Car. Cabel. Estado de Min. G.  
Condições Car. Cabel. Transporte Car. Cabel. Natureza da Operação Car. Cabel.  
Em 10 de Dezembro de 19 60 As seguintes mercadorias

As seguintes mercadorias:

[illegible]

**NÃO VALE COMO RECIBO**

Totais parciais - Valor das mercadorias

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o artigo 54 do Decreto N.º 28.252 de 29 de Abril de 1957. —

**A NOSSA RESPONSABILIDADE CESSA DESDE A ENTREGA DA MERCADORIA ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE. As mercadorias viajam por conta e risco do comprador. Não se atende reclamações posteriores ao ato da entrega**

## Produtos Tributados

## Impôsto de Consumo

### Produto de Revenda

Total Geral

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	E S P É C I E S	P Ê S O	
				BRUTO	LÍQUIDO
		2	Café - 250g		



# Vidros

# Espelhos

# Crìstais

1348

COLOCAÇÃO  
DE  
VIDROS  
EM  
GERAL

**CA**  
**Vitrolândia**  
**S.A.**

**LADRILHOS CERÂMICOS  
LAJOTAS - PINGADEIRAS,  
ELEMENTOS VASADOS  
EM CERÂMICA  
E CIMENTO**

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DAS FABRICAS NACIONAIS DE VIDROS PLANOS  
Representantes Exclusivos: Cerâmica São José Guaçu, S/A - Cerâmica Cataguá Ltda. - Indústria Penapolense de Elementos Vasados.

**VENDAS POR ATACADO E A VAREJO**

**Depósito de Atacado:**  
**RUA MONSENHOR ANDRADE, 1143-1145**  
**TELEFONE 9-4933**

CAIXA POSTAL, 6212  
SÃO PAULO

**Escritório, Vendas - Secção Industrial**  
**RUA MONSENHOR ANDRADE, 1103**  
**TELEFONE 9-5521**

Inscrição N.º 202.996

Patente de Registro N.º 15.282

## NOTA FISCAL

## Série F

№ 546

## 5.9 VIA

Remete à *Carta de 1914 - 1915* Inscrição N.º *1111*

Estabelecido à \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

Cidade de Curitiba Estado de Paraná

ções de 1000 kg Transporte de 1000 kg Natureza da Operação 1000

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1960 As seguintes mercadorias

[illegible]

**NÃO VALE COMO RECIBO**

Totais parciais - Valor das mercadorias

## Produtos Tributados

## Impôsto de Consumo

### Produto de Revenda

Total Geral

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o artigo 54 do Decreto N.º 28.252 de 29 de Abril de 1957.---

**A NOSSA RESPONSABILIDADE CESSA DESDE A ENTREGA DA MERCADORIA ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE.**  
As mercadorias viajam por conta e risco do comprador.  
Não se atende reclamações posteriores ao ato da entrega

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

Total Geral	12.175,00
-------------	-----------

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	ESPÉCIES	PESO	
				BRUTO	LÍQUIDO
		6	500000		

Pap. • Tip. Andreotti S.A. - R. Teixeira Leite, 274 - Inscr. 358.361 - 20 Faldões de 50x5 - 001 a 1000 - 1/60

O "TAGUÁ" (Argila) de Mogi-Guaçu do qual são fabricados os produtos de cerâmica, é hoje pela sua excepcional qualidade CONSIDERADO O MELHOR DO BRASIL.



1349

1370078

COPACABANA

**Sudelétrô S.A.**

SÉRIE 1.ª

NOTA FISCAL

AV. PRINCEZA IZABEL, 38-A

CP Nº 7481

1.ª VIA

TELEFONES: 37-0663 - 57-4766

PATENTE DE REGISTRO 58.258 — INSCRIÇÃO N.º 118.333

Remetem a

CORONEL MOACYR RIBEIRO COELHO

Estabelecido á

RUA JOSÉ HIGINO 76 APT 201

Cidade

Estado de

Inscr. N.º

PEDIDO N.º

MAIDA CASTELLANO

Rio de Janeiro,

5 de

2

de 1956

Quant.	Unid.	Discriminação	Preço Unitário	Total
17		CAIXAS DE FERRO 6x4	49,00	833,00
12		TUBOS ALUMINADO 1/2	290,00	3480,00
6		" " 3/4	360,00	2160,00
				6473,00
		DESCONTO 25%		1618,20
				4854,80

Reclamações só serão atendidas quando feitas até o dia seguinte ao desta nota.

Os produtos de origem estrangeira foram tributados na importação e os

de origem nacional pelos respectivos tributos.

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o Decreto 13.863.

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCA	N.º	QUANT.	ESPÉCIE	PÊSO	
				LÍQUIDO	BRUTO





# Crìstais

LAORILHOS CERÂMICOS  
LAJOTAS - PINGADEIRAS,  
ELEMENTOS VASADOS  
EM CERÂMICA  
E CIMENTO

Escritório, Vendas - Secção Industrial  
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1103  
TELEFONE 9-5521

### 5.a VIA

0 "TAGUÁ" (Argila) de Mogi-Guaçu do qual são fabricados os produtos de cerâmica, é hoje pela sua excepcional qualidade CONSIDERADO O MELHOR DO BRASIL



1351

NOTA FISCAL  
2.ª VIA SÉRIE  
(Extraída em 5 Vias)

( Extraída em 5 Vias )

№ 3744

Remetem ao(s) Snr(s) Senhor Moisés Boalho Inscr. D. R. M. N. 1

Estabelecido(s) à 1330 1441210 76 1330 11

Na cidade de ..... Estado de Paraná

em 30 de Setembro de 1955 as seguintes mercadorias:

Two photographs of the same plant specimen, showing different parts of the same individual. The left image shows a close-up of a dark, elongated, and somewhat curved structure, possibly a seed or fruit, against a light background. The right image shows a similar structure, but it is more elongated and appears to be attached to a larger, lighter-colored, and more textured part of the plant, possibly a stem or leaf.

Valor das mercadorias.....Cr\$.....289,00

O Imposto de vendas e consignações foi pago por verba Dec. n.º 13883, de 5-5-58.

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes:

Marca	Números	Quantidade	ESPÉCIE	P E S O	
				BRUTO	LIQUIDO

18 tlg. 50x5 - 3101 a 4000 9-59

Recebi (emos) as mercadorias constantes da **NOTA FISCAL** Série F

№ 3744

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_\_



A duplicata correspondente a esta Letra se encontra no nº 1100 MOREIRA GALLER, S.A.



**A - VENDAS**

.....  
ASSINATURA DO EXPIDENTE  
DE ALIQUOTA DE DAS FABRICAS DE ESTO GERALMENTE ENLADOS E BOUTADOS.



1313  
M. S. 10

Ficam sem valor as alterações feitas sem o nosso acordo. Na falta de pagamento no prazo estipulado, serão cobrados juros de lei.

O IMPOSTO DE VENDAS E CONTRIBUIÇÃO DE VENCIMENTOS FOI PAGO POR VERBA, NOS TERMOS DO ART. 16, § 1º, DO DECRETO Nº 13.883, DE 9/5/58.

Recibo isento de selo proporcional por se referir a venda a comerciante, (ou indústria) para fins mercantis.

"COFERMAT" Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S. A.



# COFERMAT

CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.  
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145  
RIO DE JANEIRO  
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA

27 DE FEVEREIRO DE 1960

Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1960  
O(s) Ilmo(s). Snr(s). ( M 670 ) MOACIR RIBEIRO CORREIA  
Estabelecido(s) a RUA JOSE HIGINO Nº 76-APTº Nº 201 Insc. D.R.M.:  
DEVE(M) a "COFERMAT"  
Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A, estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta  
Inscrição D. R. M. 111.373 Patente de Registro 46.167

F A T U R A				D U P L I C A T A		
NÚMERO	COP. N.º	FL. N.º	DATA	SELOS	NÚMERO	VENCIMENTO
76.496	317.496	27	FEV 60	SELADO POR VERBA	76.496	30. 4 60.
						IMPORTÂNCIA
						1.603,00

Valôr de sua compra de mercadorias, constantes de nossa fatura acima indicada, no valôr de:  
UM MIL SEISCENTOS E TRÊS CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS

Reconheço a exatidão desta **DUPPLICATA** na importância acima que pagar a

"COFERMAT" Cia. Brasileira de Ferro e Mat. de Construção S. A., nesta praça, no vencimento supra.

de de 19

Para pagamento de 10 dias da data da emissão, desconto de 2% passados os 10 dias sem desconto.



1353  
MB

PATENTE DE REGISTRO N.º 43.381-33  
INSCRIÇÃO

Material de  
54 - Tel. 43-  
33 - Tel. 43-381

consigna

QUAN

Recebemos

Rio de Janeiro, 22 maio 1960

"COFERM-T"

CA. BRASILEIRA DE PERS. E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S.A.



O valor em reais

PÉC

Bruto

A - VEN  
DA ALMOBADA



CDE. 413-328P. em Julho de 1959 por A. Quirion Fapine e Artes Gráficas Ltda. Insc. n. 117484-R. Fed. de Uto. 62-Via de Janeiro numerada de 39 001 a 14.000-200 Tel. 2516

COFERMAT

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167

INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

ORDEM N.º

PEDIDO REP. N.º

INSCRIÇÃO D. R. M. N.º

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A

Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968

Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

SERIE I

Nº 39778

4.ª VIA

remete a: Steel Moçambique Ribeira Grande, estabelecido a

Rua José Mariano N.º 76 na cidade de Rosário

Estado de Matanzas (despacho para Transporte)

consignado a 60 dias Em 29 de junho de 1960 as seguintes mercadorias:

ARTIGO	REF.	TAMANHO	QUANT.	unid.	PESO	PREÇO UNIT.	unid.	TOTAL
Doel	4804	18x30	6	kg		61,00	kg	366,00
"	4801	17x27	6	"		62,30	"	373,80
Upama Beto		18	6	"		58,00	"	348,00
Linha Fil	51060	4	1	do			do	56,00
								743,80
<div>NÃO VALE COMO RECIBO</div> <div>Total da NOTA (salvo erro ou omissão) Cr\$</div>								

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCAS	NUM.	QUANT.	ESPECIES	PESOS	
				Bruto	Liq.

RECEBI O MATERIAL ACIMA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO

CALCULO		PREÇO	DEPOSITO
EFETUADO POR:	CONFERIDO POR:	CONFERIDO POR:	CONFERIDO POR:

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS.  
O imposto de Vendas e consignações foi pago por Verba,  
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

LOJA - VENDAS

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

1343



CDE. 412-1m7. an. Julio de 1960 por A. Queiroz Papex e Artes Gráficas Ltda. Insc. n. 117.414-R. Yedilo Cron. 52-210 re Janim-numeradas de 54 501 a 59.300-200 Tal. 20x6

COFERMAT

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167  
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

ORDEM N.º

PEDIDO REP. N.º

INSCRIÇÃO D. R. M. N.º

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A

Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968

Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

SERIE B

Nº 55472 4.ª VIA

remete-se a Paulo José Maximino estabelecido a

N.º na cidade de Nesta

Estado de Paraná despacho para Transporte

consignado a

Em 02 de Fevereiro de 1960 as seguintes mercadorias:

ARTIGO	REF.	TAMANHO	QUANT.	unid.	PESO	PREÇO UNIT.	unid.	TOTAL
<u>Pa. Saco 30 kg</u>	<u>10314</u>	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>kg</u>				<u>2,0000</u>
<u>2000</u>								
NÃO VALE COMO RECIBO						Total da NOTA (salvo erro ou omissão) Cr\$		

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCAS	NUM	QUANT.	ESPECIES	PESOS	
				Bruto	Liq.

RECEBI O MATERIAL ACIMA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO			
CALCULO		PREÇO	DEPOSITO
EFETUADO POR	CONFERIDO POR	CONFERIDO POR	CONFERIDO POR

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS.  
O imposto de Vendas e consignações foi pago por Verba,  
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

LOJA - VENDAS

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

13/13  
13/13







[illegible]









# COFERMAT

CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.  
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145  
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLANDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA  
RIO DE JANEIRO  
MARÇO DE 1961

Rio de Janeiro, 30 DE JANEIRO, DE 1961

O(s) Ilmo(s). Snr(s). (M 679) MOACIR RIBEIRO COELHO

Estabelecido(s) a RUA JAPURA Nº 55-APTº Nº 15 B.BELA VISTA  
SÃO PAULO-EST.DE SÃO PAULO  
Cia. Brasileira de Ferro e Mat. S.A.  
Inscrita no R. nº 12.345.678-9

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A., estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta  
 Inscrição D. R. M. 111.373

**SAO PAULO-EST. DE SAO PAULO** **DEFE(M) a "COFERMA T"** Insc. D.R.M.:  
 22-AFF- N.º 15 B.BELA VISTA

**F A T U R A** **D U P L I C A T E**

NÚMERO	COP. N.º	FL. N.º	DATA
90647			

Patente de Registro 46 167

## F A T U R A

FATURA		NÚMERO		DUPLICATA	
90.647	COP. N.º	FL. N.º	DATA	SELOS	NÚMERO
	331.647	31	JAN 61	SELADO POR VERBA	90.647
sua compra de mercadorias, abalxo detalhadas, constantes desta Fatura				VENCIMENTO	IMPORTANCIA
				31. 3 61.	2.637,00

31 JAN 61	SELADO POR VERBA	90.647	VENCIMENTO	31. 3 61.	IMPORTANCIA	2.637,00
-----------	------------------	--------	------------	-----------	-------------	----------

sua compra de mercadorias, abaixo detalhadas, constantes desta Fatura, original, no total de:

DOIS MIL SEISCENTOS E TRINTA E SETE CRUZEIROS \*X\*

pagavel nesta praça no vencimento supra citado.

AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS

AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS						
DATA	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	N.º NOTA FISCAL	N.º ORDEM	DÉBITO	CRÉDITO	TOTAL
2 JAN 61	670.	T 7.434	2.300			
2 JAN 61	670.	T 7.468	2.352	1.206,00	T	1.206,00 S-
2 JAN 61	670.	T 7.479	2.365	231,00	T	1.437,00 S-
				1.200,00	T	2.637,00 S-
A DUPLICATA SERÁ APRESENTADA PELA NOSSA MATRIZ SITA À						
RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 315 - SÃO PAULO						

20.000-11-59  
CDE-407

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO  
AS CONTAS INFERIORES A CR\$ 1.000,00 NÃO TÊM DIREITO A DESCONTO

20,000-11-59  
CDE-407

CDR. 442-Imp. em Junho de I

**OS ARTIGOS SUJEITOS  
O imposto de Venda  
nos termos do Art. 1º**

מחזורי חסות







UDR. 442- Imp. em Junho de 1960 por A. Queiroz Papéis e Artes Gráficas Ltda. - Imc. n.º 117.494 - R. Tedfmo Otoni, 93 - Rio de Janeiro numeradas de 4 001 a 9 000 - 200 Tsl. 25,6



CD E. 442-imp. em Junho de 1960 por A. Queiroz Papéis e Artes Gráficas Ltda. - Insc. n.º 117.494 - R. Teófilo Otoni, 82 - Rio de Janeiro-numeradas de 4.001 a 9.000-200 a m. 25.6

ORDEM N.º 2300  
PEDIDO REP. N.º \_\_\_\_\_  
INSCRIÇÃO D. R. M. N.º \_\_\_\_\_

**COFERMAT**

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167  
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL  
DE VENDA

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A  
Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968  
Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

SERIE T N.º 7434 4.ª VIA

remete a: Mr. Roberto Coelho estabelecido em

N.º \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_

Estado de \_\_\_\_\_ (despacho para \_\_\_\_\_ Transporte \_\_\_\_\_)

Rua do Museu Tereza junto ao nº 101 Ilha Governador  
consignado a

Em 26 de 12 de 1960 as seguintes mercadorias: M-670-1

ARTIGO	REF.	TAMANHO	QUANT.	unid.	PESO	PREÇO UNIT.	unid.	TOTAL
Bolados bruto		23kg	4	ML		165 00	ML	660 00
Calha 1ª ext.		7"	1	ml		135 00	ML	135 00
Terminais de calha preto - Cantos / ext.			4	pes		18 00	p	126 00
Saboneteira amarela 24x25 (cada 15x15)			1	ca		270 00	i	270 00
								1191 00
								15 00
								1206 00



ASSINATURA DO EXPEDIDOR





# COFERMAT

CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.  
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145  
RIO DE JANEIRO  
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA

IOTA FISCAL  
DE VENDA

ÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

Rio de Janeiro 31 de dezembro de 1.960

O(s) Ilmo(s). Snr(s). (M 670) MOACIR RIBEIRO COELHO

Estabelecido(s) a RUA JAPURA Nº 55-APTº Nº 15 (Bairro BELA VISTA) D.R.M.:  
SÃO PAULO-EST. DE SÃO PAULO DEVE(M) a "COFERMAT"

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A., estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta  
Inscrição D.R.M. 111.973 Patente de Registro 46.167

## FATURA

## DUPLICATA

NÚMERO	COP. N.º	FL. N.º	DATA	SELOS	NÚMERO	VENCIMENTO	IMPORTÂNCIA
89.499	330.499	31 DEZ 60		SELADO POR VERBA	89.499	28. 2 61	12.456,50

sua compra de mercadorias, abaixo detalhadas, constantes desta Fatura, original, no total de:

-X-X-X- DOZE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS

pagavel nesta praça no vencimento supra citado.

AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS

DATA	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	N.º NOTA FISCAL	N.º ORDEM	DÉBITO	CRÉDITO	TOTAL
23 DEZ 60	670	T 7.418	2.235	290,00	T	290,00 S-
23 DEZ 60	670	T 7.407	2.235	12.166,50	T	12.456,50 S-

20.000-11-59  
CDE-407

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO  
AS CONTAS INFERIORES A CR\$ 1.000,00 NÃO TÊM DIREITO A DESCONTO

7407 4.ª VIA

estabelecido a

orto

meias: 14.670-1

PREC.	unid.	TOTAL
3000		3000
1500		3000
1500		10500
11500		212450
13500		145500
1500		18000
1200		10400
1000		18000
400		24000
5500		55000
		1209150
		7500
		1216650

MATERIAL ACIMA:

CDR. 442 Imp. em Junho de 11

3	mercadorias	151
2	10	28
1	para uso	21
1	para uso	20
	chuveiro	

ASSINATURA DO REPRINTE DO DESTINATARIO

CALCULO PREÇO DEPOSITO

EFETUADO POR	CONFERIDO POR	CONFERIDO POR	CONFERIDO POR

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA FANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAS SELADOS E ROTULADOS  
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,  
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

## V E N D A S

ASSINURA DO EXPEDIDOR



CDR. 442-imp. em Junho de 1980 por A. Quêiros Papete e Artes Gráficas Ltda. - Ins. n.º 117.494 - R. Teófilo Ottoni, 62 - Rio de Janeiro - numeradas de 4.001 a 9.000 - 200 T. e L. 25,6

ORDEM N.º 2335

PEDIDO REP. N.º

INSCRIÇÃO R. M. N.º

remete a: Coronel Maurício Libano Louco estabelecido em

X. Instituto Brasileiro Ferreira N.º 111.373 na cidade de Rio de Janeiro

Estado de RJ (despacho para Ilha O. Urubumã Transporte

consignado a Enviar Em 23 de 12 de 19 60 as seguintes meias: M. 670-1

ARTIGO	REF.	TAMANHO	QUANT.	unid.	PESO	PREÇ.	unid.	TOTAL
Chaleiro amarelo int.		1511	5	12		60	int	3000
Stupa 12x int.			2	12x		15	int	3000
Concha 12x int.			4	12x		15	int	10500
Calha int. amarela			1850	int		115	int	212450
Bolento mul 42			13	int		135	int	175500
Concha int. amarela			12	12x		15	12x	18000
Capoto terminação int. mul			12			12		10000
Chuveiro completo 8/10 w. 24015. Local			1			180	R	180000
Wiro. selonado. bruto 24573			1			240		240000
Arandela mul 42 24503			1	por		550	por	55000
								1209150
								7500
								1216650

NÃO VALE COMO RECIBO

Total da NOTA (salvo ou emissão) Cr\$

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCAS	NUM.	QUANT.	ESPECIES	PESOS	
				Bruto	Liq.
		3	Arandela: 12x 451		
		2	12x 12x 451		
		1	Arandela 12x 451		
		1	Arandela 12x 451		
			Arandela		

RECEBI O MIERIAL ACIMA:

ASSINATURA DO REPRINTE DO DESTINATARIO		
CALCULO	PREÇO	DEPOSITO
EFETUADO POR	CONFERIDO POR	CONFERIDO POR

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA ANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAS SELADOS E ROTULADOS  
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verbo,  
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

V I D A S

ASSINURA DO EXPEDIDOR







ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATÁRIO			
CÁLCULO			
DEPOSITO	PREÇO	RETRUADA POR CONTEÚDO	CONTEÚDO POR RETRUAÇÃO



1317  
BPA

Ficam sem valor as alterações feitas sem o nosso acordo. Na falta de pagamento no prazo estipulado, serão cobrados juros de lei.

O IMPOSTO DE VENDAS E CONTRIBUIÇÕES FOI PAGO POR VERBA, NOS TERMOS DO ART. 16, § 1º, DO DECRETO N.º 13.883, DE 5/5/58.

Rebo isento de selo proporcional por se referir a venda de mercante, (ou industrial) para fins mercantis.

"COFERMAT" Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S. A.



**COFERMAT**  
CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.  
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145  
RIO DE JANEIRO  
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA

Rio de Janeiro, 31 de março de 1.960

O(s) Ilmo(s). Snr(s). **N 670 MOACIR RIBEIRO CORLHO**

Estabelecido(s) a **RUA JOSE HIGINO Nº 76-APTº Nº 201 / NESTA**

Insc. D.R.M.:

**DEVE(M) a "COFERMAT"**

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A, estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta  
Inscrição D. R. M. 111.373 Patente de Registro 46.167

F A T U R A				D U P L I C A T A			
NÚMERO	COP. N.º	FL. N.º	DATA	SELOS	NÚMERO	VENCIMENTO	IMPORTÂNCIA
77.588	318.588		31 MAR 60	SELADO POR VERBA	77.588	31. 5 60.	11.600,00

Valôr de sua compra de mercadorias, constantes de nossa fatura acima indicada, no valôr de:

**ONZE MIL E SEISCENTOS (RUPELOS)**

Reconheço a exatidão desta **DUPLICATA** na importância acima que pagar<sup>ei</sup> a

**"COFERMAT"** Cia. Brasileira de Ferro e Mat. de Construção S. A., nesta praça, no vencimento supra.

Para pagamento dentro de 30 dias da data da emissão, desconto de 2% passados os 30 dias sem desconto.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

CDE. 441-Imp: em Abril de 1959 por A. Guadalupe

RECEBI O MATERIAL ACIMA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATÁRIO	ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA COFERMAT
PREÇO	PREÇO
DEPOSITO	DEPOSITO
CONFERIDO	CONFERIDO
CONFERIDO	CONFERIDO

DATA



1318  
BPA

ODE. 441-imp. em Abril de 1959 por A. Queiroz Papéis e Artes Gráficas Ltda. Insc. n.º 117.494-R, Teófilo Otoni. 92-Rio de Janeiro-numeradas de 50001 a 56250-250 Tal. 25x8

B. F. 002

ORDEN N.º 4790  
Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A  
Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968  
Deposito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815 - RIO DE JANEIRO

PEDIDO REP. N.º  
INSCRIÇÃO NO D. R. M. N.º

remete a: Ind. Fournier, Ribeiro, Coelho  
Rua José Higino nº 201 N.º 76 na cidade de Niterói  
Estado de Rio de Janeiro (despacho para Ilha do Governador) Transporte consignado a  
Em 19 de 30 de 19 60 as seguintes mercadorias:

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167  
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL  
DE VENDA  
TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

SERIE K N.º 55111 4.ª VIA

ARTIGO	REF.	TAMANHO	QUANT.	unid.	PESO	PREÇO UNIT.	unid.	TOTAL
<u>Vergetalhões ferro</u>	<u>10/12 m</u>	<u>1/4"</u>	<u>5</u>	<u>cm</u>	<u>400</u>	<u>29 00</u>	<u>kg</u>	<u>11 600 00</u>
NÃO VALE COMO RECIBO								
Total da NOTA (salvo erro ou omissão) Cr\$								<u>11 600 00</u>

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCAS	NUM.	QUANT.	ESPECIES	PESOS	
				Bruto	Liq.
		<u>5</u>	<u>Amaralados</u>	<u>400</u>	

RECEBI O MATERIAL ACIMA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO

CALCULO		PREÇO	DEPOSITO
EFETUADO POR	CONFERIDO POR	CONFERIDO POR	CONFERIDO POR

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verbo,  
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n.º 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR



**C O F E R M A**  
CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.  
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145  
RIO DE JANEIRO  
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA



Rio de Janeiro, 31 DE DEZEMBRO DE 1959  
N 679 MOACIR RIBEIR

Rio de Janeiro, 31 DE DEZEMBRO DE 1959  
O(s) Ilmo(s). Snr(s). ( M 679 ) MOACIR RIBEIRO COELHO  
RUA JOSE HIGINO Nº 76-APTº Nº 2

Rio de Janeiro, 31 DE DEZ MOACIR RIBEIRO COELHO  
O(s) Ilmo(s). Snr(s). ( M 679 )  
Estabelecido(s) a RUA JOSE HIGINIO N° 76-APT° N° 201  
N E S T A Materiais de Construção S/A., estabelecido em

O(s) Ilmo(s). Snr(s). RUA JOSE HIGINO Nº 46-A  
Estabelecido(s) a NESTA  
Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A., estabelecida a Rua Buenos Aires, 100  
Inscrição D. R. M. 111.573 Patente de Registro 46 167

DUPLICATA		IMPORTANCIA
NÚMERO	VENCIMENTO	
74450	28. 2 60.	8.659,20

original, no total de

Estabelecido(s) a ROA  
**NESTA**  
Cla. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A., estabelecida  
D.R.M. 111.873

DUPLICATA		IMPORTANCIA
NÚMERO	VENCIMENTO	
150	28. 2 60.	8.659,20

SELOS

total de

Cia. Brasileira		Inscrição D. R. M. 111.373		FATURA		SELOS		NÚMERO	
NÚMERO		COP. N.º		FL. N.º		DATA		SELADO POR VERBA	
315.450		31		DEZ		59		74.450/ 28. 2 60.	

detalhadas, constantes desta Fatura, original, no total de

TRÊS E VINTE CENTAVOSXXXXXXXXXX

FATURA		DATA	SELADO POR VERBA	74.450
NÚMERO	COP. N.º	FL. N.º		
74.450	315.450	31 DEZ 59		

mercadorias, abaixo detalhadas, constantes desta Fatura, original, no

... E NAVE CRUZEIRAS E VINTE CENTAS OITANTAS E CINCO MIL REAIS

74.450

sua compra de mercadorias, abaixo de

OITO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE CRUZEIROS

	RESULTADO	TOTAL
...no vencimento supra citado.		
...AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS		

		N.º ORDEM	DÉBITO	CRÉDITO	TOTAL
			6.759,20		6.759,20
					8.659,20

[illegible]

A duplicata co-respondente a  
esta fatura será apresentada por  
Frances Italiano  
ou seus representantes

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO  
AS CONTAS INFERIORES A CR\$ 1.000,00 NÃO TÊM DIREITO A DESCONTO

20.000-11-59  
CDE-407

ASSINATURA DO EXPEDIDOR







**TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS**

INSCRIÇÃO NO D. R. M. N.º .....

# COFERMAT

**PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167**  
**INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373**

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A

Matriz: R. Buenos Aires, 154 · Tel. 43-2968

Deposito: Av. Cidade de Lima 33 - Il. 43-3815 - RIO DE JANEIRO

**SERIE T**

№ 0227 4. VII

remete a:

Estado de

-(despacho para

## Transporte

—consignado a

Em 10 de Setembro de 1944 as seguintes mercadorias:


[illegible]

**AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:**

RECEBI O MATERIAL ACIMA

[illegible]

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATÁRIO

CALCULO		PREÇO	DEPOSITO
EFETUADO POR:	CONFERIDO POR:	CONFERIDO POR:	CONFERIDO POR:
			

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,  
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n.º 13.883, de 5/5/58.

**V E N D A S**

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

# VEN D A S

ASSINATURA DO REPEDIDOR



ESC. DEPOSITO:

127 RUA FREI CANECA - 131

~~ZONE~~

32-1720

END. TELEGR

MONCRUZ

MANILHAS DE BARRO - CIMENTOS - FOGÕES - AZULEJOS - LOUÇAS SANITÁRIAS



Montes, Cruz & Cia L<sup>da</sup>

**MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA**

FREI CANECA N.ºS 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

NOTA FISCAL

Nº 94366

ESTABELECIDO A \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

NA CIDADE DE \_\_\_\_\_ ESTADO DE \_\_\_\_\_

(EXTRAIDA EM 2 VIAS)

SERIE B

1.<sup>a</sup> VIA

EM \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 19\_\_\_\_, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
		MO - Lazerante Plástico		
		(Bolsa m. 45000		
		MO - Lazerante Plástico	110,70	4.431,00

**RECEBITOS**

Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1958

por MONTE CARLO & CIA. LTDA.

*[Assinatura]*

58

BRASIL

RECEBITO

TESOURO NACIONAL

CR\$ 1,50

DE 1958

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS ..... CR2

IMPOSTO DE CONSUMO..... CR\$

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

SELADO COM CR\$

TOTAL DA NOTA ..... CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	ESPÉCIES	PÊSO BRUTO	PÊSO LÍQUIDO



ESC. E DEPOSITO:  
127 - RUA TRII CARRECA 131  
FONE:  
32-1770  
REDE INTERNA  
END. TELEGR.:  
AONCRUZ



# Montes, Cruz & Cia L<sup>tda</sup>

**MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA**

FREI CANECA N.ºs 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135 REMETE A:

ESTABELECIDO Á

NA CUADE DE

ESTADO DE

EM 16 DE Maio DE 1970, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

**NOTA FISCAL**

**№ 95614**

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

SERIE B  
1.<sup>A</sup> VIA

[illegible]

**NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA**

VALOR DAS MERCADORIAS..... CMS

IMPOSTO DE CONSUMO..... CR\$

SELADO COM CR\$

TOTAL DA NOTA..... CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	ESPÉCIES	PÊSO BRUTO	PÊSO LÍQUIDO



LADRILHOS HIDRAULICOS  
"SIL"

MOSAICOS E CERAMICAS - TIJOLOS REFRATARIOS  
"CVA"

ESC. E DEPOSITO:  
127 RUA FREI CANECA - 131-  
FONE:  
3/2-1770  
REDE INTERNA  
END. TELEGR.:  
MONCRUZ  
MANILHAS DE BARRO - CI-  
MENTOS - FOGÕES - AZULE-  
JOS - LOUÇAS SANITARIAS



Montes Cruz & Cia. Ltda

MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA

FREI CANECA N.ºS 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE  
DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

NOTA FISCAL

Nº 96816

ESTABELECIDO Á N.º

NA CIDADE DE ESTADO DE

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

SERIE B  
1.ª VIA

EM DE DE 1958, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
		MB - Sapatos Páris		
		Osam 1000		
35		Sapatos Páris	116,00	4060,00
<p>TODAS AS MERCADORIAS CONSTANTES DESTA NOTA DE ENTREGA SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO, PAGAM O RESPECTIVO IMPOSTO, TENDO SIDO CUMPRIDAS TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.</p> <p>RECEDEMOS Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1958 por MONTES, CRUZ &amp; CIA. LTDA. [Stamps: BRASIL, RECEBEMOS, RIO DE JANEIRO, 26 ABR 58, FISCAL, N.º 102.135]</p>				

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS..... CR\$

IMPOSTO DE CONSUMO..... CR\$

SINATURA DO EXPEDIDOR

SELADO COM CR\$

TOTAL DA NOTA..... CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	ESPÉCIES	PÊSO BRUTO	PÊSO LÍQUIDO



LADRILHOS HIDRAULICOS  
"SIL"

MOSAICOS E CERAMICAS - TIJOLOS REFRATARIOS  
"CVA"

ESC. E DEPOSITO:

127-131 RUA FREI CANECA - 131

FONE

32-1770

REDE INTERNA

END. TELEGR:

MONCRUZ

MANILHAS DE BARRO - CI-  
MENTOS-FOGÕES - AZULE-  
JOS - LOUÇAS SANITARIAS



Montes Cruz & Cia Ltda

MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA

FREI CANECA N.ºS 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE  
DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

NOTA FISCAL

Nº 99002

ESTABELECIDO Á

N.º

NA CIDADE DE

ESTADO DE

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

SERIE B

1.ª VIA

EM 30 DE Julho DE 1958, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
		1118- Depósito Químico		
		Orçamento nº 60.830		
		25 litros cimento Químico	122,00	3050,00
RECEBEMOS				
Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1958				
por MONTES, CRUZ & CIA. LTDA.				
Duda				

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS.....

CR\$

IMPOSTO DE CONSUMO.....

CR\$

SELADO COM CR\$

TOTAL DA NOTA.....

CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	ESPÉCIES	PÊSO BRUTO	PÊSO LÍQUIDO
			O Imposto Sobre Vendas e Consignações		
			foi pago por venda, de conformidade com o		
			Decreto N.º 13.883, de 5-5-1958.		



ESC. E DEPOSITO:

127 - RDA FBI CANECA - 131

PHONE: 2100

739-1770

~~REDE INTERNA~~

END. TELGR.

MANILHAS DE BARRO - CIMENTOS - FOGÕES - AZULEJOS - LOUCAS SANITÁRIAS



# Montes, Cruz & Cia L<sup>da</sup>

**MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA**

NOTA FISCAL

FREI CANECA N.ºs 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

No. 99092

ESTABELECIDO Á \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

NA CIDADE DE \_\_\_\_\_ ESTADO DE \_\_\_\_\_

SERIE B

EM \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 19\_\_\_\_, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

1.<sup>A</sup> VIA

[illegible]

**NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA**

VALOR DAS MERCADORIAS..... CR\$

IMPOSTO DE CONSUMO.....CBS

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

SELADO COM CR\$ ..... TOTAL DA NOTA ..... CR\$

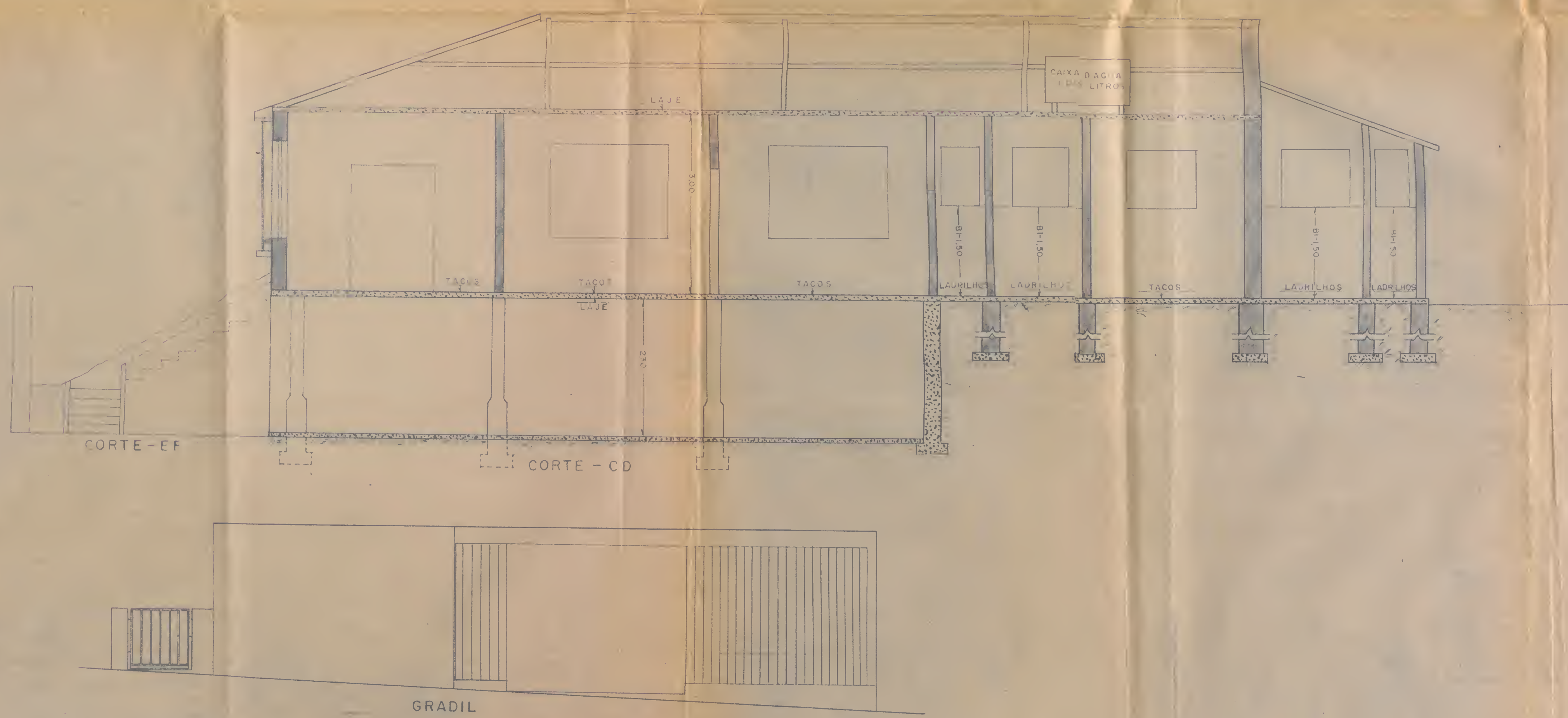
TOTAL DA NOTA..... CR1

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUME:

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	ESPÉCIES	PÊSO BRUTO	PÊSO LÍQUIDO
			O Imposto Sobre Vendas e Consignações foi pago por verba, de conformidade com o Decreto N.º 13.833, de 5-5-1958.		



10/10/10



PLANTAS CORTES FACHADA E  
DETALHE DO GRADIL - ESCALA=1:50

FOLHA  
ÚNICA

PROJETO DE RESIDÊNCIA

RUA JUSTO MANSSEN FERREIRA (EX RUA 67) LOTE 17 DO PA-  
N 17 326 - QUADRA 63.  
JARDIM GUANABARA - ILHA DO GOVERNADOR  
PROPRIETARIO MOACYR RIBEIRO COELHO

RUA DE 11,00

ESCALA 1:500

ENC. 1  
CONSTRUÇÃO

13,00

16,00

RUA JUSTO MANSSEN FERREIRA  
(EX RUA 67)

RUA RIBOUSSÉ BARROS DO AMORIM  
(EX RUA 68)

PROPRIETARIO

~~MOACYR RIBEIRO COELHO~~

*Jose Maria Cunha de Viveiros*  
**JOSE MARIA CUNHA DE VIVEIROS**

AUTOR DO PROJETO

~~JOSE MARIA CUNHA DE VIVEIROS~~ CREA 6448

*Jose Maria Cunha de Viveiros*  
**ENC. RESPONSÁVEL DA OBRA**

~~JOSE MARIA CUNHA DE VIVEIROS~~

**JOSE MARIA CUNHA DE VIVEIROS**  
**CREA 6448-D**

ÁREAS

DO TERRENO = 395,00 m<sup>2</sup>

CONSTRUÍDA = 162,00 m<sup>2</sup>

ÁREA LIVRE = 233,00 m<sup>2</sup>

NOTA SUBSTITUIR PROJETO  
DO PROCESSO Nº 7478980